

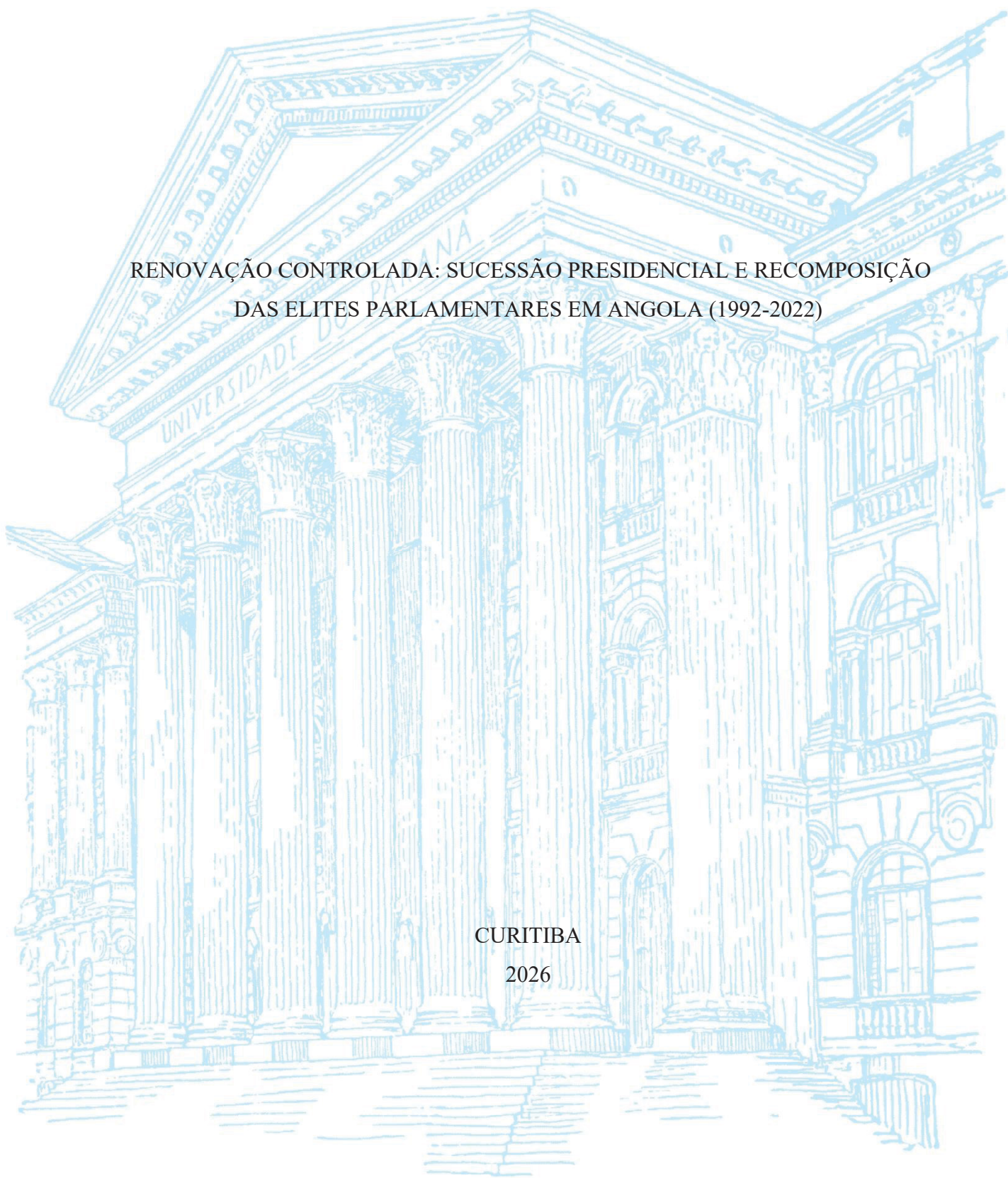
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EUGÊNIO SACHICOMBA PAULO CAPINGÃLA

RENOVAÇÃO CONTROLADA: SUCESSÃO PRESIDENCIAL E RECOMPOSIÇÃO
DAS ELITES PARLAMENTARES EM ANGOLA (1992-2022)

CURITIBA

2026



EUGÉNIO SACHICOMBA PAULO CAPINGÁLA

RENOVAÇÃO CONTROLADA: SUCESSÃO PRESIDENCIAL E RECOMPOSIÇÃO DAS
ELITES PARLAMENTARES EM ANGOLA (1992-2022)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato

Coorientador: Prof. Dr. Nilton Garcia Sainz

CURITIBA

2026

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Capingãla, Eugénio Sachicombra Paulo

Renovação controlada: sucessão presidencial e recomposição das elites parlamentares em Angola (1992-2022). / Eugénio Sachicombra Paulo Capingãla. – Curitiba, 2026.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato.

Coorientador: Prof. Dr. Nilton Garcia Sainz

1. Presidentes – Angola. 2. Elites (Ciências sociais) – Aspectos políticos - Angola. 3. Presidentes – Sucessão. I. Codato, Adriano Nervo, 1965-. II. Sainz, Nilton Garcia. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciência Política. IV. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **EUGÊNIO SACHICOMBA PAULO CAPINGÁLA**, intitulada: **Renovação controlada: sucessão presidencial e recomposição das elites parlamentares em Angola (1992-2022)**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 09 de Março de 2026.

Assinatura Eletrônica

10/03/2026 15:35:41.0

ADRIANO NERVO CODATO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

10/03/2026 13:39:34.0

ANDRÉ BARSCH ZIEGMANN

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL)

Assinatura Eletrônica

10/03/2026 22:19:05.0

RENATO MONSEFF PERISSINOTTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/03/2026 13:03:17.0

NILTON GARCIA SAINZ

Coorientador(a) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta dissertação a mim mesmo pela renúncia e resiliência em não desistir da formação; e claro, a meu irmão Fernando Muhongo (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Hoje sou resultado de muitas mãos visíveis e invisíveis que me sustentaram e orientaram em cada etapa da minha vida. Nada do que alcancei foi solitário. Por isso, inicio agradecendo a Deus pelo dom da vida, pela proteção constante e pela luz que guiou minhas decisões nos momentos de incerteza.

Minha chegada ao Brasil marcou uns períodos mais desafiadores da minha trajetória. Deixar Angola e recomeçar em outro país exigiu coragem, fé e perseverança. Contudo, foi também nesse quadro que encontrei pessoas que acreditam genuinamente na força transformadora da educação, uma vez que essa confiança renovou a minha própria convicção de que esta estrada, apesar das agruras, valia a pena.

Aos meus pais, Martinho Kapiñala e Luciana Paulo, devo tudo. Foram eles que me ensinaram a sonhar, a acreditar em mim mesmo e a reconhecer na educação uma via de libertação. À minha mãe, que sempre desejou ver-me “Doutor”, agradeço pelo amor incondicional. Ao meu pai, sou grato por permitir que eu trilhasse meus próprios caminhos, respeitando minhas escolhas, mesmo quando diferentes de suas expectativas.

Aos meus irmãos, especialmente Fernando (*in memoriam*) e António, expresso profunda gratidão. Costumo dizer que foram meus “agricultores”, pois cultivaram-me desde meus 12 anos até eu pudesse tornar-me árvore. A memória do mano Nando permanece como força permanente, sobretudo porque 2018 foi, ao mesmo tempo, o ano de sua partida e o ano em que fui aprovado na UNILAB, período mais triste da minha vida.

Às minhas irmãs, Mana Linda, Ester, Mariana, Paula (Jamba) e Fátima, e meus sobrinhos/as, especialmente, Geraldo e Fina, agradeço pelo carinho, pelas palavras de incentivo e pela confiança que sempre depositaram em mim.

De modo especial, agradeço à mana Esmeralda Chiyaka, ao irmão Walter Cristóvão, mano José Canga e mano Panda. Eles acreditaram em mim quando o sonho ainda era apenas possibilidade e apoiaram, inclusive materialmente, a minha vinda ao Brasil. Sem esse gesto generoso, esta etapa talvez nunca tivesse sido possível.

Ao longo da minha formação, tive a felicidade de conviver com amigos brilhantes: Miguel Fula, Januário Sapi, Agostinho Potâncio (GK), Lázaro Canganjo, Jade, Gomes, Jones, Paulino (Mr. Key), Lello Panzo (*By One*) e tantos outros, que me desafiaram a estudar com mais disciplina e humildade. Aos professores e professoras que cruzaram meu caminho, deixo minha gratidão sincera. Cada aula, orientação e cada crítica contribuíram para meu crescimento intelectual e humano.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), registro minha profunda gratidão. Ao prof. Adriano Codato, orientador desta dissertação, agradeço pela confiança, pela orientação precisa, e pelo estímulo em aprender sempre o novo. Ao meu coorientador, prof. Nilton Sainz, obrigado pelo excelente trabalho. A Pedro Lenhagui, tutor implacável desde o início em 2024, meu reconhecimento pela paciência e amizade. Ao Observatório das Elites Políticas e Sociais, agradeço ao prof. Mateus Albuquerque, ao prof. Paulo Franz, Paula, Pedro Beff e a todos/as colegas pelas discussões que moldaram esta pesquisa. À turma de mestrado/2024, Raquel, Rafaela, Yasmim, Marília e demais colegas, eterno obrigado! A todos professores/as do PPGCP que cruzaram minha trajetória, meu sincero agradecimento por cada ensinamento.

Aos amigos que caminharam comigo antes mesmo do mestrado. Pedro Kiuma da Silva (Mac), amigo que sempre está disponível para ajudar, elogiar e criticar. Muito obrigado, Mac! Luís Valdo, Leonildo Toco, Mateus Landa e Nogueira Clemente, agradeço por dividirem sonhos e angústias desde minha chegada ao Brasil. A vossa amizade foi abrigo nos dias difíceis. Destaco igualmente, Brumar Nfinda que compartilhou o edital do PPGCP em 2023. A Samuel dos Santos, irmão de Guiné Bissau, obrigado. Nos dias do meu mestrado Gilson e Malandrão foram importantes. Tiraram-me da rotina (universidade e casa) para treinar e ao mesmo tempo compartilhar as angústias da escrita. A vós, um forte abraço!

Registro também minha gratidão ao Estado brasileiro, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especialmente a PROEX que financiou esta pesquisa. Acredito que políticas públicas de acesso e permanência são decisivas para que jovens periféricos possam transformar suas trajetórias através da universidade pública.

Esta dissertação é, portanto, fruto de um esforço coletivo, tecido com amor, fé, renúncia e esperança. A todos que fizeram parte dessa caminhada, mencionados e não, meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Esta dissertação analisa a renovação das elites parlamentares em Angola entre 1992 e 2022, com foco no período posterior à sucessão presidencial de 2017, quando João Lourenço substituiu José Eduardo dos Santos após 38 anos no poder. O problema central é explicar por que a renovação parlamentar não ocorreu imediatamente após a sucessão, contrariando previsões dominantes na literatura sobre regimes autoritários, e por que perfis distintos de deputados foram impactados de forma desigual nesse processo. A pesquisa adota abordagem quantitativa longitudinal baseada em banco de dados prosopográfico original com informações sobre 1.185 deputados distribuídos em cinco legislaturas. Foram operacionalizadas variáveis de capital partidário, capital estatal, qualificação educacional e características demográficas, analisadas por meio de estatística descritiva e testes de comparação de médias, associação e correlação. Os resultados revelam padrão bifásico: continuidade parlamentar em 2017, com taxa de renovação de 45,9%, seguida de renovação seletiva em 2022, quando essa taxa sobe para 58,6%. Em 2022, observam-se redução simultânea dos capitais partidário e estatal médios, queda na mediana etária e aumento expressivo de parlamentares com pós-graduação. A renovação incidiu prioritariamente sobre deputados com múltiplos mandatos e elevada acumulação de capital estatal durante a era Dos Santos, enquanto perfis mais jovens e tecnicamente qualificados foram progressivamente incorporados. Os achados sugerem que sucessões em regimes de partido dominante, sob crise econômica e disputa intraelite, tendem a seguir lógica de renovação controlada e gradual, distinta tanto da purga imediata quanto da tecnificação acelerada previstas pela literatura. A pesquisa contribui ao oferecer evidência sistemática sobre dinâmicas de elites parlamentares nos PALOP e ao propor modelo alternativo de gestão sucessória em regimes autoritários institucionalizados.

Palavras-chave: elites parlamentares; regime de partido dominante; renovação política; sucessão presidencial; Angola.

ABSTRACT

This dissertation examines the renewal of parliamentary elites in Angola between 1992 and 2022, focusing on the period following the 2017 presidential succession, in which João Lourenço replaced José Eduardo dos Santos after 38 years in power. The central puzzle is twofold: why did parliamentary renewal not occur immediately after the succession, contrary to prevailing predictions in the literature on authoritarian regimes, and why were distinct deputy profiles affected unevenly throughout this process. The study adopts a quantitative longitudinal approach grounded in an original prosopographic database comprising information on 1,185 deputies across five legislatures. Variables pertaining to party capital, state capital, educational qualifications, and demographic characteristics were operationalized and analyzed through descriptive statistics alongside tests of mean comparison, association, and correlation. The findings reveal a two-phase pattern: parliamentary continuity in 2017, with a renewal rate of 45.9%, followed by selective renewal in 2022, when that rate rose to 58.6%. In 2022, simultaneous reductions in average party and state capital were observed, accompanied by a decline in the median age of deputies and a marked increase in the proportion holding postgraduate degrees. Renewal disproportionately affected deputies with multiple mandates and high levels of state capital accumulated during the Dos Santos era, while younger and more technically qualified profiles were progressively incorporated. These findings suggest that successions in dominant-party regimes under conditions of economic crisis and inraelite conflict tend to follow a logic of controlled, gradual renewal, distinct from both the immediate purge and the accelerated technocratization predicted by existing scholarship. The research contributes systematic evidence on parliamentary elite dynamics in Portuguese-speaking African countries and advances an alternative model of succession management in institutionalized authoritarian regimes.

Keywords: parliamentary elites; dominant-party regime; political renewal; presidential succession; Angola.

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 – Representação feminina no parlamento nacional de Angola (1992-2022)62
- GRÁFICO 2 – Mediana etária dos deputados nacionais de Angola (1992 –2022)64
- GRÁFICO 3 – Percentagem de parlamentares com pós-graduação no parlamento nacional de Angola (1992 – 2022)65
- GRÁFICO 4 – Cinco principais áreas de formação dos parlamentares angolanos (1992-2022)67
- GRÁFICO 5 – Comparação das dez principais áreas de formação dos parlamentares angolanos nas eleições de 2017 e 2022....68
- GRÁFICO 6 – Comparação das principais áreas de ocupações profissionais dos parlamentares angolanos nas eleições de 2017e 202270
- GRÁFICO 7 – Cinco principais ocupações profissionais dos parlamentares angolanos (2017-2022) ...71
- GRÁFICO 8 – Taxa de renovação parlamentar por legislatura em Angola (1992-2022) ...68
- GRÁFICO 9 – Distribuição do número de mandatos da elite parlamentar angolana (1992-2022) ...75
- GRÁFICO 10 – Capital partidário e estatal médio dos parlamentares angolanos (1992 e 2022) ...78
- GRÁFICO 11 – Comparação dos capitais predominantes nas trajetórias dos parlamentares angolanos (1992-2022) ...79
- GRÁFICO 12 – Teste estatístico de comparação de média do perfil de capital partidário e estatal nos anos de transição de Dos Santos e Lourenço...80

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1– Resultado geral das eleições de 2022 por partido	47
QUADRO 2– Comparativo das leis eleitorais angolanas (1992-2022)	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Composição da Assembleia Nacional de Angola por Legislatura (1992-2022) ...59

TABELA 2 – Média de mandatos por partido político representados no parlamento nacional de Angola (1992-2022) ...77

TABELA 3- Comparação de capitais partidário e estatal por partido político (2017-2022) ...81

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ANC	- Congresso Nacional Africano
APN	- Aliança Patriótica Nacional
BD	- Bloco Democrático
CASA-CE	- Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral
CNE	- Comissão Nacional Eleitoral
CRA	- Constituição da República de Angola
FAA	- Forças Armadas Angolanas Nome por extenso
FALA	- Forças Armadas de Libertação de Angola Nome por extenso
FAPLA	- Forças Armadas Popular de Libertação de Angola
FNLA	- Frente Nacional de Libertação de Angola
FPU	- Frente Patriótica Unida
FRELIMO	- Frente de Libertação de Moçambique
GURN	- Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
IDEA	- International Institute for Democracy and Electoral Assistance
IECA	- Igreja Evangélica Congregacional de Angola
JMPLA	- Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
KMT	- Partido Nacionalista da China Taiwanês
LIMA	- Liga da Mulher Angolana
MONUA	- Missão de Observação das Nações Unidas em Angola III
MPLA	- Movimento Popular de Libertação de Angola
OMA	- Organização da Mulher Angolana
ONU	- Organizações das Nações Unidas Nome por extenso
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PHA	- Partido Humanista de Angola
PLUA	- Partido da Luta Unida dos Povos Africanos de Angola
P-NJANGO	- Partido Nacionalista para a Justiça em Angola
PRA-JA	- Partido de Renovação e Ação – Juntos por Angola Servir Angola
PRI	- Partido Revolucionário Institucional
PRS	- Partido de Renovação Social
RC	- República do Congo
RDC	- República Democrática do Congo
SADC	- <i>Southern Africa Development Community</i>

TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
UMNO	- Organização Nacional Malaia Unida
UNAVEM	- Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNITA	- União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA	- União Nacional dos Trabalhadores Angolanos
UPA	- União dos Povos de Angola
UPNA	- União das Populações do Norte de Angola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	22
2.1 AUTHORITARIAN POWER-SHARING: PARLAMENTO COMO ARENAS DE COOPTAÇÃO.....	22
2.2 PARTIDOS DOMINANTES COMO GATEKEEPERS INSTITUCIONAIS	24
2.2.1 <i>Sucession politics</i> : purgas, consolidação e <i>timing</i>	26
2.2.2 <i>Authoritarian upgrading</i> e tecnificação de elites	27
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA DE ANGOLA	29
3.1 FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS EM ANGOLA	29
3.1.1 O período de partido único e a guerra civil	32
3.2 OS ACORDOS DE BICESSE E AS ELEIÇÕES DE 1992.....	35
3.2.1 O retorno à guerra civil (1992-2002).....	37
3.3 ANGOLA PÓS-GUERRA (2002-2022): O PROCESSO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL	38
3.3.1 Eleições sem alternância: MPLA e a competição controlada (2008-2022).....	40
3.3.2 Eleições de 2008: consolidação da hegemonia.....	40
3.4 SISTEMA POLÍTICO ANGOLANO: CONSTITUIÇÃO DE 2010	41
3.4.1 Eleições de 2012: primeiros sinais de contestação.....	43
3.4.2 Eleições de 2017: continuidade com mudança.....	44
3.5 ELEIÇÕES DE 2022: CONSOLIDAÇÃO DA CONTESTAÇÃO	46
3.5.1 O sistema eleitoral de Angola.....	49
4 MATERIAL E MÉTODOS	53
4.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA E CODIFICAÇÃO DE DADOS.....	53
4.1.1 Técnicas de análise aplicadas aos dados.....	58
5 AS TRANSFORMAÇÕES DA ELITE PARLAMENTAR DE ANGOLA.....	60
5.1 O PERFIL DA ELITE PARLAMENTAR	60
5.2 RENOVAÇÃO PARLAMENTAR E SUCESSÃO PRESIDENCIAL.....	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

A formação da elite política angolana remonta à luta pela independência de Portugal, iniciada em 1961 (Bernussi; De Campos, 2022). Diversos movimentos nacionalistas, entre eles a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), destacaram-se nas ações que culminaram nos Acordos de Alvor, assinados em 15 de janeiro de 1975, nos quais Portugal reconheceu estes movimentos como representantes legítimos do povo angolano (Messiant, 2008; Wheeler; Pélissier, 2009). Embora os acordos previssem a proclamação conjunta da independência em 11 de novembro de 1975, conflitos entre os movimentos nacionalistas eclodiram antes da data prevista. A esse respeito, o MPLA proclamou unilateralmente a independência e instaurou um regime de partido único (Bender, 2009; Bittencourt, 2016).

No plano internacional, a queda do Muro de Berlim em 1989 impulsionou processos de democratização em países africanos (Almeida; Sanches, 2011; Alves, 2013). Com desdobramento desse cenário, em Angola, abriu-se espaço para conversações entre MPLA e UNITA que resultaram nos acordos de Bicesse em 1991 e transição multipartidária de 1992, quando Angola alterou sua designação oficial de República Popular para República de Angola (Florêncio, 2010, p. 96).

Em decorrência disso, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias em setembro de 1992. Porém, a rejeição dos resultados pelos partidos de oposição, especialmente a UNITA, resultou na retomada da guerra civil (Alves, 2013; Bittencourt, 2016). O fim da guerra civil em 2002 propiciou a realização de eleições regulares em 2008. Desde então, novas formações políticas sem vínculos com o conflito armado emergiram, competindo nas eleições de 2012, 2017 e 2022, todas realizadas sob a nova Constituição aprovada em 2010 (Silva, 2023).

Diante desta conjuntura, a presente pesquisa visa examinar como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder desde a independência em 1975, administrou a renovação de suas elites parlamentares durante a sucessão presidencial de 2017 e nas eleições seguintes de 2022.

Para contextualizar esta dinâmica, o primeiro presidente, Agostinho Neto, liderou o país até sua morte em 1979, sendo substituído por José Eduardo dos Santos (adiante, Dos Santos), que permaneceu no poder por 38 anos sob um regime marcado pelo centralismo partidário e acusação de corrupção (Pearce *et al.*, 2018; Bernussi; De Campos, 2022). Em 2017, após anunciar sua retirada, Dos Santos indicou João Manuel

Gonçalves Lourenço (adiante, João Lourenço), então vice-presidente do partido e ministro da Defesa, como cabeça de lista do MPLA nas eleições gerais de agosto de 2017, nas quais o partido obteve 61% dos votos.

À primeira vista, a transição foi apresentada como pacífica e institucional. Todavia, segundo Mathias Alencastro (2018) e Mariana Bernussi e Tales de Campos (2022), ela representou a passagem de uma hegemonia não negociada, baseada no absolutismo presidencial, para uma “hegemonia negociada”, sem alteração estrutural das relações autoritárias entre Estado e sociedade. De modo complementar, Justin Pearce *et al.* (2018) esclarecem que a escolha de João Lourenço fora, ela própria, resultado de uma prolongada disputa interna no Comitê Central entre a presidência e segmentos influentes do partido¹. Posteriormente, reeleito em 2022 com 51,2%, João Lourenço consolidou sua liderança partidária.

Apesar dessas mudanças no interior do partido, dados do Índice de Democracia (1991 e 2024) publicados pela *Freedom House* e *Internacional IDEA* (2024)², indicam que Angola permaneceu classificado como “Não livre” ao longo do período analisado (1992-2022), sobretudo em razão das restrições persistentes às liberdades fundamentais e à liberdade de expressão. Diante desse quadro, a pesquisa fundamenta-se na teoria das elites políticas, com ênfase em abordagens que analisam regimes autoritários caracterizados pela predominância de um único partido no poder.

Nesse contexto, torna-se necessário esclarecer a categoria analítica utilizada para definir o partido governante em Angola. Embora a tipologia de sistemas partidários formulada por Giovanni Sartori (1982) em “partidos e sistemas partidários” distinga entre “partido dominante” e “partido hegemônico”, nesta dissertação utilizamos a primeira

¹ Em 2003, ano após fim da guerra, Dos Santos realizou uma consulta interna visando identificar possíveis sucessores. Nessa reunião, o então primeiro Secretário-Geral, João Lourenço, prontificou-se como potencial substituto. Essa atitude levou a afastá-lo temporariamente das estruturas do partido, ficando sem chances de chegar à presidência. No entanto, realça-se que as tensões de sucessão pela liderança são recorrentes no MPLA. Mesmo no período da fundação do MPLA, na altura houve desavenças na chamada “revolta ativa” entre ala com Daniel Chipenda e ala de Agostinho Neto (Mabeko-Tali, 2018). Em 27 de maio de 1977, a ala liderada por Nito Alves realizou uma “marcha de protestos” contra as políticas que a liderança de Agostinho Neto estava implementando. A resposta foi brutal, levando à chacina de milhares de pessoas ligadas ou suspeitas de fazerem parte da ala descontente, incluindo o próprio Nito Alves (Silva, 2023). Ver: DIÁRIO INDEPENDENTE. **João Lourenço segue o exemplo de José Eduardo dos Santos no controle da sucessão política**. Lisboa, 16 set. 2024. Disponível em: <<https://diarioindependente.pt>>. Acesso em: 15 fev. 2026).

² *Freedom House*, sediada nos EUA (*Freedom in the World*) e *International Institute for Democracy Indices (IDEA/ Global States* (Suiça) produzem relatórios comparativos sobre direitos políticos e liberdades civis. Embora suas pesquisas sejam utilizadas com frequência, sofrem críticas por viés ocidental e critérios poucos adaptados à realidade específica.

terminologia para caracterizar o MPLA. Para Sartori, partidos dominantes são aqueles que permanecem longos períodos no governo em regimes plenamente competitivos, ao passo que partidos hegemônicos limitam a competição política.

Contudo, parte da literatura contemporânea sobre regimes autoritários passou a empregar o conceito de “partido dominante” para designar partidos que se mantêm no poder por longos anos ainda que em contextos de competição eleitoral desigual. Autores como Beatriz Magaloni (2006) “hegemonic-party autocracy”, Jason Brownlee (2007) “*ruling party*” e Jennifer Gandhi (2008) “*regime party*” utilizam essa noção para explicar como partidos governantes institucionalizam mecanismos de cooptação e distribuição de recursos a fim de preservar sua permanência no poder. Portanto, nessa pesquisa compreendemos o MPLA como partido dominante, dada sua longevidade contínua no governo angolano desde a independência em 1975.

Uma vez definido o enquadramento institucional do regime político, é crucial situar a discussão no campo mais amplo da teoria das elites. Nessa perspectiva, os estudos sobre elites políticas inscrevem-se nos clássicos da teoria sociológica. No que concerne às primeiras formulações sistemáticas sobre decisões e elites, destaca-se Gaetano Mosca (1966), para quem a existência de uma minoria dirigente e maioria governada constitui uma lei universal em qualquer sociedade humana.

Mais tarde, diferentes métodos foram desenvolvidos para identificar as elites. Floyd Hunter (1953) enfatizou a reputação, Robert Dahl (1970) propôs o método decisional, e C. Wright Mills (1981) sistematizou o método posicional o qual a posição ocupada em instituições estratégicas define a pertença à elite do poder. Os autores completam que, sim, o mundo social é feito de agentes que atuam nas burocracias executivas e econômicas, legislativas e/ou judiciárias e estes defendem permanentemente seus interesses. Nesta dissertação, adota-se a análise de biografias coletivas, a prosopografia e o método posicional, uma vez que o objeto empírico são deputados que exerceram cargos na Assembleia Nacional de Angola.

No âmbito dos países da comunidade de língua portuguesa, o Brasil apresenta tradição consolidada no estudo das elites políticas. Conforme destacam Adriano Codato e Renato Perissinotto (2015), a expansão dessa agenda relaciona-se à dinâmica da democracia brasileira e da disponibilização de dados eleitorais dos candidatos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na visão de Perissinotto (2019) esse quadro possibilitou a ampliação das investigações acadêmicas nas décadas de 1990 e 2000, estendendo-se até os dias atuais.

Em outro plano analítico, no campo específico do autoritarismo de partido dominante, sustenta-se que tais partidos resolvem o problema de sucessão por meio da institucionalização de regras internas de promoção e cooptação, reduzindo a incerteza sobre quem será o próximo líder (Bogaards, 2004; Magaloni, 2006; Brownlee, 2007). De forma convergente, Gandhi e Adam Przeworski (2006), bem como Milan W. Svobik (2012) argumentam que regimes autoritários criam instituições de *power-sharing*, como parlamentos e partidos, para cooptar elites rivais, e reduzir o risco de instabilidade política.

Parte dessa literatura, como *succession politics* (Frantz; Stein, 2016) quanto com as teses do *authoritarian upgrading* (Kendall-Taylor; Frantz, 2014; Nathan, 2016), prevê ainda que momentos de sucessão tendem a provocar processos de recomposição das elites políticas, seja por meio de purgas imediatas dos aliados associados ao líder anterior, seja por meio de mecanismos de substituição e promoção interna.

Todavia, a dinâmica da sucessão política em Angola suscita questionamentos importantes para essa literatura. A substituição de José Eduardo dos Santos por João Lourenço em 2017 ocorreu no interior de um regime de partido dominante consolidado há mais de quatro décadas, levantando indagações sobre como e em que momento, eventuais mudanças nas elites parlamentares se verificaram. Entretanto, ainda se sabe pouco como essas dinâmicas se manifestam em regimes autoritários africanos, especialmente em contextos marcados por prolongada permanência de um mesmo grupo no poder.

É precisamente nesse ponto que se insere esta investigação. O estudo tem como objeto de análise o perfil e a trajetória dos 1.185 deputados angolanos que exerceram mandatos entre 1992 e 2022 para explicar o duplo *puzzle* da renovação parlamentar pós-sucessão de 2017: por que a renovação ocorreu tardiamente (2022) e não imediatamente após a posse de João Lourenço (2017)? E como diferentes perfis de deputados foram impactados durante esse processo? O objetivo é explicar não apenas quando a renovação ocorreu, mas quais atributos individuais como capital partidário, capital estatal, qualificação educacional e idade explicam as transformações no perfil da classe política, contribuindo para a compreensão de dinâmicas de elite em transições intra-regime de partidos dominantes em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A pesquisa justifica-se, acima de tudo, por várias razões. Do ponto de vista empírico, o estudo fundamenta-se pela lacuna existente nos PALOP, uma vez que os estudos disponíveis ainda são limitados. Carlos Cardoso (2002) fez um mapeamento

histórico da formação das elites independentistas na África Austral, enquanto Christine Messiant (2004, p. 166) destacou que as origens socioculturais das elites nacionalistas angolanas decorrem da interação entre “povos nativos, assimilados e crioulos”.

Mais recentemente, Ana Lúcia Sá e Olívio Kilumbo (2024), realizaram estudo descritivo mais próximo ao aqui proposto. Examinadas as legislaturas de 2008, 2012, 2017 e 2022 com foco nos deputados da UNITA, afirmam que a base de recrutamento do partido aumentou ao incorporar parlamentares provenientes de diferentes origens sociais e étnicas. Assim ainda, permanece inexplorada uma abordagem longitudinal que integre as variáveis atinentes à formação educacional, profissional e trajetória política, lacuna que fundamenta a presente dissertação.

Por fim, no plano pessoal, passei a interessar-me pela temática das elites durante meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, bem como por minha participação no Observatório de Elites Políticas. No decorrer dos debates conduzidos pelo Prof. Mateus Albuquerque, surgiu a questão da singularidade do caso angolano. Diferentemente de outros cenários, os partidos e as lideranças atualmente envolvidos em disputas eleitorais no país são os mesmos que protagonizaram a luta armada e a guerra civil (Schubert, 2017; Sá; Kilumbo, 2024). Essas discussões sobre a transformação de movimentos de guerrilhas em partidos políticos e a subsequente reconfiguração de seus atores políticos constituem um dos pontos de partida deste estudo.

Além desta introdução, a presente dissertação organiza-se nos seguintes capítulos. O Capítulo 2 dedica-se à revisão de literatura, apresentando o debate teórico sobre as elites políticas em regimes autoritários. Mobilizamos os principais argumentos sobre instituições de *power-sharing* (Gandhi e Przeworski, 2006; Svobik, 2012), partidos dominantes (Bogaards, 2004; Magaloni, 2006; Brownlee, 2007), a sucessão política e purga imediata (Levitsky e Way, 2010; Svobik, 2012; Frantz e Stein, 2017), e a adaptação dos regimes autoritários (Pepinsky, 2008; Kendall-Taylor e Frantz, 2014; Nathan, 2016).

No Capítulo 3, discorremos sobre a história política angolana, mostrando como o aspecto histórico, marcado pela formação de Movimentos de Libertação para a independência, institucionalização do regime de partido dominante, Constituição “atípica” de 2010 e pelas sucessivas alterações de leis eleitorais, moldou o perfil das elites que chegam ao Legislativo. O Capítulo 4, é dedicado à descrição dos procedimentos metodológicos adotados para a coleta e análise dos dados que fundamentam a presente dissertação. No Capítulo 5, apresentamos os resultados da evolução longitudinal do perfil das elites parlamentares angolanas (1992-2022), considerando capital político (partidário

e estatal), qualificação educacional e características demográficas. Por fim, expomos as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo articula três campos teóricos: instituições de *power-sharing* em regimes autoritários, sucessão política e dinâmicas de purga, e adaptação institucional em países autoritários. Essas abordagens oferecem diferentes interpretações sobre como regimes de partido dominante administram conflitos internos e organizam a circulação de elites políticas. Para os propósitos desta dissertação, a revisão dessa literatura busca fundamentar o problema de pesquisa e estabelecer o referencial analítico que orientará o teste empírico das teorias mobilizadas.

Nesse sentido, cada uma dessas abordagens formula expectativas distintas sobre a dinâmicas das elites em regimes autoritários. De modo geral, a literatura sobre sucessão (Svolik, 2012) prevê que momentos de transição de liderança podem desencadear purgas das elites governantes. Já a teoria do “*authoritarian upgrading*” (Nathan, 2016) enfatiza a capacidade adaptativa de regimes autoritários por meio de mecanismos institucionais que reforçam sua resiliência política. Por sua vez, estudos sobre partidos dominantes destacam o papel dessas organizações na estabilização do regime e na gestão da cooptação, e da promoção de quadros políticos, conforme será discutido nas seções seguintes.

2.1 *Authoritarian power-sharing: parlamento como arenas de cooptação*

A literatura contemporânea sobre instituições autoritárias rompe com a imagem de que um déspota governa, exclusivamente, pela força. Gandhi (2008), em “*Political Institutions under Dictatorship*”, sustenta que legislaturas e partidos em regimes não democráticos não são meras fachadas, mas instrumentos centrais para a cooperação e sobrevivência das autocracias. Essa perspectiva já havia sido delineada em “*Cooperation, Cooptation, and Rebellion under Dictatorship*”, de Gandhi e Przeworski (2006).

Partem da distinção entre regimes despóticos e regimes que operam por meio de regras e instituições. O argumento é de que a sobrevivência do autocrata depende de equilibrar cooperação e prevenção de rebeliões (Gandhi; Przeworski, 2006). Para tanto, o ditador lança mão de concessões de instituições públicas de partilha da renda (*spoils*). Em primeiro, exigem-se fóruns institucionais para negociação e formalização de acordos, em segundo, materializam-se na distribuição de cargos e salários no setor estatal.

Nesse modelo, legislaturas e partidos funcionam como arenas institucionais responsáveis por internalizam o conflito. Dessa forma, as legislaturas permitem ao governante selecionar quais grupos terão acesso ao poder e institucionalizar acordos

políticos. Por sua vez, os partidos estruturam a distribuição de *spoils* e criam perspectivas de carreira para os colaboradores do regime. Assim, as instituições convertem potenciais opositores em atores dependentes do sistema, reduzindo os custos da repressão direta (Gandhi; Noble; Svolik, 2020).

No entanto, a intensidade dessas estratégias varia conforme a força da oposição e a necessidade de cooperação econômica. Quando a ameaça de revolta é elevada, ditadores ampliam concessões políticas e distribuem mais recursos para evitar conflitos. Em situações rentistas, a dependência da cooperação social é menor, mas concessões políticas emergem caso a estabilidade esteja em risco. Ainda assim, o poder permanece arbitrário, pois o governante pode reverter decisões institucionais se julgar necessário.

Em diálogo com esse argumento, Svolik (2012), distingue dois conflitos centrais nas ditaduras: o problema do controle autoritário e o problema da partilha de poder. O primeiro opõe elites governantes e população, enquanto o segundo ocorre entre o ditador e a sua coligação governante. Dados apresentados pelo autor indicam que a maioria das quedas de líderes decorre de conflitos intraelite, e não de revoltas populares (Svolik, 2012, p. 10-11).

Esse argumento é aprofundado por Carles Boix e Svolik (2013). Para os autores, instituições de partilha de poder resolvem problemas de monitoração e compromisso entre líderes e elites. Contudo, sua eficácia depende da capacidade de rebelião da coligação governante. Quando o líder concentra poder, a ameaça deixa de ser credível e as instituições perdem função estabilizadora.

Nessa mesma agenda, Leonardo R. Arriola, James Devaro e Anne Meng (2021), em “*Elite cooptation and position fragmentation*”, analisam regimes eleitorais africanos entre 1990 e 2016. Demonstram que a permanência dos incumbentes decorre de subversão democrática realizada por meios legais. O uso estratégico da autoridade de nomeação fragmenta a oposição e cria um mercado de dissidência, impedindo a coordenação adversária.

Essa contribuição dialoga com Gandhi (2008) ao realçar que a oposição não nasce fraca, mas é enfraquecida por mecanismos institucionais de cooptação. Desse modo, a existência de eleições multipartidárias e a percepção de baixa probabilidade de vitória tornam a adesão individual racional. Assim, o multipartidarismo se converte em arena de negociações individualizadas, reforçando a estabilidade do incumbente.

Portanto, é lógico afirmar que instituições legislativas não democratizam o regime, mas estabilizam as relações de poderes. Parlamentos operam como arenas de

cooptação e partilha de poder, internalizando conflitos e reduzindo incertezas entre elites. A estabilidade do regime depende desse equilíbrio entre concessões, distribuição de recursos e capacidade de monitoramento intraelite.

2.2 Partidos dominantes como *gatekeepers* institucionais

Os regimes de partido dominante desafiam classificações dicotômicas entre autoritarismo e democracia plena. Matthijs Bogaards (2004) realça que a dominância não se reduz a simples continuidade eleitoral, mas à capacidade de moldar as regras do jogo político de forma a preservar vantagem competitiva sem recurso à força. Assim, um partido é dominante quando mantém uma maioria parlamentar em, pelos menos, três eleições consecutivas, controla o Executivo de modo contínuo e exerce influência desproporcional sobre instituições, mesmo em circunstância, formalmente, democrática (Bogaards, 2004, p. 7).

Essa persistência institucional compreende-se também à luz da perspectiva sociológica proposta por Arthur Stinchcombe (1968). Para o autor, a estabilidade das instituições sociais depende de mecanismos de autorreplicação que operam por meio da convergência de valores entre diferentes gerações de lideranças.

No caso do MPLA, a institucionalização se resume em reprodução ritual de hierarquias, em que veteranos da luta armada ocupam posições de *gatekeepers* que selecionam novos recrutas, garantindo que apenas aqueles socializados nos mesmos códigos de lealdade ascendam. Desse modo, explica-se por que, como veremos no Capítulo 5, mesmo após sucessão presidencial de 2017, a mesma elite parlamentar se manteve operante, pois são endógenos ao próprio sistema partidário.

No estudo do Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano, Magaloni, em “*Voting for Autocracy*”, define partidos dominantes a partir de critérios institucionais claros. Segundo a autora:

[...] deve haver competição multipartidária regularizada, mesmo que limitada; (2) o chefe do executivo e o legislativo devem ser eleitos; (3) o titular deve ter exercido o cargo por mais de vinte anos; e (4) se o titular não foi inicialmente eleito em eleições multipartidárias, o partido governante o introduziu posteriormente e nunca perdeu (Magaloni, 2006, 36-37).

Essa análise demonstra que a dominância opera sob condições de competição regulada, porém desigual com outros atores.

Além disso, quando Magaloni (2006) argumenta que o PRI mexicano manteve hegemonia por sete décadas através de controle sobre nomeações e progressão de

carreiras, está descrevendo um sistema autorreplicante no qual “os padrões sociais causam sua reprodução” (Stinchcombe, 1968, p. 101).

Nesse sentido, a estabilidade do partido dominante depende de disciplina interna, alocação estratégica de recursos e supressão coordenada da dissidência (Mgaloni, 2006). O controle de nomeações transforma o partido em *gatekeeper* do acesso a cargos e benefícios, tornando a deserção custosa. Visto que, quando se institucionaliza regras de promoção e sucessão, o partido resolve problemas de coordenação intraelite e reduz incerteza quanto ao futuro político dos seus quadros.

Essa ênfase institucional aproxima-se do entendimento de Brownlee (2007). O autor distingue regimes de partido dominante de ditaduras personalistas, argumentando que a institucionalização partidária aumentaria a probabilidade de sucessões controladas, dá exemplos em casos como PRI mexicano, Organização Nacional Malaia Unida (UMNO, sigla em inglês) e Partido Nacionalista da China taiwanês (KMT *Kuomintang*), onde a existência de procedimentos internos e mecanismos de arbitragem favorece transições intraelite e preserva a continuidade organizacional, ainda que imponha limites ao novo líder.

Em contraposição, Levitsky e Way (2010) caracterizam tais regimes como autoritarismos competitivos. Ou seja, as eleições são regulares, mas ocorrem em terreno desigual que beneficia incumbentes. J.N.C. Hill complementa afirmando que “[...] authoritarian regimes, need a degree of democracy – achieved mainly through the staging of regular multiparty elections – to satisfy Western opinion and assuage domestic opposition” (Hill, 2016, p. 209). Portanto, a estabilidade varia conforme o nível de ligação (*linkage*) externo e a capacidade do Estado.

Erica Frantz e Elizabeth A. Stein (2017) testam essas hipóteses e identificam que cerca de 60% das sucessões resultam em purgas imediatas no primeiro ano. Ditaduras personalistas exibem taxas mais elevadas, enquanto regimes de partido único³ tendem a transições menos violentas. Como explicação, evoca-se a institucionalização partidária que reduz conflitos sucessórios, mas que não elimina a necessidade de consolidação.

Brownlee, contudo, identifica exceções relevantes. Em partidos institucionalizados, os custos de fragmentação superam os ganhos imediatos de purgas.

³ É importante ressaltar que em Angola o regime de partido único vigorou de 1975 até 1991. A partir da assinatura dos acordos de Bicesse, em 31 de maio 1991, adotou-se o multipartidarismo. Entretanto, nesta pesquisa estamos utilizando o conceito de “partido dominante” para se referir ao MPLA que governa o país desde 1975.

Pois que, suas regras claras de sucessão e mecanismos internos de arbitragem incentivam acordos com alas herdadas. Nesses casos, a continuidade organizacional, torna-se um ativo estratégico superior à configuração das elites.

No debate sobre recrutamento legislativo, emergem três perspectivas que elucidam o fenômeno. A tese da persistência (Levitsky; Way, 2010) postula que partidos com origem revolucionária preservam estruturas organizacionais fortes. Segundo os autores, “partidos revolucionários herdam estruturas organizacionais robustas, identidades coletivas coesas e redes de lealdade que resistem às pressões por democratização interna” (Levitsky; Way, 2010, p. 17). Assim, o recrutamento privilegia lealdade histórica e militância duradoura.

Em contraste, Barbara Geddes, Joseph Wright e Frantz (2018) advogam a tese da modernização. Fundamentam a ideia de que a durabilidade autoritária depende da capacidade de recrutar elites tecnicamente qualificadas. Dessa forma, pressões de competição eleitoral, inserção em economia globalizadas e expansão educacional incentivam a incorporação de tecnocratas e perfis especializados, sem necessariamente eliminar critérios de lealdade.

Uma terceira perspectiva sugere a coexistência de múltiplos critérios. Ora John Reuter e Gaeme B. Robertson (2012) reafirmam que “partidos dominantes em regimes autoritários [...] não escolhem entre lealdade e competência, mas sim desenvolvem estruturas segmentadas que permitem recrutar ambos os tipos de elite para diferentes propósitos” (Reuter; Robertson, 2012, p. 1065). Para os autores, quadros históricos, tecnocratas e representantes regionais funcionam como categorias complementares.

De modo convergente, Jamie Bleck e Nicolas Van de Walle (2013) observam, na África subsaariana, a combinação entre autoridade carismática fundacional e incorporação de elites técnicas formadas no exterior. Essa coexistência, conforme os autores, não revela incoerência, mas estratégia às exigências de governar sob competição eleitoral. Urge importância de ver como ocorre no momento de sucessão.

2.2.1 *Succession politics*: purgas, consolidação e *timing*

De modo geral, a sucessão política em regimes autoritários de partido dominante representa momento de elevada vulnerabilidade institucional. Conforme Svobik (2012) alega que sucessões produzem incertezas quanto às intenções e lealdades dos atores centrais do regime. Desse modo, o novo líder fica entre consolidar rapidamente o poder

por meio de purgas ou preservar a estabilidade mantendo “*a ruling Coalition*” herdada (Svolik, 2012, p. 5-6).

Com base em estudos de caso e análise estatística de ditaduras de partido dominante (1946 e 2008), o autor aponta que *timing* da purga está sujeito aos custos de resistência da elite antiga frente aos custos de fragmentação do regime. Assim, espera-se que as purgas ocorram logo após sucessão, quando a janela de oportunidade política é mais ampla (Svolik, 2012).

Na prática, as chances de purgas imediatas sucedem quando os custos de resistência e a janela de oportunidade política estão mais amplas. A consolidação inicial reduz ameaças internas, mas há chance de gerar tensões longas. Nesse sentido, o argumento de Svolik (2012) é de que a política autoritária é estruturada por cálculos estratégicos intraelite, nos quais o *timing* e as instituições servem de elementos de estabilidade do regime.

Frantz e Stein (2017) testam empiricamente essas hipóteses com dados sobre transições autoritárias de partido dominante. Para as autoras, cerca de 60% das sucessões produzem purgas nos primeiros doze meses. As ditaduras personalistas apresentam taxas mais elevadas, enquanto regimes de partido dominante registram transições mais pacíficas por causa da sua institucionalização partidária.

Nesse contexto, é recorrente que as práticas partidárias anteriores sejam preservadas e autorreplicadas, porque os dirigentes políticos do presente tendem a ter os mesmos valores do passado. De acordo com Stinchcombe (1968) para esses regimes, o controle da seleção de sucessores é fundamental não somente para preservação dos valores, mas também que a nova liderança possa selecionar atores políticos que comungam valores e interesses comuns.

2.2.2 *Authoritarian upgrading* e tecnificação de elites

Como destacado acima, regimes autoritários de partido dominante criam instituições não só para apenas cooptação dos adversários, mas também para agradar os parceiros internacionais, na maior parte, financiadores. Internamente, busca-se recrutar agentes capazes de inovar. Nessa direção, Andrew Nathan (2003) formula o conceito de resiliência autoritária para explicar a persistência do Partido Comunista Chinês após Tiananmen. O autor identifica quatro pilares institucionais: sucessões baseadas em regras, ampliação da meritocracia no recrutamento, diferenciação funcional crescente e especialização funcional com participação restrita.

Para nossa análise, interessa-nos a última, visto que a profissionalização e a especialização econômica da elite levam ao regime ajustar-se à modernização sem promover democratização, como sustentado na tese da modernização. Assim, os partidos dominantes são concebidos como estruturas de arranjos capazes de aprendizado e inovação. Desse ponto de vista, Andrea Kendall-Taylor e Erica Frantz (2014, p. 74) desenvolvem a teoria de “*authoritarian upgrading*”, segundo a qual esses regimes respondem a crises através de incorporação seletiva de práticas democráticas sem abdicar do controle político.

Ao estudarem casos na África subsaariana e sudeste asiático, demonstram que autocracias com partido dominante que investem em capacidade burocrática, meritocracia e prestação de serviços tendem a sobreviver mais do que aquelas apoiadas na repressão (Kendall-Taylor; Frantz, 2014). Nesse raciocínio, a tecnificação da elite constitui elemento central dessa estratégia, pois o recrutamento de perfis técnicos amplia a legitimidade junto a credores internacionais e classes médias urbanas (Geddes *et al.*, 2018).

A relação entre a reforma autoritária de partido dominante é aprofundada por Thomas B. Pepinsky (2008). Comparando as respostas à crise asiática de 1997 a 1998 na Indonésia e na Malásia, o autor explana que a estrutura da coalizão governante condiciona a escolha entre patronagem e eficiência. Por exemplo, na Indonésia, respostas inconsistentes e conflitos entre elites agravaram a crise e culminaram na renúncia de Haji Mohammad Suharto (1921-2008). Na Malásia, a união da coalizão e a adoção de controles de capital sob Mahathir bin Mohamad, Primeiro-Ministro entre 1981-2003, preservaram o regime (Pepinsky, 2008).

À luz desse debate, indicamos que crises econômicas pressionam coalizões de patronagem a substituir redes clientelistas por quadros técnicos aptos a implementar ajustes. Assim, a atuação de credores internacionais se reforça ao condicionar empréstimos a reformas institucionais. Contudo, a incorporação de técnicos nem sempre implica abandono da lealdade organizacional, mas sim hibridização gradual entre competência e militância (Geddes; Wright; Frantz, 2018).

Diante desse quadro, impõe-se compreender a trajetória político-histórica de Angola para situar as bases de formação e adaptação da elite do país.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA DE ANGOLA

Este capítulo examina a história política de Angola. Com isso, objetivamos mostrar como os mecanismos institucionais (controle de listas fechadas pelo MPLA) e estratégias (*timing* da consolidação de poder) permitiram a renovação gradual sem ruptura formal. Sob esse olhar, Adriano Codato *et al.* (2016) sublinham que o regime político e sistema partidário influenciam no tipo de elite de poder que chega ao poder.

A discussão que se segue está centrada na formação de Movimentos de Libertação para a independência e a institucionalização do regime de partido único (1975-1991), no período pós-guerra civil, de 2002 a 2022, considerando os processos de reconstrução do Estado e as eleições legislativas realizadas neste intervalo. Discute-se ainda o sistema político do país, contemplando as regras eleitorais estabelecidas pela Constituição de 2010 e nos mecanismos institucionais que regulam a composição da Assembleia Nacional.

Dessa forma, nesse capítulo, frisamos que a configuração atual da elite parlamentar angolana resulta de um processo histórico específico, no qual trajetórias políticas e regras institucionais operam de forma combinada.

3.1 Formação dos Movimentos Nacionalistas em Angola

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ganhou força o processo de descolonização em África, resultando na formação de vários movimentos nacionalistas. Esse movimento intensificou-se após a Conferência de Bandung⁴, em 1955, e das independências conquistadas por várias colônias francesas, nomeadamente a República do Congo (RC) e República Democrática do Congo (RDC), ambos em 1960, e britânicas Gana, 1957, Nigéria, 1960, Zâmbia, 1964, e outras, no início dos anos 1960 (Zerquera, 2009; Marques, 2013).

⁴ A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em abril de 1955, reuniu representantes de países asiáticos e africanos recém-independentes. Nessa conferência estabeleceu os princípios do Movimento dos Países Não-Alinhados - solidariedade entre povos colonizados além fronteiras, formação de redes de apoio político e ideológico entre movimentos de libertação etc., além disso, condenou o colonialismo, considerando-o uma violação dos Direitos Humanos. Líderes africanos como Kwame Nkrumah, de Gana, e posteriormente Agostinho Neto (Angola) inspiraram-se no panafricanismo e no anti-imperialismo discutidos em Bandung, incorporando esses princípios às suas estratégias nacionais (Moorman, 2008).

No caso de Angola, o nacionalismo contra o colonialismo surgiu da convergência de uma combinação de fatores diferentes. Entre eles, estavam a exploração econômica cada vez mais intensa pela administração colonial portuguesa, a dominação branca racial que era praticada de forma “velada”, a repressão política às organizações africanas e a circulação de ideias anticoloniais através de redes transnacionais de intelectuais e trabalhadores emigrados (Bittencourt, 2008; Moorman, 2008; Bender, 2009, p. 255).

Ao contrário de outros territórios africanos onde a descolonização aconteceu por meio de negociações, Portugal, sob o regime de Salazar, não pretendia aceitar as reivindicações por autodeterminação em Angola, Cabo-verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O governo português mantinha uma retórica de “pluricontinentalidade” e “lusotropicalismo” que tentava negar sua presença em Angola fosse colonial (Kajibanga, 2004; Pimenta, 2008; Mateus, 2011).

Diante desse contexto de recusa à autodeterminação e fechamento político do regime colonial português, a literatura sobre o nacionalismo angolano destaca que as igrejas protestantes desempenharam papel importante na formação de quadros que viriam a compor a elite política do período da independência. Conforme analisam Armindo Jaime Gomes (2012, p. 166) e Rosa Cruz e Silva (2012), desde o final do século XIX, com a atuação de missões como a Sociedade Missionária Baptista (1879, no norte de Angola) e, posteriormente, da Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA), em Benguela, Huambo e Bié, essas instituições combinaram evangelização com educação formal, por meio da estratégia “Bíblia e escola”.

Ao promover alfabetização, ofereceram bolsas de estudo para filhos de pastores especialmente, contribuindo para a formação intelectual e política de lideranças. Escolas metodistas formaram Agostinho Neto, enquanto a IECA formou figuras como Jonas Savimbi, Jorge Valentim (UNITA) e José Belo Chipenda (MPLA). Tal processo fomentou a difusão de ideias anticoloniais, em contraste a posição privilegiada da Igreja Católica no aparato colonial português (Morier-Genound, 2003; Gomes, 2012).

Nessa senda, surge a primeira organização nacionalista, o Partido da Luta Unida dos Povos Africanos de Angola (PLUA). Fundada de forma clandestina em dezembro de 1956 por intelectuais e trabalhadores de Luanda, liderados por figuras como Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Ilídio Machado e Mário Pinto de Andrade (Bittencourt, 2008, 2010, 2016). Pouco tempo depois, em dezembro do mesmo ano, o PLUA é rebatizado como Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), adotando uma orientação

marxista-leninista e estabelecendo vínculos com movimentos comunistas internacionais e países do bloco socialista (Birmingham, 2015; Mabeko-Tali, 2018).

No início, a base social inicial do MPLA foi composta principalmente por populações “mestiças”, intelectuais assimilados de Luanda e trabalhadores que atuavam na região do corredor entre Luanda, Catete e Dondo, na maioria das vezes de origem *ambundu*⁵ (Messiant, 2008; Pearce, 2015). Essa composição social exerceu um impacto profundo na identidade do movimento, influenciando suas estratégias políticas ao longo do tempo, em particular nas eleições de 1992 (Mabeko-Tali, 2018).

Ao mesmo tempo, surgiram outros movimentos nacionalistas com diferentes bases sociais e orientações ideológicas. Sendo assim, criou-se a União das Populações de Norte de Angola (UPNA) que posteriormente tornou-se União das Populações de Angola (UPA). Criada em 1958 por Holden Roberto e demais nacionalistas, organizou-se inicialmente na RC, envolvendo trabalhadores migrantes e refugiados bacongo⁶. Com uma retórica etnonacionalista, estabeleceu vínculos com os Estados Unidos da América (Wheeler; Pélissier, 2009).

Em 1962, a UPA muda para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), buscando projetar-se como um movimento de libertação com uma representação em todo país. Mesmo assim, sua base principal continuou nas regiões do norte do território, especialmente entre as populações bacongo (Birmingham, 2015). Durante a Guerra Fria, a FNLA conta com apoio do regime de Mobutu⁷ na RDC e estabelece conexões com redes ocidentais, posicionando-se como um movimento anticomunista (Gleijeses, 2002).

Posteriormente, emerge a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), fundada em 1966 pelo Jonas Savimbi. Conforme ressaltam Assis Malaquias (2007) e Catarina Antunes Gomes (2009), a UNITA resulta de dissidências internas na FNLA e no Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). No começo, a base

⁵ O território angolano é caracterizado por uma pluralidade cultural. Wheeler e Pélissier (2009, p. 32-33) apontam para aproximadamente mais 90 ou mais grupos étnicos, maior parte da população falante de língua *bantu*. Desse modo, destacam como principais grupos etnolinguísticos os povos de língua *quimbundo* concentrando-se em Luanda, Cuanza-norte, Malanje, Bengo e parte do Cuanza-Sul.

⁶ No que concerne aos *bacongo*, têm como língua o *quicongo* e predominam nas províncias mais a norte e noroeste de Angola como Cabinda, Uíge, Zaire etc.

⁷ Mobutu Sese Seko chegou ao poder em 1965, após um golpe de Estado que depôs Joseph Kasa-Vubu. Posteriormente, em 1971 renomeou o país de República Democrática do Congo para Zaire. Seu regime perdeu até 16 de maio de 1997, quando foi deposto por Laurent-Désiré Kabila.

social da UNITA, era principalmente entre as populações *ovimbundu*⁸ do planalto central, que representam o maior grupo etnolinguístico de Angola.

Com um discurso nacionalismo africano, anticomunismo e um forte apelo ao “campesinato rural”, sob liderança de Savimbi, líder carismático, com legitimidade tanto tradicional quanto revolucionária, firmou alianças pragmáticas ao longo do tempo, incluindo países como China, África do Sul e Estados Unidos, como enfatiza Bittencourt (2010).

Assim, a luta armada pela independência começou em 1961, com a insurreição no Norte liderada pela UPA/FNLA e os ataques em Luanda reivindicados pelo MPLA (Wheeler; Pélissier, 2009). Depois disso, passaram-se treze anos de guerrilha em várias frentes, com os três principais movimentos atuando em regiões distintas: o MPLA predominava no leste (Luanda, Cuanza-Norte, Moxico, Cunene) e em Cabinda, a FNLA no Norte (Uíge e Zaire), e a UNITA no centro-sul (Bié, Huambo, Moxico) (Birmingham, 2015).

Mediante a multiplicidade de movimentos nacionalistas com divergências ideológicas, em particular, influências de redes transnacionais durante a Guerra Fria, uma frente única contra o colonialismo português foi impossível (Messiant, 2008). Essa rivalidade entre os grupos de libertação passou a caracterizar também as suas atividades como partidos políticos (Chabal; Vidal, 2008), como será demonstrado nas seções subsequentes.

3.1.1 O período de partido único e a guerra civil

A Revolução dos Cravos⁹, ocorrida em Portugal, abril de 1974, desempenhou papel preponderante para o processo de descolonização das colônias portuguesas em África. No caso de Angola, este cenário levou os três movimentos a assinarem os acordos

⁸ Os *ovimbundu* constituem o principal grupo étnico de Angola, concentrando-se historicamente no Planalto central e em regiões do centro-sul, isto é, nas províncias do Huambo, Bié e Benguela, além das regiões do Cuanza-Sul, Huíla e antiga província do Cuando-Cubango, tendo o *umbundu* como língua predominante (Wheeler; Pélissier, 2009). Em função da guerra (1975-2002), que atingiu de forma mais intensa essas regiões, ocorreu um deslocamento interno, levando parte significativa dessa população para o norte e, sobretudo para centros urbanos como Luanda.

⁹ Este movimento militar foi crucial para o alcance de autodeterminação das colônias portuguesas. Simbolizada pelos cravos vermelhos colocados nos canos das armas, pôs fim à ditadura do Estado Novo (1930-1974) sob António Oliveira Salazar, e abriu caminho para a descolonização de Angola. Esse evento foi decisiva para Angola, pois acelerou o processo de independência, ao mesmo tempo em que expôs a fragmentação entre os movimentos nacionalistas FNLA, MPLA e UNITA (Wheeler; Pélissier, 2009; Bender, 2009; Marques, 2013).

de Alvor em janeiro de 1975. Dessa forma, esses acordos, além de reconhecerem a FNLA, MPLA e a UNITA como representantes legítimos do povo angolano, previam formar um governo de transição, e uma declaração conjunta de Independência em 11 de novembro de 1975 (Wheeler; Pélissier, 2009; Bender, 2009).

No entanto, divergências internas entre esses movimentos comprometeram os termos do acordo, agravando o conflito pelo controle territorial antes mesmo da data prevista. Assim, no dia 11 de novembro de 1975, enquanto o último representante português deixava Angola, os três movimentos proclamam a sua independência. O MPLA declara a República Popular de Angola na capital Luanda; conquanto a FNLA anuncia a criação da República Democrática em Ambriz; e a UNITA apoia a declaração da FNLA no Huambo (Marques, 2013; Birmingham, 2015).

Na concepção de Alexandra Marques (2013), os fatores militares e diplomáticos permitiram ao MPLA estabelecer-se como governo e, ao mesmo tempo, consolidar sua autoridade sobre Luanda, recebendo simpatia de partidos comunistas, inclusive os de Portugal. Assim, segundo Piero Gleijeses (2002) e Edward George (2005), em novembro de 1975, Cuba envia dezenas de tropas para resistir às ofensivas sul-africanas que apoiavam a UNITA e ações da FNLA. Dessa feita, o reconhecimento internacional veio ao MPLA.

Primeiro do Brasil, União Soviética e depois pela Organização da Unidade Africana, que em fevereiro de 1976 aceitou a República Popular de Angola como membro, garantido assim a legitimidade do movimento no cenário internacional. Nessa perspectiva, Carlos Alberto de Jesus Alves, abordando o reconhecimento da República Popular de Angola, assevera que:

A existência de um governo independente é a essência da qualidade do Estado. Porém, o reconhecimento do Governo é um ato político. Os primeiros países que reconheceram o Estado angolano foram Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Checoslováquia, Cuba, Etiópia, Guiné-Conacri, Ilhas Maurícias, Mali, Mongólia, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia, República Popular do Congo, S. Tomé e Príncipe, Síria, Somália, União Soviética e Vietname [...] (Alves, 2013, p. 106).

Como assegurado acima, nesse período, o MPLA estabeleceu o regime de partido único. Em 1976, adota oficialmente a designação de República Popular de Angola e, no seu primeiro Congresso em 1977, passa a declarar-se “partido de vanguarda da classe operária”, mudando seu nome para MPLA-Partido do Trabalho (MPLA-PT) (Marques, 2013; Mabeko-Tali, 2018). O regime implementou nacionalizações econômicas, planejamento centralizado e alinhamento com o bloco soviético. Além disso, passou a

controlar as organizações sociais através de estruturas corporativistas como Organização da Mulher Angolana (OMA), a Juventude do MPLA (JMPLA) e a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) (Messiant, 2008).

Sob o princípio de centralismo democrático, o MPLA concentrou o poder no Comitê Central e no *Bureau* Político, este último uma espécie de órgão restrito que decide as questões mais importantes tanto para o partido quanto para o Estado (Oliveira, 2015).

Neste cenário, o MPLA manteve as Forças Armadas Popular de Libertação de Angola (FAPLA) que chegaram a ter cerca de 130 mil combatentes apoiados por dezenas de milhares de soldados cubanos e conselheiros soviéticos. Por outro lado, a UNITA tinha aproximadamente 60 mil soldados no auge das operações das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), apoiada pela África do Sul e pelos Estados Unidos através da Doutrina Reagan (George, 2005; Birmingham, 2015).

De facto, essa conjuntura marcou a formação das elites angolanas. Pois, 1) militarizou-se as organizações políticas tanto o MPLA quanto a UNITA tornaram-se organizações político-militares onde hierarquias militares prevaleciam sobre estruturas partidárias. Ter credenciais militares passou a ser essencial para conquistar posições políticas e econômicas importantes (Chabal; Vidal, 2008); 2) criou gerações de quadros socializados na lógica da guerra, desenvolvendo habilidades de comando militar ou logística em cenários violentos. e 3) estabeleceu redes complexas de patronagem vinculadas ao controle estratégico dos recursos naturais: comandantes militares e gestores públicos em setores como petróleo e diamantes acumularam posições que permitiram formar elites econômicas estreitamente ligadas ao aparato do MPLA (Marques, 2011; Oliveira, 2015). Essas capacidades que nem sempre se traduzem em competências para governar democraticamente.

Durante o período de partido único (1975-1991) consolidaram-se estruturas rígidas de poder baseadas na monopolização pelo MPLA das instituições públicas, incluindo as organizações sociais. Essas dinâmicas garantiram lealdades dentro da coalizão dominante através da centralização decisória no âmbito partidário, funcionando menos como um partido ideológico de massas e mais como um aparato burocrático-militar que controlava o Estado (Missiant, 2008).

Por conseguinte, a filiação ao partido tornou-se um credencial quase obrigatório para acessar cargos na administração pública e empresas estatais. Essa configuração criou padrões específicos para recrutamento das elites baseados, sobretudo na lealdade às estruturas internas do partido e nas credenciais revolucionárias. Esses padrões marcaram

as décadas seguintes mesmo após uma abertura formal ao multipartidarismo (Bayart, 1993), como veremos no capítulo da análise dos dados.

3.2 Os acordos de Bicesse e as eleições de 1992

A transição de Angola para um sistema multipartidário acontece em um momento marcado pela chamada “terceira onda” de democratização que atingiu a África subsaariana no início dos anos 1990. Esse movimento foi impulsionado por eventos como a queda do Muro de Berlim, o desmembramento da União Soviética e uma crescente pressão internacional contra regimes de partido único (Huntington, 1991; Bratton; Van de Walle, 1997).

Em Angola, somaram-se o aspecto militar interno. Nem o MPLA conseguiu derrotar militarmente a UNITA, esta última não tinha condições de tomar o poder pela força (Anstee, 1996). O desgaste recíproco, aliado à retirada do apoio externo após fim da Guerra Fria, com Cuba retirando suas tropas e dos EUA e África do Sul reduzindo sua ajuda à UNITA, criou um ambiente favorável às negociações de paz (Hare, 1998; George, 2005).

Em 31 de maio de 1991, em Portugal, assinaram-se acordos de Bicesse com mediação portuguesa, Organizações das Nações Unidas (ONU), Estados Unidos e União Soviética estabelecendo um roteiro para a transição democrática. Entre suas principais cláusulas estavam: o cessar-fogo entre as forças do MPLA e da UNITA; a desmobilização e integração de combatentes em forças armadas unificadas (Forças Armadas Angolanas (FAA)); a transformação dos Movimentos de Libertação em partidos civis; a legalização do multipartidarismo; a realização de eleições presidenciais e legislativas sob supervisão internacional; além da criação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) que reunisse todas forças políticas ((Anstee, 1996; Venâncio, 1996). Para garantir a implementação dessas medidas, foi criada a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II (UNAVEM II), responsável por monitorar o cessar-fogo e o andamento do processo eleitoral (Anstee, 1996; Vilinga, 2025).

Porém, assistiu-se a vários obstáculos na implementação desses acordos. A título de exemplo, a desmobilização e a formação das forças armadas unificadas aconteceram parcialmente. Muitos combatentes mantiveram capacidades militares paralelas, demonstrando uma desconfiança mútua e uma impreparação para retomar o conflito caso os resultados eleitorais fossem desfavoráveis. Assim, tanto o MPLA quanto a UNITA

continuaram com estruturas militarizadas internas, com antigos comandantes ocupando posições estratégicas dentro dos próprios partidos (Malaquias, 2007).

Apesar desse cenário, as primeiras eleições multipartidárias na história de Angola aconteceram em 29 e 30 de setembro de 1992. Cerca de 4,8 milhões de eleitores participam e mais de 91,3% dos registrados votando tanto para eleger presidente quanto para 220 deputados na Assembleia Nacional (CNE, 1992).

Na disputa pela presidência, Dos Santos (MPLA) teve aproximadamente 49,57% dos votos, enquanto Jonas Savimbi (UNITA) conquistou cerca de 40,07%. Bittencourt (2016) adianta que como nenhum candidato atingiu maioria absoluta no primeiro turno, era preciso realizar uma segunda volta eleitoral. Nas eleições legislativas, o MPLA ficou com 53,74% dos votos e elegeu uma bancada com 129 deputados; a UNITA ficou com 34,10%, elegendo cerca de setenta parlamentares. Os demais partidos menores tiveram presença mais discreta: PRS com seis deputados; FNLA com cinco, PLD com três, e outros partidos com um deputado cada (Birmingham, 2015).

Os resultados refletiram diferentes realidades regionais. O MPLA predominou em Luanda e nas áreas costeiras urbanizadas, como Luanda, Benguela, Cabinda, Luanda, Namibe, além das regiões como (Malanje, Cuanza-Norte, Cuanza Sul, Cunene, Moxico, Malanje) consolidando sua base urbana e regional durante o conflito armado. Por outro lado, a UNITA teve maior força no planalto central, como Bié, Huambo e Huíla e partes do leste do país como Moxico e Cuando-Cubango, áreas sob sua influência durante o conflito (Bittencourt, 2016).

Os partidos menores tiveram votação significativa somente em nichos específicos: o PRS foi forte em Cabinda e nas regiões das Lundas devido às demandas separatistas locais. A FNLA conseguiu consolidar-se no Uíge e Zaire por suas raízes históricas bacongo (Bittencourt, 2010). Apesar das irregularidades apontadas por observadores internacionais independentes, estes emitiram um parecer positivo sobre as eleições como terem sido livres e justas.

No entanto, a UNITA rejeitou os resultados, alegando fraudes e manipulação por parte do MPLA que controlava as instituições do Estado. Em decorrência disso, e na busca da resolução do conflito pós-eleitoral, a UNITA enviou seus negociadores para Luanda. No entanto, após dias sem solução, estes foram assassinados, e com isso Luanda tornou-se palco de confrontos, alastrando-se para todo o país.

3.2.1 O retorno à guerra civil (1992-2002)

A recusa da UNITA em aceitar os resultados das eleições de 1992 levou ao regresso da guerra civil em outubro de 1992, assinalando a fase mais devastadora do conflito em Angola (Pearce, 2015). Entre outubro e novembro de 1992, aconteceram intensos confrontos em Luanda envolvendo militantes da UNITA e forças do governo, muitos cidadãos armados e atuando na capital¹⁰. Essas batalhas resultaram em milhares de mortes e na expulsão da UNITA da Cidade capital (Anstee, 1996; Hare, 1998).

Ao mesmo tempo, a UNITA lançou uma ofensiva militar que conquistou cidades estratégicas como Huambo e cercou centros provinciais (Birmingham, 2015). Nessa altura, o governo controlava Luanda, as principais cidades costeiras e a infraestrutura petrolífera *offshore*, respondendo com uma mobilização militar de grande escala, usando receitas provenientes do petróleo para adquirir armamentos (Hodges, 2001).

Ao longo desse período, diferentes esforços para mediar o conflito aconteceram. Os Acordos de Lusaka, assinados em novembro de 1994 com mediação da ONU, Estados Unidos, Rússia e Portugal, estabeleceram um novo cessar-fogo, a desmobilização das tropas da UNITA, a integração dos seus quadros no governo e nas forças armadas e o retorno ao processo democrático (Hare, 1998; Messiant, 2004).

Assim, foi criada a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola III (MONUA), com um mandato que incluía sete mil capacetes azuis (Anstee, 1996; Vilinga, 2025). No entanto, a materialização dos acordos foi, novamente, problemática, pois a desmobilização da UNITA foi incompleta e a integração dos seus quadros no GURN estabelecido em 1997 não resultou numa partilha efetiva de poder (Hare, 1998; Vilinga, 2025).

A situação piorou ainda mais em 1998. O MPLA fortaleceu sua posição militar, utilizando armas mais sofisticadas. Gradualmente, lançou ofensivas que recuperaram territórios controlados pela UNITA (Hodges, 2001). Aproveitando-se da conjuntura

¹⁰ Ver: CONFLITO PÓS-ELEITORAL 1992 EM LUANDA (Completo), narrated by Dinis Carlos - HD - YouTube. Embora não disponhamos de informações acerca do proprietário do canal, no sentido de nos atentarmos às recomendações de Paulo Soares e Valdemir Zamparoni (1992), que ressaltam a necessidade de o pesquisador, ao trabalhar com jornais digitais, questionar os aspectos subjacentes à produção, incluindo o perfil social e ideológico dos editores e os objetivos ao criarem aqueles veículos de comunicação. Nesse contexto, a referência a esse canal revela-se fundamental, uma vez que apresenta diversos vídeos contendo entrevistas de figuras políticas e de outros países, muitas das quais tiveram participação direta no cenário político angolano. CONFLITO PÓS-ELEITORAL 1992 EM LUANDA (Completo). Narrado por Dinis Carlos. [S. l.: s. n.], YouTube, HD. Disponível em: CONFLITO PÓS-ELEITORAL 1992 EM LUANDA (Completo), narrated by Dinis Carlos - HD - YouTube. Acesso em: 9 jan. 2026.

internacional, a UNITA foi sancionada pela Organizações das Nações Unidas (ONU) proibindo o comércio de diamantes, e congelando os ativos financeiros de suas lideranças (Global Witness, 1998). Além disso, o governo explorou divisões internas da UNITA, cooptando facções dissidentes por meio de programas de anistia e integrando alguns deles às estruturas estatais (Malaquias, 2007).

A guerra terminou em 22 de fevereiro de 2002, após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi na província do Moxico (Birmingham, 2015). Assim, nasceu o Memorando de Entendimento de Luena, assinado em 4 de abril do mesmo ano, pondo o fim das hostilidades: desmobilização completa dos cerca de 85 mil militares da UNITA; seu recolhimento às bases para posterior integração seletiva nas Forças Armadas e na Polícia; transformação da UNITA em um partido político civil; e o retorno dos seus quadros à vida política (Pearce, 2015; Oliveira, 2015).

Esse desfecho marcou uma mudança profunda na história angolana. Pela primeira vez desde a independência conquistada em 1975, o Estado conseguiu exercer sua soberania sobre todo o território sem enfrentamentos armados internos. O MPLA saiu vitorioso no campo militar e político, eliminando seu potencial adversário e consolidando seu controle sobre o aparato estatal.

3.3 Angola pós-guerra (2002-2022): o processo da reconstrução nacional

Após o fim da guerra civil em 2002, Angola passou por mudanças profundas nas áreas socioeconômicas e políticas que influenciaram os procedimentos de se recrutar as elites no país. Nesse período (2002 e 2008) o Produto Interno Bruto (PIB) teve uma alta média superior a 15% ao ano, fazendo de Angola uma das economias de crescimento mais rápido no mundo (FMI, 2010; Oliveira, 2015).

De acordo com Pearce *et al.* (2018) a produção de petróleo também aumentou bastante. De cerca de 900 mil barris por dia em 2002 para quase 1,9 milhão em 2008, colocando Angola como o segundo maior produtor africano, atrás apenas da Nigéria. Além disso, as receitas do petróleo, que representam mais de 75% do orçamento, permitiram investir em programas para reconstruir infra-estruturas destruídas durante a guerra (Power, 2012). Apesar disso, a reconstrução reforçou estruturas neopatrimoniais de poder. Nesse período, ocorreu “capitalismo de compadrio”, conforme Ricardo Soares de Oliveira (2015), em que grandes obras foram entregues a empresas vinculadas às elites do MPLA sem processos transparentes de concorrência, dependendo muito das conexões políticas com o partido no poder.

Essa migração deu origem a uma nova classe média urbana, composta por profissionais ligados ao setor petrolífero, construção civil, telecomunicações e serviços. Argumentam-se que essas pessoas tinham novas expectativas educacionais e políticas, diferentes das gerações formadas durante a guerra (Oliveira, 2015; Schubert, 2017).

Desse modo, o número de estudantes universitários passou de cerca de 20 mil em 2002 para aproximadamente 200 mil em 2015. Novas universidades privadas surgiram e a Universidade Agostinho Neto expandiu-se pelo país (Sanches, 2022). Essa geração pós-conflito passou a exigir mudanças nas elites políticas (Silva, 2023).

Enquanto institucionalizou-se uma democracia multipartidária, na prática o poder continuou concentrado no MPLA. O governo atrasou várias vezes as eleições previstas nos acordos de paz, alegando necessidade de reconstrução institucional e recenseamento eleitoral. Essa demora, além de manter Dos Santos, numa presidência contestada, ajudou o MPLA a fortalecer seu controle sobre as instituições eleitorais, como os meios públicos de comunicação, e os recursos necessários para futuras disputas eleitorais ((Amundsen; Weimer, 2008; Roque, 2009).

A UNITA, além de enfrentar dificuldades ao consolidar-se como principal partido político da oposição, precisou desmobilizar suas estruturas mais fortes (Schubert, 2010). Ademais, disputas internas causaram cisões no grupo. Em 2003, uma ala liderada por Isaias Samakuva foi eleita. Nesse sentido, Cristina Paulo Roque revela:

Although UNITA president Isaias Samakuva managed to help the former rebel movement make the transition from guerrilla force to political party (he himself had been a diplomat and had not been active in UNITA's military structure), he failed to reconcile the provincial divisions within UNITA that had emerged over the years or to provide the party with a new guiding vision (Roque, 2009, p. 145).

Essas mudanças, no entanto, não impediram que a UNITA perdesse recursos importantes, como diamantes, nem que se tornasse cada vez mais dependente do financiamento estatal limitado (Roque, 2009). Apesar de manter sua base na região *ovimbundu* do planalto central, a força do partido diminuiu bastante fruto dos tempos da guerra.

As dificuldades para atuar afetaram também a sociedade civil. Assim, as organizações que defendiam direitos humanos e criticavam o governo passaram a ser vigiado e até reprimidas pelos órgãos de segurança. Nesse sentido, José Manuel Mussunda da Silva (2023) informa que movimentos urbanos começaram a surgir, principalmente em Luanda, lutando contra demolições forçadas e pobreza extrema.

Embora tenham tido pouca capacidade de influenciar efetivamente as decisões políticas devido à fragmentação organizacional, novas eleições foram convocadas, como veremos a seguir.

3.3.1 Eleições sem alternância: MPLA e a competição controlada (2008-2022)

Nessa seção analisa-se as quatro eleições realizadas entre 2008 a 2022, período em que Angola institucionalizou o processo eleitoral multipartidário sem, contudo, haver alternância no poder. Tencionamos, portanto, mostrar como o MPLA solidificou sua hegemonia eleitoral em cada pleito, adaptando-se às pressões internas e externas. Abordase, a seguir, as eleições de 2008.

3.3.2 Eleições de 2008: consolidação da hegemonia

As eleições legislativas de 5 e 6 setembro de 2008 marcaram um momento decisivo na consolidação do regime dominado pelo MPLA. Após um intervalo de dezesseis anos desde as eleições contestadas de 1992 e o fim da guerra civil, voltam, finalmente, a eleger-se novos deputados e presidente do país (Schubert, 2010).

O processo eleitoral iniciou-se com recenseamento atualizado com cerca de oito milhões e duzentos mil eleitores inscritos. Assim, participaram quatorze partidos, incluindo coligações, tendo sido convidado observadores internacionais como a União Africana e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês)¹¹ (Amundsen; Weimar, 2008).

Os resultados revelaram uma vitória esmagadora do MPLA com, aproximadamente, 82% dos votos e conquistando quase toda a bancada parlamentar com seus deputados. A oposição conseguiu pouco mais de dez por cento dos votos e apenas dezesseis cadeiras na Assembleia Nacional (Roque, 2009; Sá; Kilumbo, 2024). A participação eleitoral foi alta: cerca de setenta e oito por cento.

Roque (2009) e Jon Schubert (2010) salientam o controle do Estado e seus recursos petrolíferos, domínio sobre os meios públicos de comunicação e uso intenso da propaganda partidária, como vantagens estruturais do MPLA. O discurso oficial reforçou

¹¹ A SADC (*Southern Africa Development Community*) constituiu-se em um bloco econômico que surgiu em 1980, cujo objetivo principal é cooperar e promover a construção de desenvolvimento integrado em vários sectores dos países membros. Integram-se nove países: Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué (Zerquera, 2009).

a narrativa do partido como responsável pela paz conquistada após anos difíceis associando Dos Santos à estabilidade econômica e à reconstrução nacional.

Outrossim, o momento político também ajudou. Haja vista, Angola vivia um *boom* econômico graças aos altos preços do petróleo em relação ao período anterior à crise global. Em maio de 2008 os preços estavam nas alturas, o que favoreceu quem tinha controle sobre o poder (FMI, 2010; Oliveira, 2025). Diante de uma oposição ligada ao conflito armado anterior, menos recursos econômicos e menos espaço na mídia pública, os resultados foram baixos. Assim, buscou apresentar propostas relacionadas à transparência administrativa e combate à corrupção. Desta forma:

With its overwhelming victory, the MPLA now has 191 of the 220 directly elected seats in the National Assembly, giving the party enough power to govern and even to change the constitution without having to engage in political debate with civil society or the opposition, whose presence in the National Assembly has dropped from 91 seats to only 29 [...]. Especially given Angola's history of unaccountable governance, corruption, social and economic exclusion, mismanagement of natural resources, and political marginalization,¹ unchecked and unchallenged one-party rule is dangerous. Worse still, the MPLA's political stampede trampled not only opposition parties, but also civil society and the independent media, annihilating any possibility of a challenge to its rule, at least in the near future (Roque, 2009, p. 137-138).

Portanto, as eleições criaram um padrão hegemônico duradouro. Com maioria qualificada, o MPLA modificou leis importantes e aprovou a Constituição de 2010, mantendo controle total sobre o sistema político angolano, como será discutido no *item* seguinte.

3.4 Sistema político angolano: Constituição de 2010

A Constituição da República de Angola (CRA), promulgada em 5 de fevereiro de 2010 pela Assembleia Nacional, foi um marco importante na história política do país. Aprovada com 186 votos favoráveis do MPLA e 34 contra da oposição, a nova CRA representou uma grande mudança no funcionamento do regime político (Feijó, 2012). Ao substituir a antiga Lei Constitucional de 1992, fundadora do multipartidarismo, ampliou o grau de direitos fundamentais dos cidadãos, ao mesmo tempo, consolidou o poder do Executivo e reduziu alguns mecanismos de controle entre os poderes (Feijó, 2012; António, 2013).

Em virtude disso, opositores e organizações da sociedade civil criticaram a decisão do partido. Nelson Domingos António, na sua tese de doutorado intitulada “Transição pela transição: uma análise de democratização em Angola”, afirma:

Em sinal de repúdio ao novo desenho institucional, no ato da aprovação da Constituição, a FNLA absteve-se e a UNITA optou pela ausência do plenário da Casa das Leis. O MPLA, por sua vez, possuidor da maioria qualificada não teve dificuldades para aprovar a nova Constituição. Após ser provocado sobre a constitucionalidade do desenho institucional, o Tribunal Constitucional mediante o Acórdão nº111/2010 declarou-se incompetente para se pronunciar sobre o mérito e soluções jurídico-eleitorais adotadas pelo constituinte (António, 2013, p. 129).

Com isso, muitos argumentaram que mudanças tão importantes na CRA fossem decididas pelo povo, para fortalecer a relação entre representantes e cidadãos.

Apesar disso, a mudança mais relevante foi que os angolanos deixaram diretamente votar ao presidente. Importa ressaltar que antes de 2010, a Lei Constitucional de 1992 previa um sistema semipresidencialista. Assim, elegia-se o presidente por voto direto em dois turnos independentes das eleições legislativas (Lei Constitucional de Angola 1991/1992; 1996).

Com a nova Constituição, esse dispositivo foi revogado, passando o presidente da República a ser eleito junto o vice-presidente por meio de listas apresentadas pelo círculo nacional do partido ou coligação mais votada nas eleições gerais (Angola, 2010; Sanches, 2010; Feijó, 2012). Entretanto, entendemos que o modelo angolano vigente mimetiza para a forma de eleição dos sistemas parlamentarista, embora que nesse sistema o presidente seja eleito pelo Parlamento, como ocorre na África do Sul, e não diretamente pelos eleitores.

Essa mudança trouxe diversas consequências políticas e institucionais. Desse modo, o poder ficou mais concentrado no partido que vence as eleições legislativas (Feijó, 2012; Oliveira, 2015;). Além disso, reduziu a responsabilidade direta do presidente perante o eleitorado. Os eleitores não votam diretamente ao presidente, mas sim no partido cujo o primeiro na lista é escolhido internamente, o que desloca críticas ao líder presidencial para processos internos partidários muitas vezes pouco transparentes (Oliveira, 2015).

Segundo António (2013) e Oliveira (2015), essa reforma foi pensada como uma estratégia deliberada para perpetuar o poder pelo incumbente de então. Ela envolveu um redesenho das regras eleitorais que extinguiu o arranjo institucional mais frágil adotado pelo MPLA em 1992. Dessa forma, a Constituição de 2010 consolidou um presidencialismo forte demais, com poderes executivos concentrados e mecanismos limitados para controle pelo Legislativo (Feijó, 2012).

Embora a Assembleia Nacional seja um órgão soberano com funções legislativas e de fiscalização, conforme previsto no artigo 141º, sua autonomia encontra-se limitada

devido ao controle exercido pelos partidos políticos. Na votação de qualquer proposta de lei, os deputados seguem as orientações da bancada do partido, sob pena de sofrer sanções disciplinares.

Ao analisarmos os estatutos, constata-se que o MPLA reserva, no artigo 100º, nº 2, uma orientação específica acerca do procedimento dos deputados eleitos pelo partido. Além disso, o artigo 32º, nº 3, torna mais específico:

Os militantes e os cidadãos não filiados que sejam membros do Governo, os deputados e os candidatos a deputados e os demais titulares de funções públicas designados sob proposta ou patrocínio do Partido, comprometem-se a seguir a sua orientação política, bem como a adoptar uma postura e actuação condizentes com os objectivos defendidos pelo Partido (MPLA, 2021, p. 40)

De forma semelhante, os estatutos da UNITA também reforçam essa postura:

O Grupo Parlamentar do Partido e os seus deputados individualmente devem, em todas as questões; políticas, conformar-se com a orientação fixada pelo Presidente do Partido. 5. A subordinação do Grupo Parlamentar aos órgãos superiores do Partido, seu regime disciplinar e de actuação política constam do Regulamento Interno da UNITA e do seu próprio Regulamento (UNITA, 2019/2020, p. 22).

Assim, fica patente que tanto os estatutos do MPLA quanto os da UNITA indicam que os partidos possuem mecanismos para impor a disciplina partidária, e o respeito à orientação das lideranças.

3.4.1 Eleições de 2012: primeiros sinais de contestação

As eleições de agosto de 2012 tiveram um impacto importante por causa das mudanças institucionais introduzidas na nova Constituição. A partir disso, os angolanos deixaram de votar, diretamente, ao presidente. Assumiria, doravante, a presidência o líder da lista vencedora nas legislativas (Angola, 2010, p. 70-72). Assim, Dos Santos manteve-se no cargo sem passar por uma nova eleição presidencial direta.

Não obstante os resultados indicarem o domínio do MPLA, que conservou a maioria na Assembleia (CNE, 2012), mas a oposição registrou alguns avanços importantes. Fatores de vária ordem estiveram na base. A UNITA sofreu ruptura com a saída de Abel Chivukuvuku, liderando a CASA-CE¹². Além dessas razões explicativas,

¹² A CASA-CE foi fundada em março de 2012, tornou-se, rapidamente terceira maior força parlamentar. Liderada por Chivukuvuku (militante histórico da UNITA) e pelo general Mendes de Carvalho “Miau” (ex-MPLA, e cuja a família é influente no partido), reuniu dissidentes dos principais partidos e trouxe novo ar ao cenário político do país. Ver, VOA Português. 2012: Ano do MPLA e da CASA-CE. Disponível em <2012: Ano do MPLA e da CASA CE >. Acesso 03 fev. 2026.

estão também os efeitos da crise petrolífera que diminuíram as respostas do governo às demandas sociais.

Somou-se, igualmente, o surgimento da contestação de movimentos juvenis nas capitais provinciais como Luanda. Destacou-se o Movimento Revolucionário que lançava crítica ao regime, em particular, a figura do Dos Santos, chamando-o de “Ditador” em cartazes (Almeida *et al.*, 2022; Silva, 2023). Portanto, o MPLA elegeu 175 deputados, UNITA 32, CASA-CE 8, PRS 3 e FNLA 2 deputados¹³.

Infere-se que, embora a eleição de 2012 tenha registrado avanços na disputa política, até então ainda dominado pelo MPLA, o processo prenunciou sinais da subida decadente do partido, como observar-se-á nos anos seguintes, especialmente diante do cenário econômico global adverso.

3.4.2 Eleições de 2017: continuidade com mudança

As novas eleições gerais de agosto de 2017 foram marcadas pela saída anunciada por José Eduardo dos Santos após quase quatro décadas no comando. Ao declarar que não se candidataria novamente, Dos Santos abriu-se espaço para uma nova liderança dentro do MPLA (Pearce *et al.*, 2018). Nesse contexto, João Lourenço foi indicado como candidato oficial do partido, em uma escolha estratégica que visava garantir uma transição controlada sem abrir espaço para instabilidade interna.

De fato, a sucessão presidencial de 2017 representou um momento histórico na política angolana, marcado pela passagem de poder após 38 anos de governo de Dos Santos. A princípio, consideramos que o processo de sucessão resultou, em grande medida, de uma articulação interna do próprio MPLA.

Em dezembro de 2016, Dos Santos oficializou, através de uma carta ao *Bureau* Político do partido, o nome de João Lourenço, então Ministro da Defesa, como seu sucessor presidencial para as eleições de 2017. Lourenço havia sido eleito Vice-Presidente do MPLA em agosto de 2016, sinalizando sua ascensão dentro das estruturas partidárias. A confirmação oficial ocorreu em 3 de fevereiro de 2017, durante a terceira

¹³ Ver, COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL (Angola). Eleições 2012. Disponível em < CNE - Eleições>. Acesso 03 fev. 2026.

Reunião Ordinária do MPLA, quando Lourenço foi anunciado como cabeça de lista do partido para as eleições de 2022¹⁴.

Por outro lado, esse processo esteve longe de ser isento de tensões. As disputas internas no MPLA evidenciaram a complexidade da sucessão, especialmente considerando a trajetória de João Lourenço, marcada por momentos de ascensão e marginalização. Após demonstrar interesse em disputar a liderança do partido em 2003, perdeu influência e foi deslocado para vice-presidência da Assembleia Nacional, permanecendo afastado de posições centrais por mais de uma década (Pearce *et al.*, 2018). Seu retorno como Ministro da Defesa, em abril de 2014, representou uma reabilitação estratégica, reposicionando-o na disputa sucessória.

Como observa Oliveira (2025) a dinâmica sucessória estava intrinsecamente ligada à necessidade de Dos Santos proteger os interesses de sua família e aliados, refletindo a natureza oligárquica das estruturas do poder em Angola. Nesse sentido, João Lourenço consolidou sua posição por meio de sua ligação com os aparelhos de segurança e defesa, sectores sob seu controle ministerial, garantindo apoio das estruturas militares e castrenses.

Ademais, sua trajetória política revela um percurso de acumulação gradual de capital dentro do MPLA. Nascido em 5 de março de 1954 no Lobito/Benguela, filho de um enfermeiro e nacionalista vinculado ao MPLA, ingressou ainda jovem na luta anticolonial. Durante a guerra civil, desempenhou funções político-militares em regiões como Moxico, Cabinda, chegando a comandar a Região Militar centro. Posteriormente, entre 1998 e 2003, exerceu cargos de destaque, como Secretário-Geral do partido e presidente da Comissão Constitucional¹⁵.

Nesse quadro, a escolha de João Lourenço representou um equilíbrio interno, possibilitando que Dos Santos mantivesse alguma influência após deixar a presidência, permanecendo como presidente do partido até 2018. Lourenço foi eleito presidente de Angola em 23 de agosto com 61% dos votos e empossado em 26 de setembro de 2017, tornando-se o terceiro presidente do país. Seus primeiros atos foram marcados pelo discurso de combate à corrupção, com investigações contra membros do governo anterior

¹⁴ Mais detalhes ler: DW AFRICA. *Who is Angola's new president* João Lourenço? Deutsche Welle. Disponível em: <https://www.dw.com/en/who-is-angolas-new-president-joao-lourenco/a-40218458>. Acesso em: 14 de jan. de 2026.

¹⁵ Ver igualmente: CIDOB. João Lourenço: *Biografia* de Líderes Políticos. Disponível em: https://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/africa/angola/joao_lourenco. Acesso em: 14 de jan. de 2026.

e a família dos Santos, particularmente Isabel dos Santos, filha. Conforme ainda Oliveira (2025), essa agenda assumiu carácter político, servindo tanto como ferramenta de consolidação de poder quanto de afastamento de potenciais rivais.

Mesmo assim, sinais de ruptura eram visíveis. Dos Santos havia se mantido afastado da campanha, apareceu apenas no encerramento (19.08. 2017). Nessa data, além de Dos Santos e sua família, estiveram presentes figuras como Marcolino Moco (ex-primeiro-ministro e crítico a governação de Dos Santos) e Fernando Heitor (ex-UNITA), que havia deixado o partido dias antes¹⁶.

Os resultados mostram que o MPLA obteve cerca de sessenta por cento dos votos, uma redução importante frente às eleições anteriores, enquanto a UNITA retomou terreno. Quase dobrou sua bancada parlamentar chegando a cinquenta e um deputados (26%), consolidando sua posição como principal força opositora após anos isolados (Bye *et al.*, 2022).

Observou-se também a ampliação da bancada da CASA-CE para dezesseis deputados, reforçando maior espaço nas regiões urbanas centrais como, Huíla e Luanda. Segundo Vegard Bye *et al.* (2025), na eleição de 2017:

[...] o MPLA viu o seu controlo ser reduzido para menos de dois terços do número de eleitores. A maioria absoluta na capital, Luanda, foi perdida. Ainda assim, devido a um sistema eleitoral proporcional, foi possível manter na Assembleia Nacional a maioria qualificada de dois terços, que garante contra alterações constitucionais (Bye; *et al.*, 2025, p. 186).

Apesar desses avanços, os desafios foram grandes tanto para a oposição quanto para o governo ante as dificuldades econômicas agravadas pela crise global iniciada em meados dos anos finais daquela década, como apresentaremos na discussão sobre a eleição de 2022.

3.5 Eleições de 2022: consolidação da contestação

As eleições de 24 de agosto de 2022 foram as mais disputadas na história de Angola até então. Pela primeira vez, o MPLA não conquistou a maioria qualificada de dois terços na Assembleia Nacional, obtendo 51,07% dos votos e elegendo 124 deputados, uma redução significativa de 10 pontos percentuais e de 26 cadeiras em relação a 2017. Essa mudança revelou uma aproximação da maioria simples e sinalizou

¹⁶ Mais detalhes: VOA Português. 2017. JES reitera apoio ao “Candidato do MPLA”, 19 ago. 2017. Disponível em < JES reitera apoio pessoal ao "candidado do MPLA">. Acesso em 03 fev. 2026.

uma transformação no cenário político do país (CNE, 2022), como se verifica na (quadro 1).

Quadro 1: Resultado geral das eleições de 2022 por partido

Partidos	votos	% de votos	assentos parlamentares
MPLA	3 209 429	51,2%	124
UNITA	2 756 786	44,0%	90
PRS	71 351	1,1%	2
FNLA	66 337	1,1%	2
PHA	63 749	1,0%	2
CASA-CE	47 446	0,8%	
APN	30 139	0,5%	
P-NJANGO	26 867	0,4%	
Votos válidos	6 272 104		
Eleitores	14 399 391		
Total de votos	6 454 109		
Taxa de participação	44,82%		
Abstenção	55,18%		

Fonte: Adaptado de Pacatolo (2025, p. 238).

Por sua vez, a UNITA alcançou um crescimento expressivo, elegendo 90 deputados, um aumento de 39 cadeiras em relação ao resultado de 2017. Desse modo, esse avanço reafirmou a condição do partido como uma alternativa política viável e mostra que a distância para o partido no poder vem diminuindo (Bye *et al.*, 2022; Sanches, 2022). Outros partidos menores, como PRS, FNLA e PHA (Partido Humanista de Angola)¹⁷, também conseguiram eleger dois deputados cada.

Após a saída do líder Chivukuvuku na CASA-CE e seu retorno à lista da UNITA na plataforma FPU (Frente Patriótica Unida), levou a coligação a perder todos os seus 16 assentos na Assembleia Nacional. Outro ponto importante foi a participação eleitoral, que

¹⁷ Mais informações sobre PHA, consultar: VOA Português. Eleições em Angola: Há esperança para Florbela Malaquias?, 24 jun.2022. Disponível em < Eleições em Angola: Há esperança para Florbela Malaquias? >. Acesso em: 03 fev. 2026.

atingiu apenas 44,82%, o menor índice desde o início do multipartidarismo no país. Alguns analistas explicam que a fraca participação se deveu por causa de desinteresse por parte do eleitorado.

Além disso, é importante lembrar que Angola enfrentava uma crise econômica e a pandemia de *COVID-19* (2020–2022). Mesmo com uma recuperação parcial nos preços do petróleo após 2016, o crescimento econômico continuou fraco e irregular, o desemprego, especialmente entre jovens, continuou elevado e os serviços públicos apresentaram sinais de deterioração (FMI, 2022; Bye *et al.*, 2022).

Apesar da presidência de João Lourenço ter trazido expectativas positivas devido às ações contra a corrupção, incluindo prisões envolvendo figuras próximas ao antigo presidente como Isabel dos Santos e Zenu dos Santos, esses esforços não resultaram em melhorias econômicas perceptíveis pela população (Alencastro, 2022).

Desse modo, sob a liderança de Adalberto Costa Júnior (ACJ), eleito presidente da UNITA em 2019/2020, o partido passou por uma renovação tanto institucional quanto estratégica (Sanches, 2022). Realçar que ACJ tem uma origem diferente das lideranças tradicionais: é empresário *ovimbundu* e “mestiço”, com trajetória tanto em Luanda quanto fora do país. Apresentando-se como um tecnocrata focado no desenvolvimento econômico e na governança eficiente, reforçou sua presença nas redes sociais mobilizando jovens urbanos, contrastando com estratégias mais tradicionais baseadas em comícios presenciais (Sanches, 2022; Mussunda, 2025).

Com isso, a UNITA conseguiu ampliar sua atuação em relação às eleições anteriores. Embora sua bancada seja majoritariamente composta por lideranças do planalto central do país, notou-se avanços importantes nas províncias do norte, como Cabinda, Zaire, as Lunda, assim como na capital Luanda (Sá; Kilumbo, 2024). Essa última foi decisiva: aproximadamente trinta por cento do eleitorado nacional reside na cidade.

Por outro lado, o desempenho do MPLA entre os jovens urbanos caiu drasticamente. Após as eleições, foram feitas pesquisas de opinião que mostraram que esse grupo de eleitores se encontrava entre 18 e 35 anos, geração que nasceu durante ou após o conflito demonstra menor identificação com as narrativas históricas do MPLA (*Afrobarometer*, 2022; Sanches, 2022; *Freedom House*, 2025).

A permanência do MPLA gera críticas, em particular, na maneira como o partido se protege via instrumentos legais. Em Angola, apesar de ter-se as eleições regulares, o regime apresenta características híbridas, ora combina elementos democráticos eleitorais,

ora apresenta práticas autoritárias (*Human Rights Watch*, 2018; Schubert, 2017; Mussunda, 2025)). Desse modo, considera-se crucial analisar as instituições e regras que conduzem as eleições em Angola.

3.5.1 O sistema eleitoral de Angola

A Constituição da República de Angola estabelece, nos artigos 143º e 144º, que o sistema eleitoral angolano é de representação proporcional com duas áreas de votação: a nacional e as provinciais. De modo geral, em Angola usa-se o proporcional para eleger os deputados quer nos círculos eleitorais provinciais quanto o círculo nacional. Para converter os votos em cadeiras, utiliza-se o método *D'Hondt*. Com base nisso, os deputados são eleitos através de listas fechadas apresentadas pelos partidos ou coligações, e eleitos para um mandato de cinco anos, renovável¹⁸.

No caso de Angola a adoção do sistema de representação proporcional justifica-se pela afirmação consensual vigente na literatura segundo a qual, além de consentir que o parlamento represente "as preferências e opiniões relevantes existentes" na sociedade, esse sistema garante que "a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no Legislativo" (Duverger, 2001; Nicolau, 2004, p. 37).

Importante destacar que o ambiente histórico influenciou muito na escolha desse sistema eleitoral. Conforme Victor Mulombo Jacinto (2018) e Sérgio Dundão (2022) desde a primeira eleição de 1992, o parlamento angolano compõe-se por 220 deputados, distribuídos entre um círculo nacional único que elege 130 deputados e 18 círculos eleitorais provinciais, correspondentes às províncias existentes ao longo das cinco legislaturas. Nos círculos provinciais elegem-se, conjuntamente, 90 deputados, sendo 5 por província, independentemente do tamanho populacional.

De acordo com Carlos Pacatolo (2025), a existência de um círculo nacional e de círculos provinciais traz diferenças nos processos de recrutamento. No círculo nacional, todos os eleitores do país votam nas mesmas listas partidárias nacionais, e as cadeiras são distribuídas proporcionalmente aos votos nacionais totais. Isso concede às lideranças dos partidos maior controle sobre a escolha dos candidatos.

Nas circunscrições provinciais, cada com cinco deputados, os eleitores votam em listas locais e as cadeiras também são distribuídas proporcionalmente. Assim sendo,

¹⁸ Ver a *Lei n.º 30/21, de 30 de julho* – Nova Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, no artigo 27º e os respectivos números que aclaram a modalidade de distribuição dos mandatos.

garante uma representação mínima para todas as províncias, mesmo as menores ou mais ricas em recursos naturais, como Cabinda. Desse modo, acabam sendo sobrerrepresentadas em relação às maiores regiões, como Luanda, criando uma distorção na representação no qual províncias menos populosas têm mais peso do que sua população (Dundão, 2022).

Observa-se que, no entanto, para o círculo nacional, lideranças partidárias escolhem candidatos com base na lealdade à organização. Já nos círculos provinciais há maior pressão para incluir candidatos com forte ligação local ou reconhecimento na comunidade regional, amiúde, os candidatos são os secretários do partido na província.

De fato, autores que estudam os sistemas eleitorais criticam o sistema de listas fechadas, pois entendem que isso impede os eleitores alterarem a ordem dos candidatos nas listas partidárias (Nicolau, 2004). No caso de Angola, Sebastião Jorge Diogo Bessa (2014) e Dundão (2022, 2023) opinam que, no geral, os partidos apresentam uma lista ordenada de candidatos e os votos dados ao partido são destinados aos primeiros nomes da lista na ordem definida. De fato, isso tem mostrado que candidatos eleitos são sempre aqueles que aparecem mais acima da lista do partido, independentemente da preferência do eleitor.

Em termos gerais, de 1992 e 2022, o sistema do país caracterizou-se pela implementação de regras eleitorais, embora sejam evocadas razões para melhorar as recomendações das organizações internacionais, no fundo, essas práticas revelam-se como mecanismos que favorecem o partido no poder.

Dessa forma, a Lei n.º.3/05 regulamentou o registro de cidadãos eleitores criando regras sobre recenseamento, modernização de identificação e armazenamento de dados eleitorais em bases centralizadas. Essa reestruturação logística possibilitou a criação de centros de recenseamento e sistemas de verificação. Observou-se que o processo de registro foi controlado pelo Executivo, o que fragilizou-se a fiscalização independente (Dundão, 2023). Com esse cenário, regiões com eleitores favoráveis à oposição foram excluídos.

No diz respeito à Lei n.º10/12 estabeleceu critérios para financiamento público e privado de partido. Com isso, criou mecanismos de controle, como auditorias de contas partidárias e definição de gastos. Como resultado reforçou-se assimetria de recursos entre partidos, beneficiando o MPLA que historicamente recebe maiores votações e domina o setor empresarial do país. Em seguida, a Lei n.º12/12 criou uma estrutura “autônoma” para CNE com reestruturação logística de infraestrutura eleitoral. A reorganização incluiu

a informatização do apuramento, criação de centros de processamento de dados e modernização de sistemas de transmissão de resultados (Liconga, 2022). Este processo partidarizou ainda mais a CNE através de indicações políticas, afetando sua imparcialidade.

No que tange a Lei n.º8/15, introduziu o registro automático de eleitores com base em dados do ficheiro civil, eliminando a necessidade de inscrição, incorporando a identificação biométrica. Critica-se, portanto, que esta lei reforçou o controle do Executivo sobre recenseamento centralizando ainda mais a gestão de eleitores nas mãos do MPLA, dificultando cada vez mais a fiscalização independente sobre inclusão e exclusão de eleitores (DW África, 2022).

Assim sendo, a Lei n.º30/2021 atualizou normas eleitorais já existentes e reestruturou a logística através de redefinição de circunscrições, modernização de equipamentos de votação como sistemas eletrônicos de apuramento de boletins de voto. De acordo com Dundão (2023), esta lei excluiu as recomendações internacionais levando a pouca transparência. Dessa forma, o MPLA contornou a supervisão externa e consolidou seu controle sobre o processo eleitoral.

Ademais, detalha-se, no Quadro 2, a evolução do sistema eleitoral, o ano em que cada lei foi aprovada, indica-se o objeto, avanços e as principais limitações para uma competição eleitoral.

Quadro 2: Comparativo das leis eleitorais angolanas (1992-2022)

Nº da lei	Objeto principal	Principais avanços	Limitações/críticas
Lei nº3/05	Registro eleitoral	Regulamentação do registro de eleitores; criação de regras claras de recenseamento	Centraliza o processo no Executivo o que fragiliza a fiscalização (Dundão, 2023)
Lei nº 36/11	Lei orgânica sobre eleições gerais	Lei orgânica pós-Constituição; formalização do modelo de cabeça de lista fechado	Fortaleceu o presidencialismo e reduziu a autonomia dos eleitores (Jimbo, 2022)
Lei nº10/12	Financiamento dos partidos políticos	Estabelecimento de critérios para financiamento público/privado	Reforçou assimetria de recursos (Jimbo, 2017)

Lei nº12/12	Organização da CNE	Criação de estrutura “autônoma” para a CNE Atualização de normas eleitorais; reestruturação logística	Partidarizou a CNE; indicações políticas afetando sua imparcialidade (Liconga, 2022)
Lei nº8/15	Registro eleitoral oficioso	Introdução de registro automático com base em dados civis	Reforçou o controle do Executivo sobre o recenseamento (Liconga, 2022)
Lei nº30/21	Nova lei orgânica sobre eleições gerais	Atualização de normas eleitorais e reestruturação logística	Excluiu as recomendações internacionais levando a pouca transparência de apuramento (Dundão, 2023)

Fonte: Elaboração pelo autor (2026) conforme as leis mencionadas no quadro.

Nesse sentido, apesar de, a elaboração dessas regras tenha como pano de fundo melhorar as condições do processo de eleição, um reparo é necessário. O quadro acima mostra que, em um ano antes e/ou depois de eleição, cria-se nova lei (VOA Português, 2022). Contudo, nesse capítulo já enfatizamos que, na eleição de 2022, as redes sociais foram espaços alternativos para a oposição passar sua mensagem eleitoral, especialmente, UNITA e movimentos sociais (Silva, 2023; Mussunda, 2025).

Em virtude disso, criou-se a lei nº 15/22 de sondagens e inquéritos de opinião, visando regulamentar as pesquisas eleitorais. Portanto, nosso entendimento em torno destas leis é de que são engenharia política, que servem como ferramentas estratégicas desenhadas para garantir a sobrevivência do partido dominante, conforme defendem Boix e Svulik (2013).

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE), é a entidade organizadora do processo eleitoral em Angola. Composta por sete membros nomeados politicamente, um presidente escolhido por concurso público na magistratura judicial e demais membros são indicados pelos partidos políticos na proporção de sua representação parlamentar.

Assim sendo, essa composição garante ao partido dominante maior influência nas decisões importantes da eleição na elaboração de regulamentos eleitorais e fiscalização do processo. De forma sucinta, as decisões são tomadas pela maioria parlamentar da CNE, dessa forma, prevalece sempre o partido com mais membros (Bye *et al.*, 2022; Sanches, 2022). No próximo capítulo, detalharemos os procedimentos metodológicos adotados para realização desta dissertação.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Procedimentos de coleta e codificação de dados

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa longitudinal para analisar as transformações no perfil sociopolítico dos deputados da Assembleia Nacional de Angola ao longo das cinco legislaturas compreendidas entre 1992 e 2022.

A escolha por uma estratégia longitudinal justifica-se pela natureza do objeto, uma vez que as mudanças no recrutamento e na composição das elites parlamentares não se manifestam em um único ponto do tempo, mas como um processo acumulado, e historicamente situado e sensível a eventos políticos estruturantes, como a transição ao multipartidarismo em 1992, o ciclo de consolidação do MPLA (2008-2012), e, de forma central para esta análise, a sucessão presidencial de 2017 e seus desdobramentos na legislatura de 2022.

Nesse quadro, para operacionalizar a coleta e sistematização dos dados, adotou-se a prosopografia. Como apontam Peter Burke (1991), Lawrence Stone (2011), Codato e Perissinotto (2015) essa técnica permite identificar padrões recorrentes nas trajetórias individuais, possibilitando apreender características comuns entre membros de um mesmo grupo político.

Ao longo do tempo, a prosopografia desenvolveu-se como método historiográfico no século XX voltado para à análise de grupos sociais. Nesse sentido, autores como Charles Austin Beard, Lewis Namier, e Robert K. Merton desempenharam papel pioneiro em sua consolidação. Beard (1914) investigou os interesses econômicos dos fundadores dos Estados Unidos da América, enquanto Namier (1957) redesenhou a história política britânica ao enfatizar vínculos pessoais e alinhamentos sociais. Por sua vez, Merton (1938) ampliou o alcance do método ao aplicá-lo à sociologia do conhecimento, investigando a relação entre puritanismo e ciência.

A partir dessas contribuições, consolidaram-se duas vertentes analíticas principais. De um lado, uma abordagem elitista, centrada em grupos pequenos de dirigentes e intelectuais, e de outro, uma perspectiva sociológica, voltada a grupos mais amplos e aos processos de mobilidade e transformação coletiva (Stone, 2011).

Posteriormente, esse desenvolvimento metodológico deu origem aos estudos de carácter posicional. Foram desenvolvidos estudos dedicados à análise de indivíduos que ocupam posições estratégicas nas instituições, sobretudo no parlamento. Nesse âmbito, o método revelou-se, particularmente, pertinente para a compreensão dos agentes

legislativos, ao permitir identificar vínculos, trajetórias e estratégias de reprodução das elites políticas.

Ademais, pesquisas recentes demonstram que os antecedentes socioeconômicos desses atores influenciam a produção de dinâmicas de desigualdade que tendem a reproduzir-se institucionalmente (Carnes e Lupu, 2023; Carnes *et al.*, 2023; Reeves e Friedman, 2024; Bortun; Reeves; Friedman, 2025).

A partir desse enquadramento metodológico, o recorte temporal se inicia em 1992, marco da transição para o pluripartidarismo e da realização das primeiras eleições multipartidárias em Angola, e se encerra em 2022, permitindo capturar os efeitos de médio prazo da chegada de João Lourenço ao poder sobre a composição da elite parlamentar. A unidade de análise é o deputado-legislatura, o que significa que parlamentares com múltiplos mandatos são registrados mais de uma vez no *dataset*, permitindo rastrear trajetórias individuais e padrões de renovação entre períodos eleitorais.

A análise é estruturada em dois movimentos analíticos complementares. Primeiro, um mapeamento descritivo da evolução dos perfis ao longo do tempo, identificando tendências de transformação nos marcadores demográficos, educacionais, ocupacionais e político-partidários da elite parlamentar. Segundo, um exame focado no período de transição 2017-2022, com o objetivo de verificar em que medida a sucessão presidencial esteve associada a alterações sistemáticas no perfil dos deputados, tanto em termos de renovação do quadro parlamentar quanto de mudanças nos tipos de capital político predominantes.

Construímos um banco de dados que contém informações sobre a composição da Assembleia Nacional de Angola, durante cinco legislaturas (1992-2022). Um total de 1.185 deputados estão registrados: 276 na I legislatura (1992), 233 na II (2008), 226 na III (2012), 218 na IV (2017) e 232 na V (2022) (ver Tabela 1). As discrepâncias observadas entre as legislaturas, isto é, há legislatura com mais números e menos deputados, devem-se à inclusão de parlamentares suplentes no banco de dados, e ausência de informações biográficas nos casos de legislatura com menos deputados.

O portal do Parlamento angolano¹⁹ (parlamento.ao) serve como fonte primária. Para permitir uma caracterização abrangente do perfil sociopolítico dos representantes

¹⁹ Abrimos essa nota para explicar que utilizaremos a expressão Parlamento Angolano (PA) e outras para informar as fontes nas tabelas e gráficos.

eleitos, os dados foram atualizados até abril de 2025, formando um conjunto de 25 variáveis distribuídas em diversas dimensões temáticas.

Assim sendo, organizamos o *dataset* em cinco eixos temáticos principais. O eixo de identificação inclui variáveis como *id* (identificador numérico) e nome completo do deputado conforme registro oficial. As informações demográficas abrangem gênero (codificação como “M” para (Masculino) ou “F” para (Feminino), data de nascimento (formato: *dd/mm/aaaa*) e idade no momento da eleição. As variáveis de formação educacional contemplam o nível de escolaridade que foi reorganizado em oito categorias (fundamental completo ou incompleto, médio completo ou incompleto, superior completo, superior incompleto, mestrado completo ou incompleto, doutorado completo ou incompleto, e pós-graduação completa e incompleta).

E campos de formação acadêmica estabelecidos em grandes áreas do saber (Direito, Economia, Psicologia, Ciências Sociais, entre outras). O bloco relacionado às trajetórias profissionais exhibe 97 categorias específicas e 14 grandes áreas de atuação. As variáveis político-eleitorais abrangem o círculo eleitoral (nacional e 18 províncias), partido (16 siglas representadas), ano da eleição (1992, 2008, 2012, 2017 e 2022) e legislatura correspondente (I e V). Além de indicadores relacionados à experiência acumulada, como primeiro mandato, número sequencial de mandatos e histórico de reeleição.

Outrossim, o *dataset* também abrange dimensões específicas da trajetória político-militar e educacional. Dentre esses fatores, sobressaem-se o número de atividades partidárias, experiência no executivo, atividades fora da política, além de variáveis que descrevem experiências setoriais (política, militar e educacional). No capítulo “Transformações da elite parlamentar de Angola” essas variáveis refletem o capital político partidário e estatal da elite parlamentar angolana derivando do total de cargos exercidos no partido (por exemplo, se atuou como secretário do partido, representante do partido no exterior, etc.), no executivo (se foi ministro, governador, administrador, etc.). Na esfera militar (se teve alguma experiência militar) e na área educacional (se trabalhou no ministério da educação, foi professor/a ou docente universitário/as, deduz-se que teve experiência no ramo da educação).

No plano das variáveis legislativas, são registadas a legislatura e a comissão parlamentar associada (codificação de 1 a 10). Por último, a variável data de posse foi incluída, apesar de ter uma alta taxa de ausência, pois representa um marco temporal importante para o estudo do início formal das atividades parlamentares.

O processo sistematizado de coleta começou com a extração de informações do portal oficial da Assembleia Nacional de Angola como fonte primária para a identificação de dados acerca da filiação partidária e presença em comissões parlamentares. Em complemento, foram utilizados sites oficiais do governo e partidos (MPLA e UNITA) reportagens de veículos jornalísticos respeitados (jornal de Angola, *DW África* em português) e, quando necessário, plataformas digitais como *Facebook*, *LinkedIn* e *Wikipedia*.

Para variáveis de trajetória profissional e político-partidária, adotou-se um critério de classificação temporal específico: todas as atividades informadas na carreira exercida no Executivo/governo durante o período do partido único (1975-1991) foram classificadas como “atividades partidárias”. Durante esse período, observou-se a presença frequente de atividades/cargos militares, como comissariado, chefe de setor, secretário/a. Os cargos de governador, administrador municipal, comunal exercidos após partido único (depois de 1992) foram classificados como executivos e/ou estatais. Durante o período 1975-1992, os governadores eram chamados primeiros comissários, enquanto após 1992, o termo governador passou a ser utilizado exclusivamente.

As variáveis de capital partidário e estatal foram construídas das seguintes formas: Para compor o capital partidário somou-se todas as atividades acumuladas durante a trajetória do deputado. Ou seja, incluiu o total de atividades exercidas no partido, como secretário, comissário, representante no partido. Enquanto o estatal, somou-se às atividades exercidas nas forças de defesa e segurança, atividades no executivo, se foi ministro e secretário de Estado, governador, diretor provincial, embaixador. No mais, toda atividade exercida para representar o Estado e não o partido, constituiu capital estatal.

Para assegurar a confiabilidade das informações obtidas de fontes não oficiais (*Facebook*, *LinkedIn* e *Wikipedia*), foi implementado um protocolo de validação em três fases. Inicialmente, foi realizado um cruzamento de dados. As informações dessas plataformas foram confrontadas com dados provenientes de fontes institucionais oficiais, e apenas informações que apresentavam uma consistência mínima entre duas ou mais fontes foram consideradas.

Em segundo lugar, critérios de autenticidade. Perfis pessoais considerados válidos exibiam indícios de oficialidade como identificação partidária, publicação de fotos institucionais, histórico de atuação pública reconhecível ou *links* para páginas governamentais. Considerou-se válido, perfis com postagens recentes sobre participação

em comícios e passeatas. Terceiro, registro de incertezas. Informações provenientes de fontes duvidosas foram indicadas na planilha como “sem informação ou não informada/o”, sendo excluídas das análises realizadas.

Ressalta-se que há pequenas discrepâncias no número de deputados por legislatura em função da dinâmica de substituições ao dos mandatos, como anteriormente assinalado. No caso da I legislatura (1992), por exemplo, parte dos deputados da UNITA tomou posse apenas em 1997, enquanto outros foram substituídos por integrarem a ala militar que contestou os resultados eleitorais.

Nas legislaturas subsequentes, variações também decorreram de afastamentos por doença, falecimento ou nomeação para cargos no Executivo e no Judiciário. Por essa razão, totalizou-se 1.185 registrados por legislatura (ver Tabela 1). Incluímos não apenas titulares eleitos, mas também deputados suplentes que assumiram funções ao longo do período, permitindo uma mensuração mais precisa da composição efetiva da Assembleia Nacional em cada legislatura.

Um dos principais obstáculos na coleta de dados foi o acesso às informações biográficas dos deputados, particularmente os que não exerceram funções nos partidos ou no Executivo. Procuramos contatar os deputados e até mesmo com a Assembleia Nacional utilizando mensagens via *WhatsApp*, *Facebook* e *e-mail*. Três parlamentares (duas deputadas e um deputado) responderam afirmando que poderiam disponibilizar as informações, mas não retornaram posteriormente.

Ademais, um outro problema metodológico relevante refere-se à impossibilidade de determinar com precisão a data de início do mandato dos deputados em exercício. Apesar de algumas legislaturas (principalmente IV e V) mencionarem a data de tomada de posse, na maioria dos casos essas informações estão ausentes. Em situações ambíguas de trajetória sem data, como quando deputado declara ter sido governador de Cabinda sem indicar o período, foi adotada uma inferência baseada em nomenclatura institucional: o título de “governador” sugere um período pós-partido único (após 1992), considerando que entre 1975-1992 usava-se “primeiro comissário”.

Esse intervalo também abrangeu o Governo Revolucionário e de Transição e o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), durante os quais governadores, vice-governadores e administradores eram oriundos de diferentes movimentos/partidos. Outra observação é que partidos com apenas 1 ou 2 deputados apresentaram informações limitadas, pois havia pouca documentação disponível a respeito de suas plataformas específicas.

4.1.1 Técnicas de análise aplicadas aos dados

As análises foram realizadas integralmente no ambiente *RStudio*, com auxílio dos pacotes *tidyverse*, *ggplot2*, *janitor* e *stats*. O procedimento analítico foi estruturado em três etapas.

Na primeira etapa, realizou-se a análise descritiva longitudinal de cada grupo de variáveis. Frequências absolutas e relativas foram calculadas para variáveis categóricas (gênero, escolaridade, formação e ocupação profissional), enquanto médias e medianas foram utilizadas para variáveis contínuas (idade, taxa de renovação parlamentar, acúmulo de capital partidário e estatal). Todas as estatísticas foram computadas por legislatura, permitindo visualizar tendências ao longo do tempo. A evolução dos perfis foi representada graficamente por meio de gráficos de barras e gráficos de linha, com ênfase na comparação entre a IV (2017) e a V (2022) legislatura como ponto focal do estudo.

Na segunda etapa, aplicou-se testes de comparação de médias, associação, correlação e coeficiente de variação para avaliar a significância estatística das transformações observadas entre legislaturas. Testes de *Wilcoxon*, *T-test* e *ANOVA* foram utilizados para variáveis contínuas, como idade média e análise dos indicadores de capital partidário e estatal. O teste X^2 avaliou a associação entre as transformações de capitais predominantes e a sucessão de governo.

Por fim, os testes de correlação de *Pearson* avaliaram as relações entre taxas de pós-graduação e os indicadores de capital ao longo dos anos. O nível de significância adotado foi de 5% ($\alpha = 0,05$). O conjunto dessas técnicas permite uma leitura integrada das transformações da elite parlamentar angolana: primeiro, descrevendo o que mudou ao longo do tempo; depois, testando se essas mudanças são estatisticamente robustas no período de sucessão presidencial. Os principais indicadores descritivos do universo de análise são apresentados na Tabela 1, que sumariza a composição da Assembleia Nacional em cada legislatura, permitindo uma leitura panorâmica das tendências que serão exploradas nos capítulos seguintes.

Tabela 1: Composição da Assembleia Nacional de Angola por Legislatura
(1992-2022)

Legislatura	Ano	Nº Deputados	% Mulheres	Idade Média	Idade Mediana	% Pós-Grad	% Novatos	% MPLA
I	1992	276	14.5	43.1	41.0	10.1	100.0	60.8
II	2008	233	38.6	51.9	52.0	18.5	83.7	87.5
III	2012	226	35.0	53.8	54.0	19.9	46.0	80.1
IV	2017	218	29.4	56.1	57.0	25.7	45.9	67.9
V	2022	232	38.4	52.7	52.0	37.5	58.6	57.8

Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e Outras.

Com base nesses indicadores descritivos, o próximo capítulo aborda, de forma sistemática, as mudanças observadas na composição da elite legislativa angolana ao longo do período em discussão. O foco recai sobre esses deslocamentos que revelam padrões de continuidade e renovação no interior do sistema de partido dominante.

5 AS TRANSFORMAÇÕES DA ELITE PARLAMENTAR DE ANGOLA

Neste capítulo, apresentamos os resultados sobre perfil das elites parlamentares angolanas (1992-2022). Conforme apontado anteriormente, o objetivo geral da pesquisa é explicar as características da renovação tardia e seletiva das elites parlamentares angolanas observada após a sucessão presidencial de 2017, identificando quais atributos políticos, educacionais e demográficos predizem sobrevivência ou exclusão entre 2017-2022.

Inicialmente, comparam-se os padrões de renovação parlamentar entre as legislaturas IV (2017) e V (2022), destacando diferenças nas taxas de *turnover* e no perfil dos novatos. Em seguida, identificam-se quais atributos das elites (capital partidário, capital estatal, pós-graduação, idade) aumentam ou reduzem as chances de permanência na Assembleia Nacional durante a transição Dos Santos-Lourenço.

Por fim, avaliamos se o caso angolano confirma teorias de purga imediata formuladas Svolik (2012) ou exige modelo alternativo de renovação gradual em situação de partido dominante. Para fins analíticos, o capítulo está estruturado em duas seções: 5.1 Análise de perfil da elite parlamentar e 5.2 Renovação parlamentar e sucessão presidencial.

5.1 O perfil da elite parlamentar

A evolução do perfil da elite parlamentar angolana constitui dimensão central para compreender os mecanismos de renovação controlada e circulação intraelite no interior do regime liderado pelo MPLA. Em regimes de partido dominante, o parlamento não opera apenas como arena legislativa, contudo como instrumento estratégico de cooptação e acomodação política. Nesse sentido, a configuração ocupacional, educacional e etária dos deputados reflete as estratégias de sobrevivência do partido no poder.

Nas últimas décadas, Angola passou por transformações sociopolíticas que exigiram do MPLA ajustes contínuos em seus mecanismos de incorporação política, tanto em relação aos opositores quanto no interior da própria coalizão governante. No plano externo, o partido utilizou arenas institucionais, em particular, o parlamento, como espaço de inclusão controlada da oposição, estratégia típica de regimes de partido dominante que recorrem às lideranças legislativas para reduzir incertezas, dividir adversários e ampliar sua base de legitimidade (Gandhi; Przeworski, 2006; Boix; Svolik, 2013; Ariola; *et al.*, 2021).

Ainda que a hegemonia eleitoral do MPLA tenha apresentado oscilações ao longo dos pleitos (Boio; Pacatolo, 2024), sua posição predominante foi mantida, preservando o controle sobre os mecanismos centrais do recrutamento político.

No plano interno, contudo, a gestão da elite assume carácter ainda mais sensível. A estabilidade do regime depende da capacidade de distribuir recursos, posições e oportunidades de carreira entre diferentes alas partidárias, mitigando disputas e prevenindo rupturas.

Tem-se frisado que em sistemas de partido dominante, a sucessão intraelite não implica, necessariamente, alternância de poder, mas reequilíbrio de coalizões, no qual a circulação é permitida desde que não ameace o núcleo dirigente (Magaloni, 2006). Assim, o perfil parlamentar torna-se indicador para observar como o partido equilibra continuidade e renovação.

Nesse cotejo, especialmente em momentos de transição presidencial, como em 2017, a composição da elite parlamentar revela o grau de abertura ou fechamento do sistema. A depender das pressões econômicas e políticas, como crises fiscais ou demandas por modernização administrativa, o recrutamento pode privilegiar determinados capitais: histórico-partidário, técnico ou geracional (Bourdieu, 1986, Best; Cotta, 2000; Gaxie, 2004; Reuter; Robertson, 2012; Geddes *et al.*, 2018). Assim, mais do que identificar quem ingressa na elite, importa compreender quais capitais passam a ser valorizados e mobilizados no interior desse espaço.

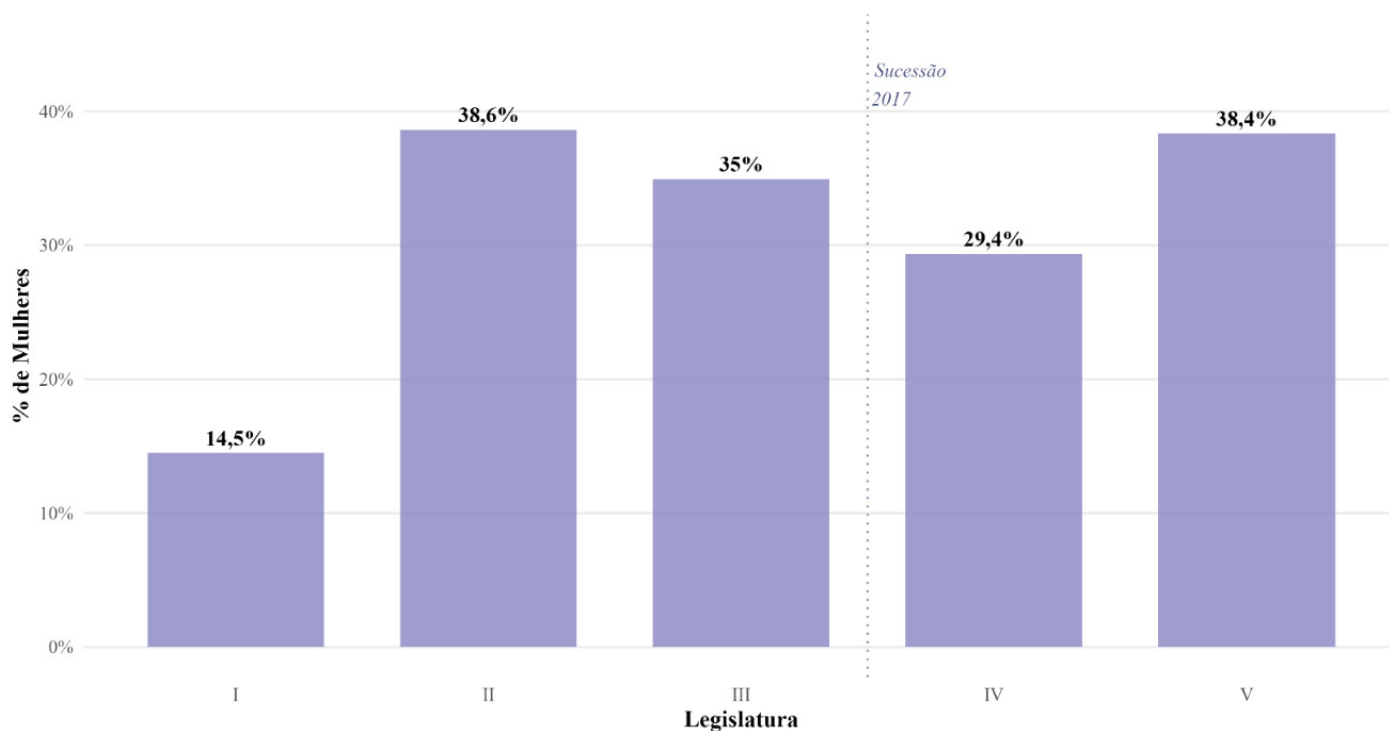
É nesse ponto que a contribuição de Pierre Bourdieu (1986) se torna analiticamente fecunda. Ao conceber o capital como recurso multidimensional, o autor demonstra que a reprodução das hierarquias sociais não se limita à esfera econômica, abrange também dimensões culturais, sociais e simbólicas. Cada uma dessas formas opera como princípio de diferenciação, levando aos agentes ocupar posições específicas e exercer influência em seus respectivos campos. No campo político, em particular, tais recursos são continuamente mobilizados para a conquista e manutenção de posições de poder.

A partir dessa perspectiva, nesse trabalho encaramos os atributos individuais dos parlamentares como expressões diferenciadas de capital. A qualificação educacional, como apresentaremos nesse capítulo, corporifica o capital cultural. Os vínculos e trajetórias partidárias traduzem uma forma específica de capital político, associada ao capital social. Enquanto a idade funciona como marcador temporal do acúmulo e da trajetória desses recursos. Desse modo, a dinâmica de recrutamento é lida como um

processo de seleção e valorização diferenciada de capitais. É justamente nessa tensão entre reprodução e adaptação que se insere o debate sobre a renovação tardia das elites parlamentares de Angola.

À luz dessa discussão, a questão de gênero torna-se um indicador crucial para compreensão das transformações no perfil parlamentar. O Gráfico 1 mostra a evolução da representação feminina na Assembleia Nacional de Angola. Embora haja uma leve retração em 2017, a tendência geral indicou presença constante em níveis mais altos de participação feminina em comparação ao período de 1992.

Gráfico 1 – Representação feminina no parlamento nacional de Angola (1992-2022)



Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

Ao longo das legislaturas, notou-se que na primeira legislatura (1992) houve apenas 14,5% de mulheres, percentual que aumentou para 38,6% na segunda legislatura (2008), permanecendo altos nas legislaturas subsequentes: 35% (III, 2012), 29,4% (IV, 2017) e 38,4 (V, 2022). A linha tracejada vertical marca a sucessão de 2017, quando João Lourenço assumiu a presidência após 38 anos de governo de Dos Santos no poder.

Em termos teóricos, Boix e Svobik (2013) afirma que, em regimes autoritários, as instituições legislativas são mais eficientes ao estabelecerem custos para a quebra de acordos e ao legitimar o regime diante de audiências tanto domésticas quanto

internacionais. Portanto, o cenário de Angola após 2002 demandou novas credenciais democráticas. Assim, o MPLA aproveitando-se do momento frágil da UNITA, inseriu um significativo número de mulheres no parlamento.

Ademais, a teoria de *authoritarian upgrading* (Kendall-Taylor; Franz, 2014) sugere que regimes autoritários adotam práticas democráticas de forma seletiva em resposta a crises. Assim, a inclusão de mulheres em percentuais próximos a 40% visou demonstrar modernização e alinhamento com padrões internacionais de igualdade de gênero, principalmente em 2022 em que João Lourenço reforçou em seus discursos a necessidade de incluir mulheres em cargos públicos.

Além de fatores institucionais, a dinâmica de recrutamento partidário constitui elemento chave para se compreender a alta representação feminina no parlamento angolano. A Organização da Mulher Angolana (OMA), ligada ao MPLA, e a Liga da Mulher Angolana, LIMA, vinculada à UNITA, atuam, historicamente, como instâncias de socialização e seleção política feminina (Batsíkama, 2016, 2020). No período pós-independência, a OMA consolidou-se como principal canal de organização política das mulheres, em consonância com modelos de “feminismo de Estado” ou “emancipação controlada” (Santana, 2009).

No entanto, após 2011, surgiram movimentos feministas autônomos em Angola, especialmente coletivos urbanos de jovens mulheres (muitas delas filhas da elite do MPLA) que desafiaram tanto patriarcado quanto autoritarismo (Silva, 2023). Grupos como “Ondjango Feminista” e ativistas²⁰ como Laurinda Gouveia e Rosa Conde encarnam um feminismo mais crítico, que questiona não apenas a exclusão de gênero, mas também as limitações democráticas do sistema (Pestana; Orre, 2023; Silva, 2023). Apesar disso, esses movimentos ainda são marginalizados no parlamento, onde a representação feminina continua dominada pelas estruturas partidárias do MPLA e UNITA.

Cumprе ressaltar que, durante a gestão de Dos Santos (1979-2017), a OMA atuou como um instrumento de mobilização alinhado aos propósitos do partido, em vez de ser

²⁰ Laurinda Gouveia e Rosa Conde foram as únicas mulheres envolvidas no caso dos que ativistas 15+2 em 2015. Isso se refere a 15 homens e 2 mulheres que foram presos e sentenciados por supostos “atos preparatórios e associações de malfetores” com o objetivo de realizar um golpe de Estado. Posteriormente, foram libertados por meio de uma anistia (Gouveia, 2020; Miguel, 2021; Silva, 2023). Para mais detalhes, consultar: Angola: Dez anos após o início dos protestos de rua – DW – 06/03/2021; Tribunal de Luanda absolve activista Laurinda Gouveia detida pelo crime de desobediência - Correio da Kianda - Notícias de Angola; Histórico do caso: Angola 15+2 | Front Line Defenders. Acesso 07. janeiro de 2026.

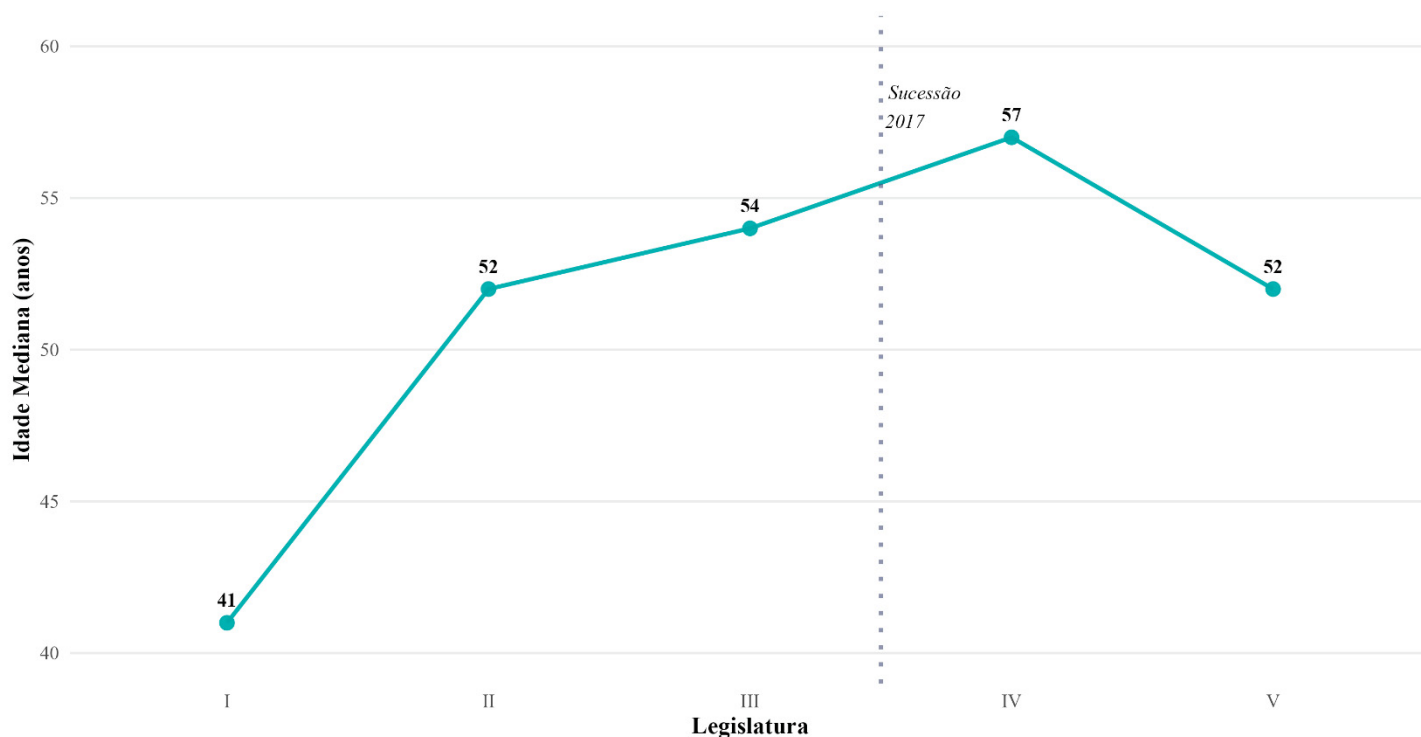
um espaço para interesses de gênero. Nesse sentido, impõe-se investigar a questão se a presença numérica se converte, de forma efetiva, em poder decisório substantivo.

Já no momento sucessório de 2017, a dinâmica observada sugere continuidade com ajustes táticos. Conforme evidenciou o Gráfico 1, há uma queda de 35% em 2012 para 29,4% em 2017, seguida de recuperação para 38,4% em 2022. Essa oscilação pode ser interpretada à luz do dilema apontado por Brownlee (2007): mesmo em sucessões institucionalizadas, novos líderes enfrentam a tensão entre renovar elites para consolidar poder e preservar estabilidade.

Assim, a recuperação para 38,4% em 2022 sugere que Lourenço, após consolidar seu poder entre 2017-2022 (período marcado por uma campanha anticorrupção e afastamento de figuras do clã Dos Santos), retomou estratégia de legitimação através de representação feminina. Essa dinâmica corrobora com a tese de Svulik (2012) a respeito do momento das purgas: após consolidação inicial, os líderes tentam reconstruir coalizões amplas e criar uma imagem inclusiva.

Alinhado a esse raciocínio, ilustra-se, no Gráfico 2, a idade etária dos deputados no período (1992-2022) visando entender o período de transição, em particular, na eleição de 2022.

Gráfico 2: Mediana etária dos deputados nacionais de Angola (1992 – 2022)



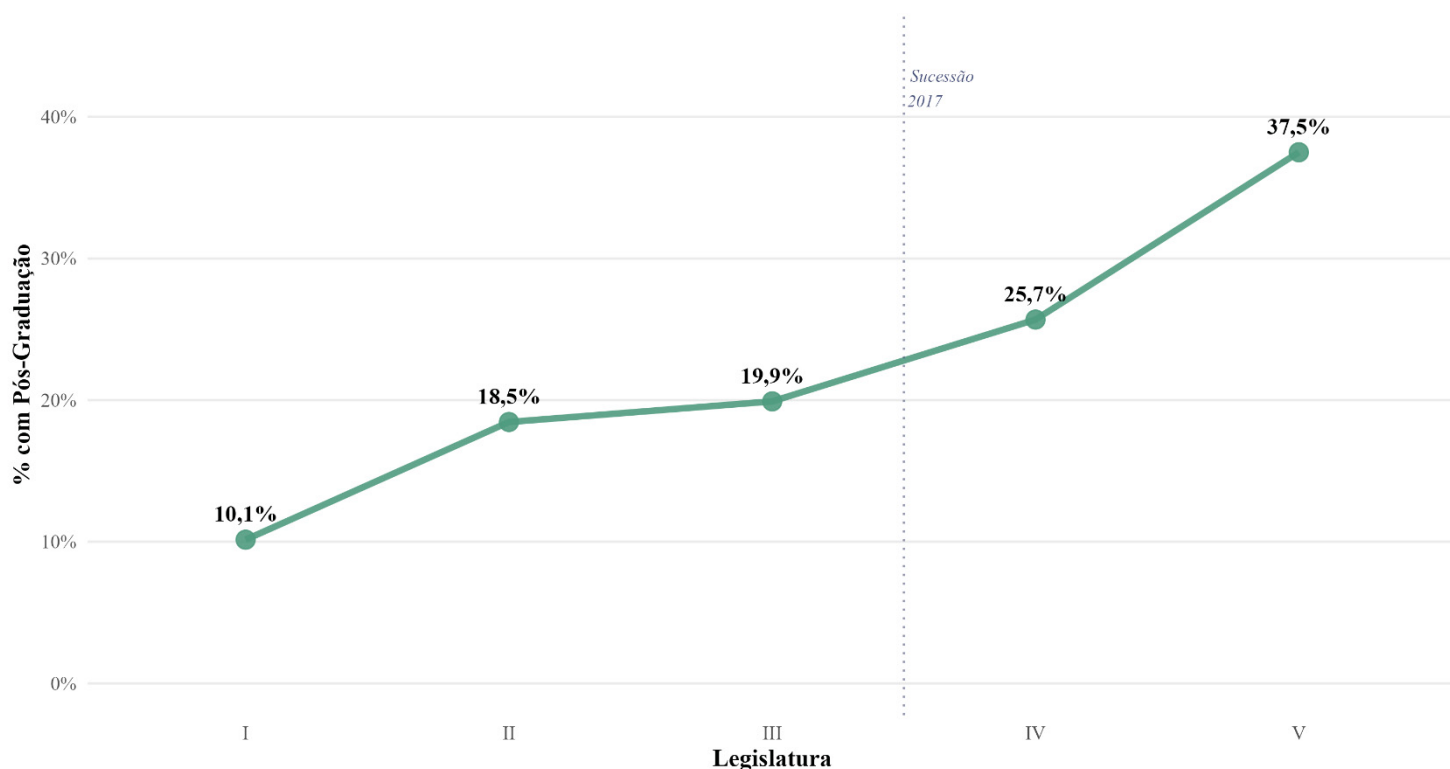
Nota: *Wilcoxon Test* = 23047; *P-value* = 0,01.

Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

Observou-se redução da idade média para 52 anos na V legislatura (2022), o que sinaliza a estratégia de João Lourenço de renovar a elite parlamentar do MPLA após consolidar seu poder entre 2017-2022. Apesar de moderada, essa redução de cinco anos na mediana etária representa uma mudança significativa em relação ao padrão anterior de envelhecimento contínuo. Além disso, deduz-se que o rejuvenescimento parlamentar observado em 2022 revela que Lourenço, após fase inicial de purgas (2017-2022), procurou equilibrar a continuidade com as lealdades da ala dos “mais velhos” do partido e incorporação de quadros mais jovens alinhados a seu projeto político, na tentativa de reformar e modernizar a imagem do MPLA no cenário após Dos Santos.

A estratégia de renovação observada na dimensão etária pode, igualmente, ser analisada sob prisma da qualificação técnica da elite. Nesse sentido, o Gráfico 3 demonstra a evolução da percentagem de parlamentares com pós-graduação no parlamento nacional de Angola (1992-2022), permitindo avaliar se o rejuvenescimento veio acompanhado de maior capital educacional.

Gráfico 3: Percentagem de parlamentares com pós-graduação no parlamento nacional de Angola (1992 – 2022)



Nota: *Person test* = 0.92; *P-value* = 0.03.

Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados PA e outras.

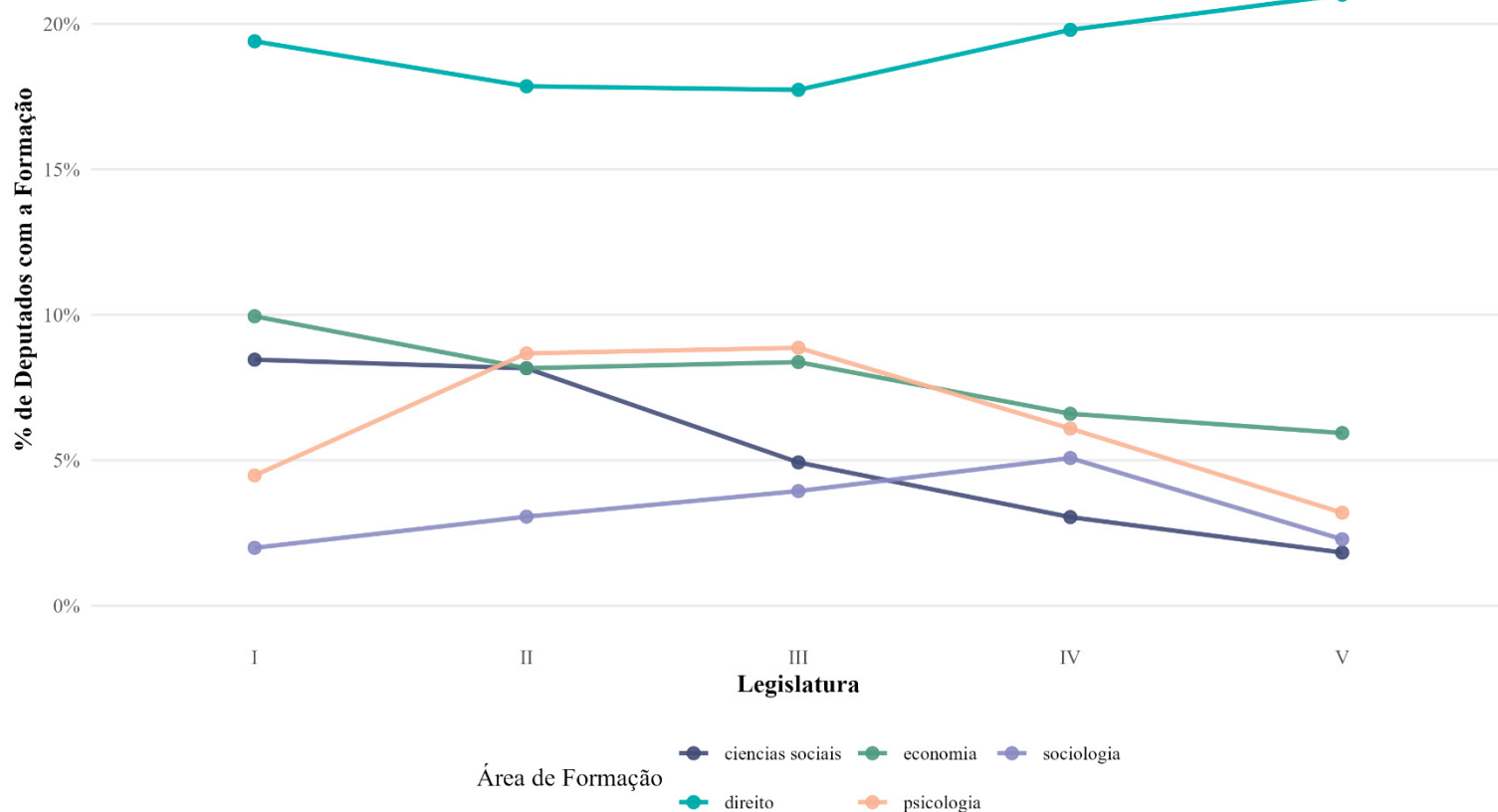
O Gráfico 3 revela uma trajetória consistente de elevação do capital educacional da elite parlamentar angolana ao longo das cinco legislaturas, com a proporção de deputados com pós-graduação passando de 10,1% em 1992 para 37,5% em 2022. Não obstante, crescimento já fosse gradual até 2012 (19,9%), observou-se o aumento mais expressivo (37,5%) na V legislatura (2022) sob João Lourenço. Esse movimento sugere que a recomposição promovida pelo novo líder, não se limitou ao incorporar mais jovens no parlamento, mas também priorizar o capital cultural/profissional como ativo político, distanciando-se do modelo de Dos Santos que priorizava o capital partidário e simbólico/histórico.

Em termos analíticos, a tecnificação da elite é compreendida não como democratização, mas como adaptação sofisticada do regime às exigências de governança. Esse fenômeno é explicado pela literatura, a respeito da resiliência autoritária chinesa, onde a profissionalização da elite possibilita que os regimes se ajustem à modernização econômica sem promover a democratização política (Nathan, 2003).

Além disso, quando o MPLA recruta ao mesmo tempo veteranos históricos e tecnocratas pós-graduados, o partido busca hibridizar os critérios de recrutamento, visando resolver a tensão entre legitimidade revolucionária e competência técnica necessária para a gestão de um Estado complexo e inserido em economias globalizadas (Reuter; Robertson, 2012).

A sofisticação educacional da elite parlamentar, contudo, não se expressa somente no aumento quantitativo de pós-graduandos, mas também na concentração em determinadas áreas de formação de graduação. No plano empírico, o Gráfico 4 permite apresentar as cinco principais áreas de formação de graduação dos parlamentares angolanos entre 1992 e 2022, evidenciando leve crescimento do campo do Direito.

Gráfico 4: Cinco principais áreas de formação dos parlamentares angolanos (1992-2022)

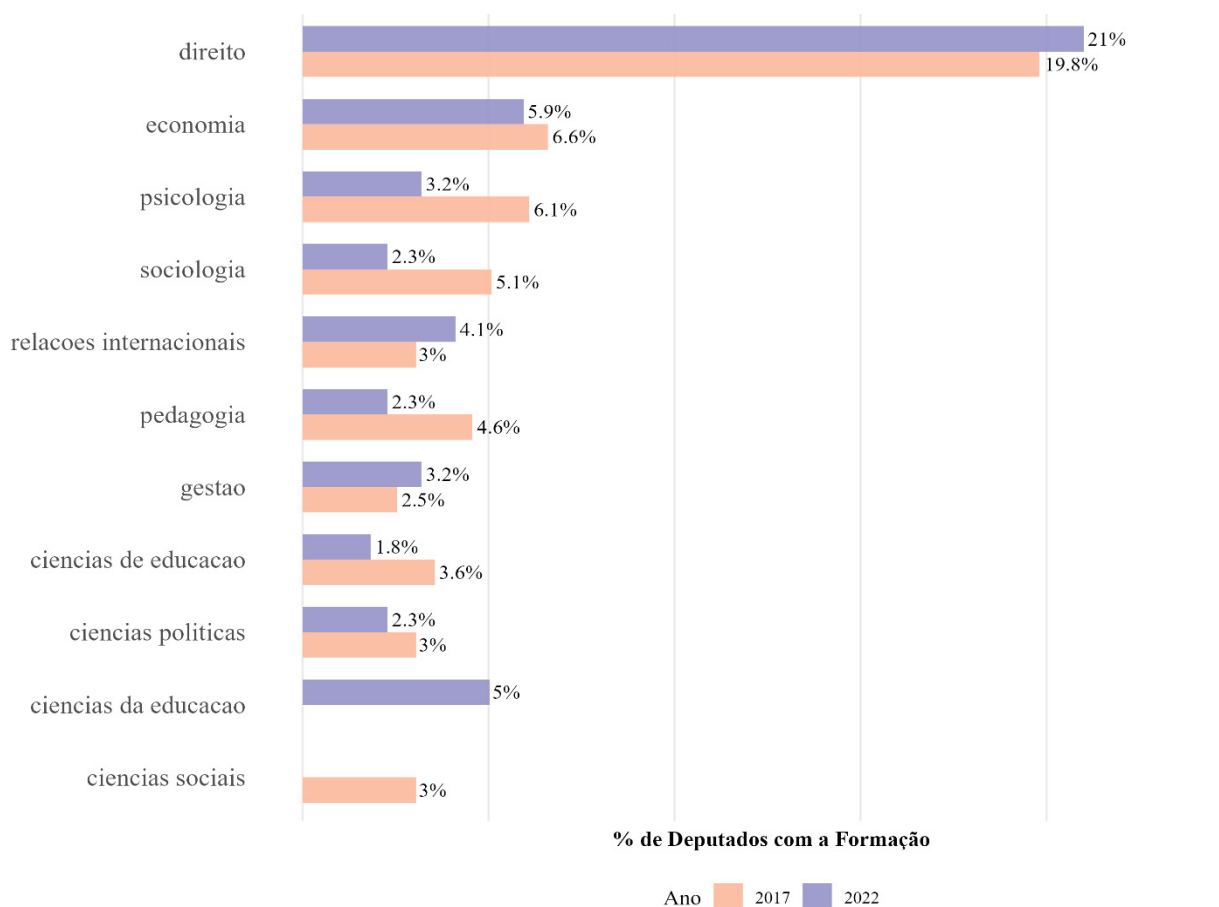


Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

O predomínio do Direito revela a centralidade de competências jurídico-institucionais em um regime que governa por meio do controle legal-burocrático, como destacamos na seção sobre sistema político do país.

Assim sendo, em continuidade à análise da predominância do Direito observada no gráfico anterior, no seguinte aprofunda-se essa dimensão ao comparar as dez principais áreas de graduação e pós-graduação dos deputados nas eleições de 2017 e 2022. Perspectiva-se que essa comparação lance a luz se a sucessão de 2017 e a recomposição da elite sob João Lourenço produziram alterações significativas na estrutura profissional da Assembleia ou se houve apenas acomodação dentro de padrões formativos já consolidados.

Gráfico 5: Comparação das dez principais áreas de formação dos parlamentares angolanos nas eleições de 2017 e 2022



Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

Ademais, os resultados observados, Gráfico 5, indicam que, apesar de ajustes pontuais na distribuição das áreas de formação, não ocorreu uma ruptura no perfil da elite parlamentar angolana entre 2017 e 2022. O Direito mantém-se como credencial dominante, reforçando a centralidade do capital jurídico como recurso estratégico do MPLA. No entanto, as variações constatadas, como crescimento de Relações Internacionais e a entrada de Ciências da Educação, mostram como o presidente Lourenço foi se adaptando dentro de um padrão já consolidado. Em termos estruturais, portanto, a mudança contou como acomodação funcional da elite, e não como transformação da sua base profissional do recrutamento.

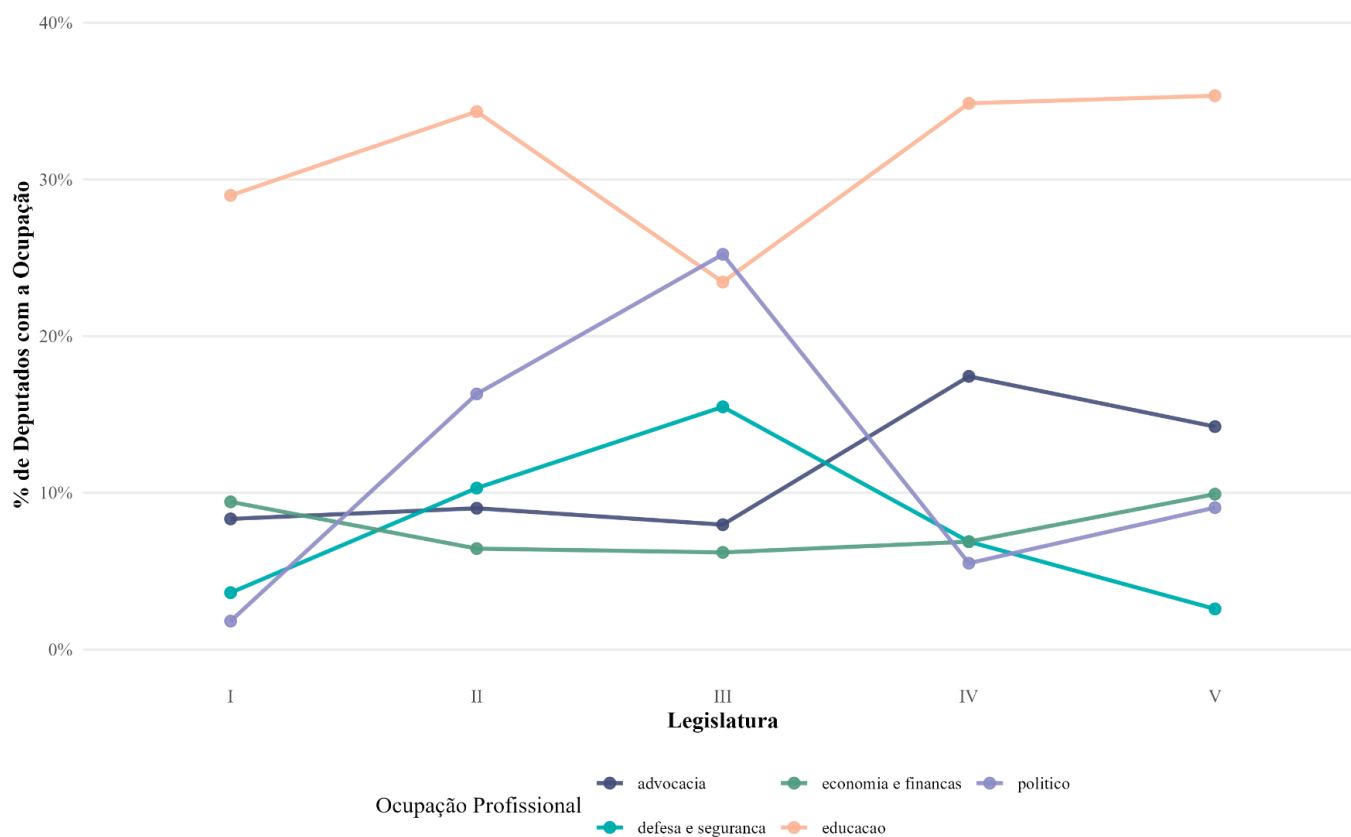
Os achados dialogam com o argumento de Norris e Lovenduski (1995) que mostram que advogados têm vantagens sistemáticas no recrutamento parlamentar devido à flexibilidade ocupacional e às habilidades retóricas. Em contrapartida, em estudo comparativo sobre elites parlamentares europeias, Best e Cotta (2000), ressaltam a

formação jurídica como um capital privilegiado, graças às suas competências legais e atuação legislativa. Por último, Daniel Gaxie (2004) ao analisar parlamentares na França, conclui que a formação jurídica favorece a acumulação de capital político específico para o campo legislativo, ao unir prestígio profissional com especialização em produção normativa.

Na realidade política de Angola, ao longo de vários anos, os juristas ocuparam a mídia, atuando como analistas e comentadores de televisão e em emissoras de rádios, tanto públicas quanto privadas. De fazer carreira, comentadores passaram a integrar as listas dos partidos políticos e a serem eleitos como deputados. Exemplos mais conhecidos incluem o advogado David Mendes, o jurista João Pinto, o jornalista e jurista Milonga Bernardo, entre outros.

Se no gráfico anterior compararam-se as dez principais áreas de formação ao nível da graduação e pós-graduação dos parlamentares angolanos nas eleições de 2017 e 2022, nessa mesma linha, o Gráfico 6, amplia a discussão ao examinar, as cinco principais áreas de ocupação dos deputados de 2017 e 2022, permitindo esclarecer com precisão se as inflexões identificadas na formação configuram tendência consistente de diversificação de ocupação ou apenas ajustes conjunturais no interior do partido dominante.

Gráfico 6: Cinco principais ocupações profissionais dos parlamentares angolanos (2017-2022)



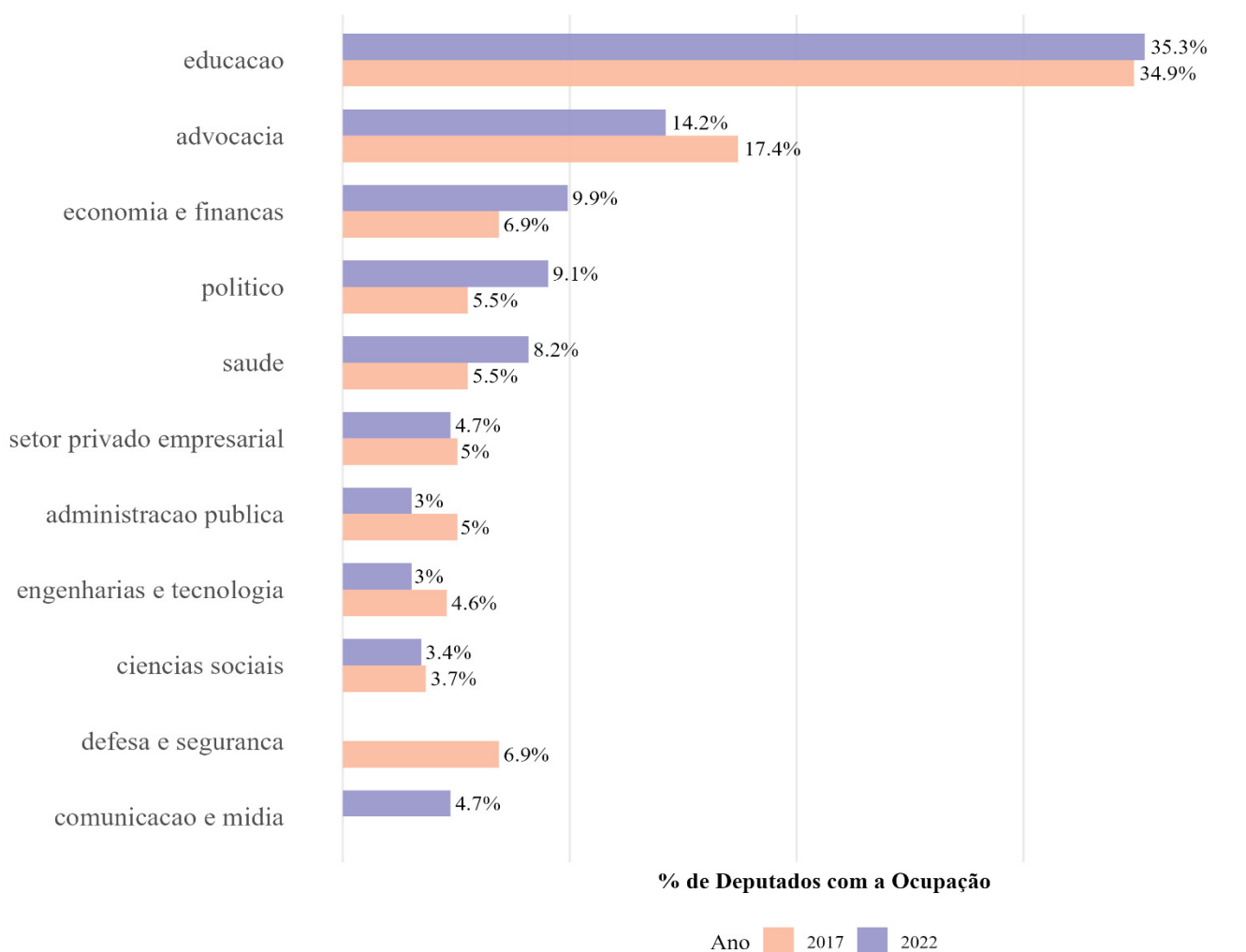
Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

Nota-se que os políticos e militares apresentaram crescimento, evidenciando um padrão de recrutamento vinculado ao Estado e às bases partidárias. Contudo, apenas os profissionais da educação mantêm presença consistente pós-sucessão de Dos Santos, enquanto economistas e gestores ganham espaço no contexto sucessório, e posteriormente, professores e advogados voltam a crescer na última legislatura. É importante ressaltar que, aquando da entrada de João Lourenço no poder, muitos quadros de destaque do partido foram à reforma. Isto criou desavenças, levando algumas figuras fortes lançarem críticas à administração do novo presidente, em contrapartida, João Lourenço passou a chamá-los de “marimbondos”²¹.

²¹ Em 2018, após um ano como presidente, João Lourenço visitou Portugal. Em virtude das reformas que seu governo estava realizando e as repercussões intrapartidária que estavam tendo, perguntando pelos jornalistas, afirmou “O fogo queima, como sabemos todos nós. O importante é mantê-lo sob controlo [...]”. Quando nos propusemos a combater a corrupção em Angola, tínhamos noção de que precisávamos de ter

Em complemento à análise das áreas de ocupação, e objetivando situar a base ocupacional efetiva da elite parlamentar de Angola durante o período de transição, criou-se o Gráfico 7, onde é possível constatar predominância de ocupações como educação e advocacia.

Gráfico 7: Comparação das principais áreas de ocupações dos parlamentares angolanos nas eleições de 2017 e 2022



Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

Ao comparar diretamente as principais áreas de ocupação dos parlamentares eleitos em 2017 e 2022, observam-se que (Educação) continua sendo a ocupação

muita coragem”. E acrescentou “Sabíamos que estávamos a mexer no ninho do marimbondo [...]”. A metáfora referia-se aos opositores internos e simboliza as resistências e ataques sofridos no combate à corrupção. Ler em: DW. João Lourenço: “O irritante desapareceu”. Lisboa, 22 nov. 2018. Disponível em: <João Lourenço em Portugal: "O irritante desapareceu">. Acesso em: 02 fev. 2026.

profissional dominante em ambas as legislaturas (34,9%) em 2017 e 35,5%) em 2022), seguida pela (Advocacia) que registra uma queda de 17,4% para 14,2%. As mudanças mais significativas são observadas no crescimento de ocupações técnicas especializadas: Economia e Finanças sobem de 6,9% para 9,9%, (Político) aumenta de 5,5% para 9,1%, Saúde cresce de 5,5% para 8,2%, e Comunicação e Mídia surge com 4,7% em 2022 (que não estava presente em 2017). Esse padrão corrobora a tese da tecnificação parlamentar sob Lourenço, privilegiando capital profissional especializado em detrimento de credenciais generalistas.

Por outro lado, o crescimento expressivo de economistas e profissionais de saúde²² reflete a prioridade da gestão Lourenço: diversificação econômica após a crise fiscal de 2014 e investimento em capital humano como estratégia de legitimação (Kendall-Taylor; Frantz, 2014). A emergência de Comunicação e Mídia responde à demanda por gestão de imagem em um ambiente de autoritarismo competitivo (Levitsky; Way, 2010), no qual a competição eleitoral, ainda que assimétrica, impõe a renovação do discurso.

O aumento de (Político) como ocupação (9,1%) indica profissionalização da carreira parlamentar: indivíduos cuja atividade principal é a política partidária ou legislativa, em vez de carreiras extra-políticas convertidas em mandatos. Esse perfil está-se em concordância com Best e Cotta (2000) a respeito da emergência de políticos em sistemas partidários consolidados.

Assim, a análise longitudinal indica que o perfil da elite parlamentar de Angola não se transforma de maneira abrupta após sucessão presidencial. Ao contrário, observam-se estabilidade nas dimensões centrais de capital estatal e partidário, sugerindo que a sucessão de 2017 foi administrativa com base na preservação da coesão intraelite e não em ruptura.

Estes achados, portanto, estabelecem o quadro para as análises subsequentes. A renovação não é apenas mudança de nomes, mas “mecanismo” pelo qual transformações no perfil das elites se materializam. A seção seguinte documenta que os deputados eleitos em 2022 diferem sistematicamente de seus antecessores não apenas em idade, mas também em formação, ocupação e, crucialmente, em capital político acumulado.

²² Nos últimos anos, o atual governo investiu na construção de hospitais de altos níveis. Além disso, está-se enviar anualmente profissionais do sector públicos para vários países através de acordos de formação, inclusive o Brasil. A UFPR tem se destacado nesse sentido com o recebimento de muitos enfermeiros e médicos que se especializam em vários ramos da saúde.

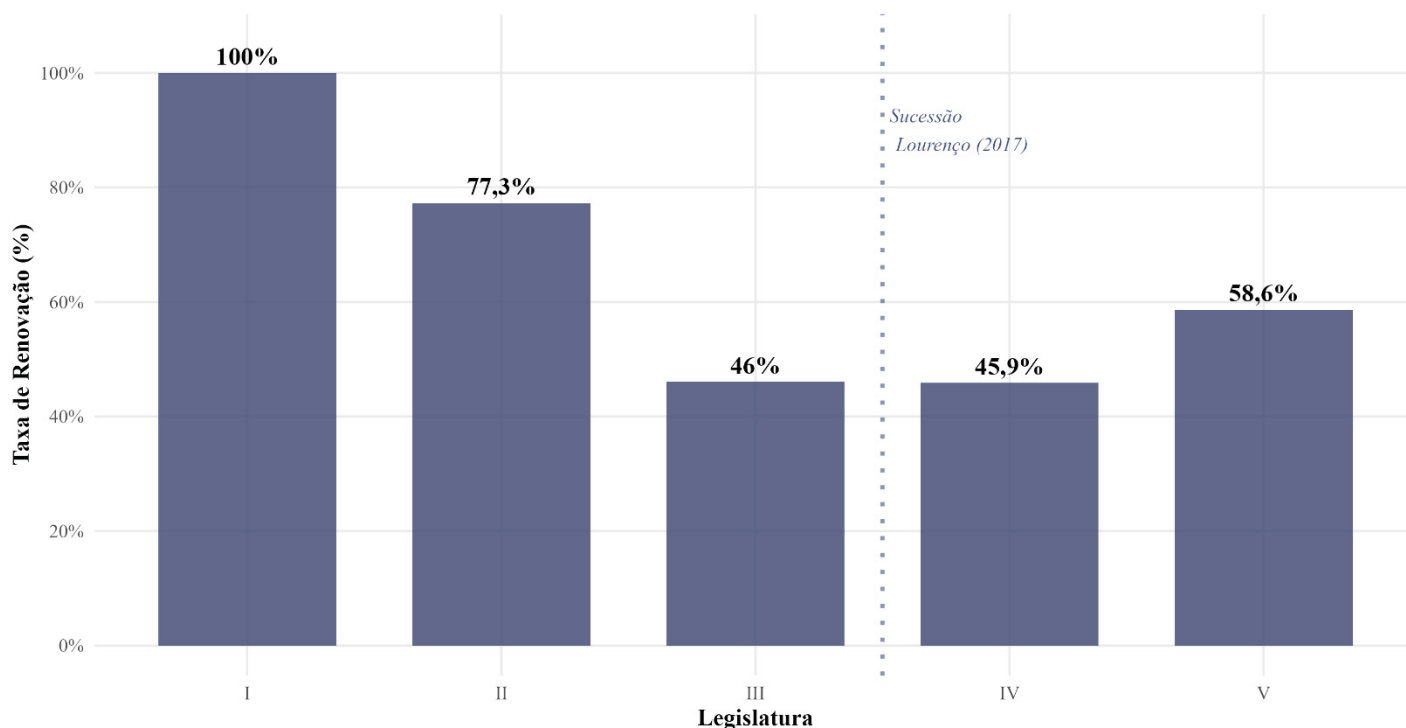
5.2 Renovação parlamentar e sucessão presidencial

Se na seção anterior analisámos os atributos socioprofissionais da elite legislativa angolana, essa subseção desloca o foco para sua dinâmica de circulação ao longo das legislaturas. Em regimes de partido dominante, a estabilidade não depende apenas do perfil dos atores recrutados, mas também do ritmo com que esses agentes são substituídos e/ou mantidos no interior das instituições. Desse modo, a taxa de renovação parlamentar constitui indicador para avaliar o grau de abertura do sistema e os mecanismos de controle exercidos sobre as carreiras políticas.

O próximo (Gráfico 8) apresenta a taxa de renovação por parlamentar em Angola entre 1992 e 2022. Entre esses anos, a taxa de renovação parlamentar seguiu uma trajetória em três fases distintas ao longo de três décadas. Após o pico da primeira eleição multipartidária (100% em 1992), observaram-se um declínio progressivo até estabilização em torno de 46% entre 2012 e 2017. Este padrão se reverte em 2022, quando a taxa de renovação atinge 58,6%, o maior índice desde 2008.

Em paralelo, destacam-se o crescimento da oposição, e a reafirmação da UNITA como maior partido da oposição. Esse movimento se reflete nos Gráficos 10, 11 e 12, nos quais se observa a caída dos capitais partidário e estatal (Gráfico 10), bem como o aumento do percentual de deputados classificados como “sem capital relevante” indicando mudanças da elite parlamentar em 2022.

Gráfico 8: Taxa de renovação parlamentar por legislatura em Angola (1992-2022)



Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras

Entre 1992 e 2017, a taxa de renovação parlamentar apresentou padrão de declínio gradual, caindo de 100% (I legislatura, estabelecimento inicial) para 77,3% (II, 2008), 46% (III, 2012) e alcançando um mínimo de 45,9% (IV, 2017). Essa queda ilustra a consolidação de uma elite parlamentar estável ao longo do extenso mandato de Dos Santos, com mais da metade dos deputados mantendo-se entre as legislaturas.

A recuperação para uma taxa de renovação de 58,6% na V legislatura (2022) indica uma mudança importante, sendo a primeira inversão da tendência de declínio após três legislaturas consecutivas de estagnação. Esse salto de 12,7 pontos percentuais coincide com a consolidação de João Lourenço no poder e reflete uma estratégia intencional de renovação da elite parlamentar do MPLA.

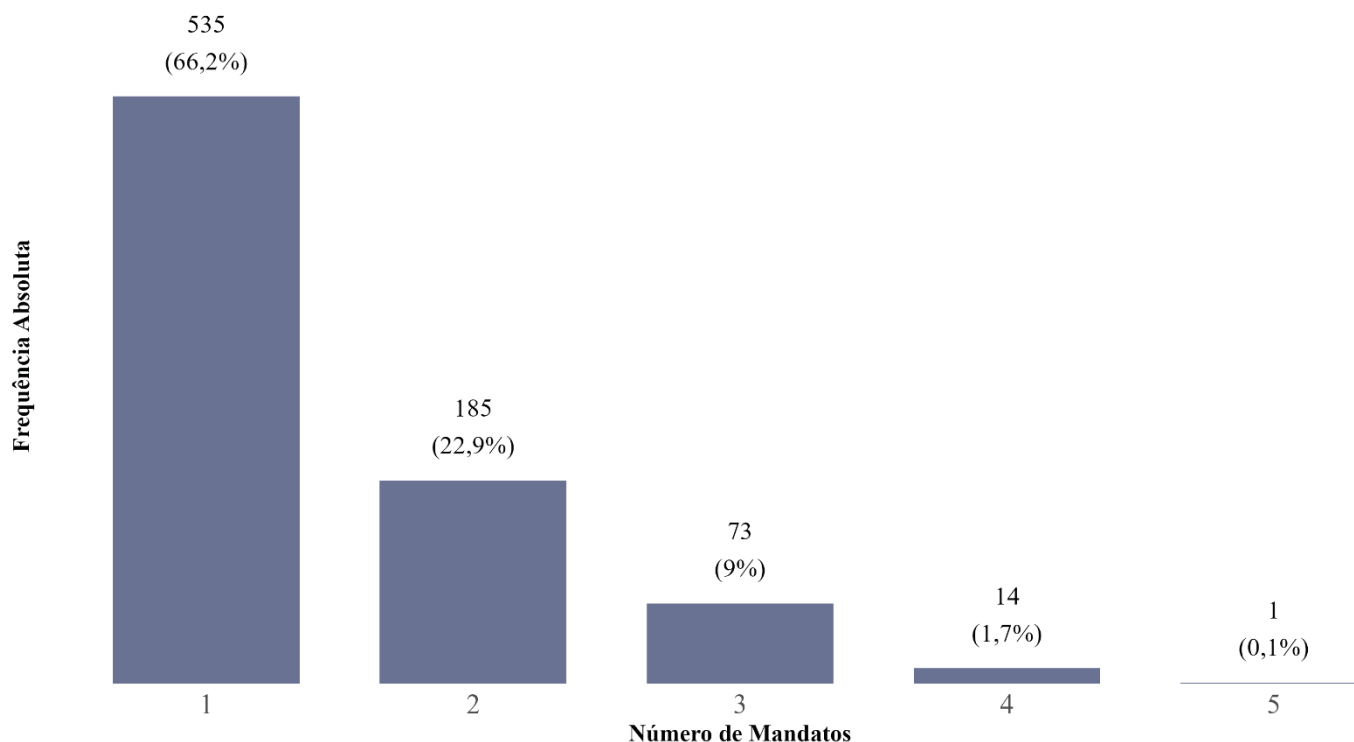
Segundo Svulik (2012) e Frantz e Stein (2016) no que diz respeito a sucessões autoritárias, após uma consolidação inicial, novos líderes costumam promover purgas parciais a fim de construir suas bases próprias de apoio. A renovação de 58,6% em 2022 evidencia que Lourenço, cinco anos após assumir a presidência (2017-2022), executou uma recomposição substancial do parlamento, equilibrando continuidade com lealdades herdadas e incorporação de novos membros ao seu projeto político.

Em virtude disso, entendem-se que a renovação das elites angolanas foi tardia, pois a circulação permaneceu contida até o fim de Dos Santos como presidente do partido. Em 2022 ocorre a renovação em 58,6% com João Lourenço já consolidado e com as chaves do partido nas mãos.

Em complemento à análise da taxa de renovação, apresenta-se a destruição do número de mandatos exercidos pelos parlamentares entre 1992 e 2022 (Gráfico 9), permitindo observar o grau de permanência individual na elite. Consideram-se crucial este olhar para diferenciar entre simples substituições com efetiva redução de carreiras parlamentares longas no interior do regime.

A análise seguinte revela concentração de carreiras curtas na Assembleia Nacional, alcançando 66,2% de deputados com apenas um mandato, enquanto isso, a proporção diminui entre aqueles com dois mandatos (22,9%), três (9%) e quatro mandatos (1,7%).

Gráfico 9: Distribuição do número de mandatos da elite parlamentar angolana (1992-2022)



Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

Ora, a conexão entre esses padrões de permanência e o momento sucessório de 2017 e 2022, tornam-se claro quando contrastamos as trajetórias antes e depois da transição. A continuidade observada, isto é, taxa de renovação de apenas 45,9% (Gráfico

8) reflete estratégia de preservação da ala veterana durante a fase inicial da consolidação de João Lourenço. Deduzem-se que, nesse momento crítico, deputados com mais legislaturas acumuladas, representavam simultaneamente ameaça, ainda leais a Dos Santos, ao mesmo tempo recurso estabilizador, dominantes de procedimento institucional e agregadores de redes partidárias.

Além disso, este gráfico evidencia uma forte concentração de parlamentares com apenas um mandato (66,2%), enquanto a proporção daqueles com três ou mais é reduzida: 9% com três mandatos, 1,7% com quatro e apenas 0,1%. Constatam-se que nas eleições mais recentes, houve diminuição relativa da presença de parlamentares mais experientes.

No que tange à renovação, os dados de 2022 indicam uma ampliação de novos parlamentares, evidenciando a necessidade de recompor a base de apoio político de João Lourenço. Ao mesmo tempo, representou a fase da consolidação de poder de Lourenço, reduzindo a influência de redes políticas prévias e reforçando sua própria coalizão interna no MPLA.

Na prática ocorreu que, após Lourenço tornar-se presidente do partido em 2018²³, o discurso de combate contra corrupção passou a focar-se na família Dos Santos e nas pessoas asseclas a ela. Sentindo-se seguro, João Lourenço substituiu parte desses veteranos, e na eleição de 2022 a renovação tardia alcança a taxa de 58,6%.

Esse movimento torna-se ainda mais explícito quando desagregados à permanência parlamentar por partido. Se de um lado, o Gráfico 9 evidenciou a coexistência entre alta rotatividade na base e retenção seletiva de veteranos, a Tabela 2 aprofunda essa análise ao apresentar a média de mandatos por partido político no período de 1992-2022.

²³ Ver: Dw África. João Lourenço eleito líder do MPLA contra “a impunidade”. Luanda, 8 set. 2018. Disponível em < João Lourenço eleito líder do MPLA contra "a impunidade">. Acesso em: 02 fev. 2026. Ou ler: RFI. MPLA sai José Eduardo dos Santos, entra João Lourenço. Radio France Internationale, 8 set. 2018. Disponível: < MPLA: sai José Eduardo dos Santos, entra João Lourenço - RFI>. Acesso em: 02 fev. 2026.

Tabela 2: Média de mandatos por partido político representados no parlamento nacional de Angola (1992-2022)

Partido	Nº Deputados	Média de Mandatos	% 1 Mandato	% 3+ Mandatos
CASA-CE	16	1.88	31.2	18.8
MPLA	548	1.52	62.6	12.0
UNITA	200	1.35	74.0	8.5
FNLA	9	1.33	66.7	0.0

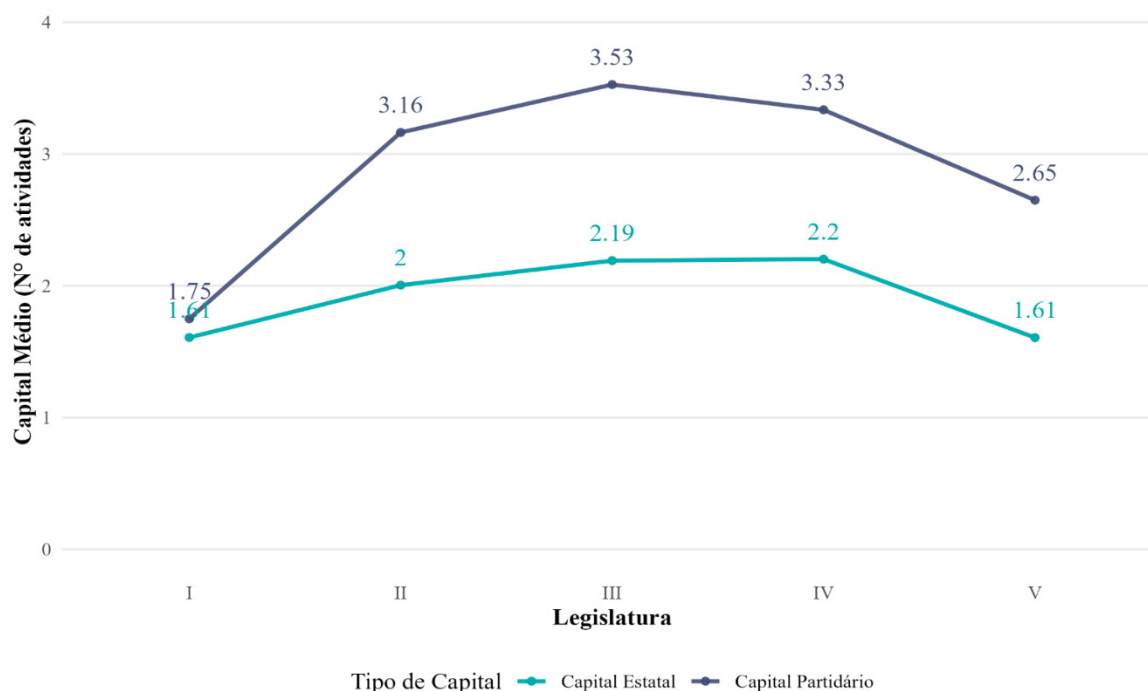
Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

Ao comparar MPLA, UNITA, CASA-CE e FNLA, torna-se possível identificar como a lógica de circulação não foi uniforme, mas variou conforme a posição ocupada no sistema partidário. O MPLA, apesar de registrar 62.6 % de parlamentares com único mandato, mantém 12% com três ou mais mandatos, percentual superior ao da UNITA, 8.5% e ausente na FNLA. Ademais, a CASA-CE apresenta a maior média de mandatos, ainda que não tenha conseguido eleger deputados em 2022.

Mediante esses dados, uma interpretação em torno da renovação é correta. A manutenção de quadros experientes no MPLA demonstra que Lourenço, ao assumir a presidência, não poderia promover substituições sem comprometer a coesão interna herdada. Como asseguram Magaloni (2006) e Brownlee (2007), partidos dominantes institucionalizam mecanismos de circulação controlada que permitem renovação periférica sem ameaçar o núcleo dirigente.

Deslocando o foco da rotatividade para estrutura de recursos, o Gráfico 10 examina o capital partidário e estatal dos parlamentares angolanos entre 1992 e 2022. Desse modo, identificam-se se houve deslocamento estrutural na base de poder da elite parlamentar aos longos das legislaturas analisadas, em particular, compreender quais perfis foram privilegiados ou excluídos durante a sucessão.

Gráfico 10: Capital partidário e estatal médio dos parlamentares angolanos (1992 e 2022)



Nota: *Pearson test* Capital Partidário = 0.65; *P-value* = 0.2; *Pearson test* Capital Estatal = 0.35; *P-value* = 0.6;

Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

Nessa perspectiva, o Gráfico 10 revela trajetória em três fases distintas no equilíbrio entre capital partidário e estatal. Em 1992, após as primeiras eleições multipartidárias, observam-se relativa paridade: os deputados acumulam em média 1.61 posições no aparato estatal e 1.75 partidário. Em 2008 a 2017, marca-se a consolidação do regime de partido dominante sob Dos Santos, passando a evidenciar inversão desse equilíbrio. O capital estatal cresceu para 2.2 posições em 2017, enquanto o partidário alcançou 3.33, ambos superiores aos níveis de 1992.

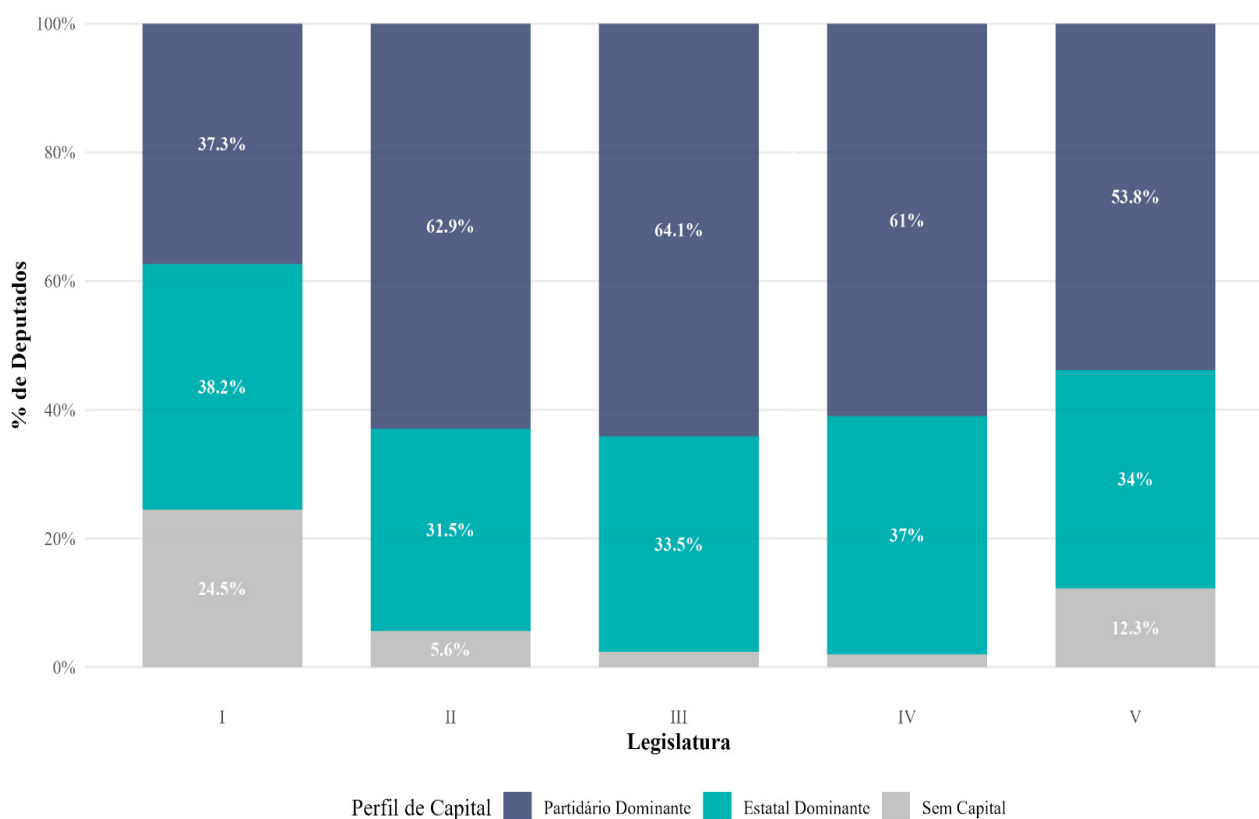
O cenário histórico em que ocorreu a primeira eleição explica esses resultados. Em 1992, os movimentos de libertação tornaram-se partidos concorrentes sem muita base em termos de organização, ainda que o MPLA tenha governado, sua base não cobria todo território nacional, parte ocupado pela UNITA. Porém, após o término da guerra, a estrutura estatal e partidário, principalmente a do MPLA, foram-se estendendo a nível nacional incorporando mais pessoas nas suas fileiras que, posteriormente, passaram a entrar no parlamento.

Com isso, a última fase, em 2022, rompeu com esse padrão através de dupla redução. Capital partidário 2.65 e estatal 1.61. Essa recomposição mostra a estratégia de

João Lourenço de reduzir o peso de quadros cuja legitimidade deriva, essencialmente, de acúmulos históricos no MPLA e no aparato estatal do período Dos Santos.

Para aprofundar essa discussão, comparam-se, no Gráfico 11, os capitais predominantes nas trajetórias dos parlamentares angolanos entre 1992 e 2022, classificando-os segundo a dominância partidária, estatal ou ausência de capital relevante.

Gráfico 11: Comparação dos capitais predominantes nas trajetórias dos parlamentares angolanos (1992-2022)



Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

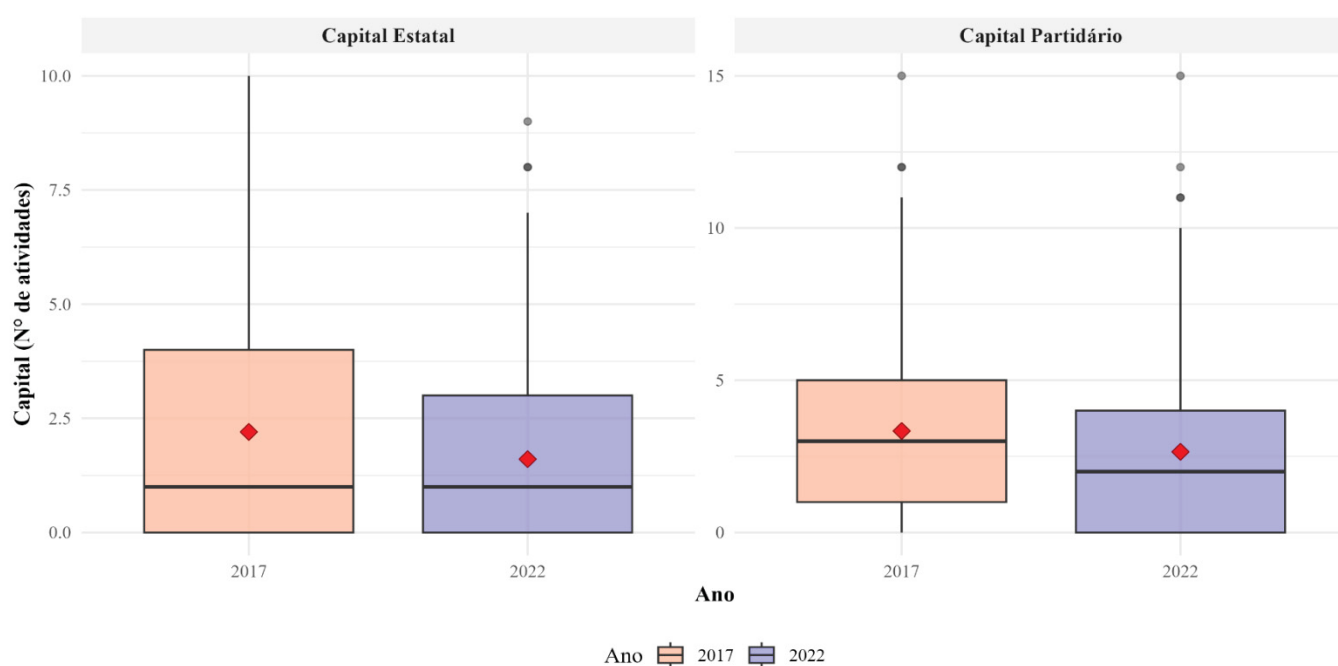
Demonstra-se aqui (Gráfico 11) que, em termos proporcionais, o capital partidário dominante permanece majoritário em todas as legislaturas. Isso indica que, com a renovação observada na V legislatura, não houve substituição da lógica de recrutamento, mas sim recomposição dentro do mesmo padrão de valorização da trajetória partidária.

Ademais, verificam-se que a categoria “sem capital” é mais expressiva na I legislatura e volta a crescer na V. Importa ressaltar que, em 1992, tratando-se de momento fundacional institucional do país, tanto o MPLA e quanto UNITA incorporaram candidatos sem militância. Os registos históricos mostram que o MPLA recrutou professores, artistas, esportistas, empresários em 1992, enquanto a UNITA agregou

jornalistas e ativistas cívicos. Por sua vez, em 2022 formou-se a Frente Patriótica Unida (FPU) composta por UNITA, partido Bloco Democrático (BD), PRAJA-SERVIR, liderado por Chivukuvuku (na altura projeto político) e alguns membros da sociedade civil que foram eleitos pela lista desse partido.

Para verificar empiricamente essa mudança, faz-se (Gráfico 12) a comparação estatística das médias de capital partidário e estatal nos anos de sucessão entre o encerramento do ciclo de Dos Santos (2017) e a consolidação de João Lourenço (2022).

Gráfico12: Teste estatístico de comparação de média do perfil de capital partidário e estatal nos anos de transição de Dos Santos e Lourenço



Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

O teste estatístico apresentado acima, revela que, em ambos capitais (médias e medianas) há certa redução das médias em 2022 em relação a 2017. Isto confirma a tendência já destacada nos gráficos anteriores: a renovação promovida sob João Lourenço foi acompanhada por diminuição de recursos políticos acumulados por parlamentares.

Para aprofundar essa constatação, na Tabela 3 comparam-se os capitais partidário por partido político (MPLA e UNITA) entre 2017 e 2022, permitindo observar como a renovação parlamentar assumiu contornos distintos conforme a posição ocupada no sistema político do país.

Tabela 3: Comparação de capitais partidário e estatal por partido político (2017-2022)

Partido (Ano)	N	Capital Partidário		Capital Estatal	
		Média	Mediana	Média	Mediana
MPLA (2017)	148	2.91	3.00	2.84	2.50
MPLA (2022)	134	2.29	2.00	2.30	2.00
UNITA (2017)	52	4.65	4.00	0.58	0.00
UNITA (2022)	92	3.12	2.00	0.60	0.00

Fonte: Elaboração própria (2026) conforme dados do PA e outras.

No caso do MPLA, verificam-se redução simultânea do capital partidário médio, de 2.91 para 2.29, e do capital estatal, de 2.84 para 2.30, quedas proporcionais muito próximas. Esses percentuais similares de redução em ambas dimensões sugerem estratégia integrada de renovação que atinge veteranos partidários e ocupantes históricos de cargos estatais cuja legitimidade deriva durante a era Dos Santos. Ainda assim, os deputados do MPLA em 2022 mantêm capital político superior aos da oposição.

Já na UNITA, por contraste, observam-se fenômeno óbvio em regimes onde partido governante domina todas as instituições estatais. O capital estatal médio diminui de forma acentuada. Mas este dado não pode ser interpretado isoladamente. Diferentemente do MPLA, a UNITA nunca dispôs de acesso ao aparelho estatal, como indicam os valores persistentemente baixos de capital em 2017 e 2022. Enquanto o MPLA reduz um recurso que, efetivamente, acumulou ao longo de décadas no poder, a oposição opera sem essa base institucionalizada. Assim, maior variação no capital partidário da UNITA associa-se à necessidade recorrente de recrutamento externo do que a um processo de profissionalização.

Esse padrão se torna ainda mais inteligível à luz da realidade política das eleições de 2022. Como já destacado, a formação da FPU, articulada em torno da UNITA e incorporando o BD, PRA-JÁ SERVIR Angola e figuras da sociedade civil, ampliou o recrutamento para além das trajetórias partidárias (Bye; *et al.*; 2025). Tal movimento

explica o crescimento da categoria “sem capital”. Na V legislatura, houve fenômeno que remete, em certa, medida ao momento fundacional de 1992, quando tanto MPLA quanto UNITA recorreram a perfis oriundos da sociedade.

A diferença crucial, porém, reside no fato de que, enquanto 1992 essa abertura correspondia à institucionalização inicial do sistema, em 2022, ela refletiu estratégias distintas. De um lado, o MPLA conduzindo uma renovação controlada após consolidar a liderança de João Lourenço, de outro lado, a oposição ampliando alianças para enfrentar a hegemonia dominante.

A integração dessas múltiplas dimensões conduz-nos a responder à questão central que abriu este capítulo em análise. A renovação parlamentar ocorreu tardiamente em 2022 e não em 2017, pois João Lourenço enfrentou o problema clássico de sucessões autoritárias identificado por Brownlee (2007) e Svobik (2012): necessidade de consolidar poder sem provocar fragmentação da coalizão governante. Nessa perspectiva, em 2017 Lourenço herdou parlamento dominado por deputados com elevado capital partidário e estatal, muitos com dois ou mais mandatos, e lealdade consolidada durante anos de governo de Dos Santos.

Nesta conjuntura, purga imediata desse núcleo veterano geraria custos políticos altos: resistência interna no MPLA, como houve com o combate à corrupção, e risco de deserções para oposição, como ocorreu Tchizé dos Santos e Isabel dos Santos apoiaram abertamente o candidato da UNITA em 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo explicar o padrão bifásico de renovação das elites parlamentares angolanas após a sucessão presidencial de 2017: por que a recomposição não ocorreu imediatamente, e por que diferentes perfis de deputados foram impactados de forma desigual ao longo do processo. Com base em banco de dados prosopográfico original contendo 1.185 deputados distribuídos em cinco legislaturas (1992-2022), a pesquisa oferece a primeira análise quantitativa longitudinal das elites parlamentares angolanas cobrindo todo esse período.

O achado central contraria as previsões predominantes na literatura sobre *succession politics*. A sucessão de 2017 não produziu purga imediata nem reconfiguração acelerada da elite herdada. Ao contrário, a taxa de renovação parlamentar atingiu seu ponto mínimo naquele ano, 45,9%, revertendo para 58,6% apenas em 2022, após João Lourenço consolidar o controle sobre o Comitê Central, o *Bureau* Político e o aparato de segurança, e conduzir campanha anticorrupção direcionada ao círculo de Dos Santos. A renovação foi, portanto, consequência da consolidação, não instrumento dela.

A análise das dimensões do capital político revela que a renovação não incidiu aleatoriamente. Deputados com múltiplos mandatos e elevado capital estatal acumulado durante a era Dos Santos foram os alvos prioritários de exclusão: a proporção de parlamentares com três ou mais mandatos recuou entre 2017 e 2022, e os deputados com capital estatal predominante apresentaram taxas de não reeleição superiores aos de perfil predominantemente partidário. Esse padrão indica esforço deliberado de reduzir a sobreposição entre partido e aparelho do Estado que caracterizava o regime anterior.

Simultaneamente, a renovação de 2022 incorporou perfis sistematicamente distintos. A mediana etária recuou de 57 para 52 anos, a proporção de parlamentares com pós-graduação saltou de 25,7% para 37,5%, e ocupações técnicas especializadas, como economia e finanças, saúde e comunicação, ganharam espaço em detrimento de perfis generalistas. Esse movimento de tecnificação, contudo, não alterou a lógica estrutural de recrutamento: o capital partidário permaneceu dominante em todas as legislaturas, e a renovação operou como recomposição dentro do mesmo padrão, não como substituição dele.

A assimetria entre MPLA e UNITA reforça essa interpretação. O partido governante reduziu simultaneamente capital partidário e estatal médios entre 2017 e 2022, depurando recursos acumulados ao longo de décadas. A UNITA, sem acesso histórico ao

aparato estatal, operou sob lógica distinta: a redução de capital partidário reflete recrutamento externo ampliado via Frente Patriótica Unida, não profissionalização interna. Os dois partidos renovaram por razões e mecanismos diferentes, o que recomenda cautela em generalizações sobre renovação parlamentar em contextos de partido dominante.

Em conjunto, os achados sustentam que sucessões em regimes autoritários de partido dominante, quando acompanhadas de crise econômica e disputa inraelite, tendem a seguir lógica própria, distinta tanto das purgas concentradas típicas de ditaduras personalistas quanto das dinâmicas competitivas de democracias consolidadas. O caso angolano aproxima-se de um modelo de hibridização gradual: o novo líder combina preservação estratégica de veteranos na fase de consolidação com incorporação posterior de quadros técnicos e geracionalmente renovados, assegurando simultaneamente coesão interna e legitimidade modernizante. Esse padrão não foi previsto pela literatura sobre *succession politics*, nem por Svolik (2012), nem por Frantz e Stein (2017), e tampouco se enquadra integralmente no modelo de *authoritarian upgrading* de Kendall-Taylor e Frantz (2014), que antecipa tecnificação como resposta imediata a crises.

A pesquisa apresenta limitações que abrem agenda de investigação. Não foi possível reconstruir as negociações inraelite que antecederam as substituições de 2022 nem mapear as trajetórias pós-parlamentares dos deputados não reeleitos. Saber se esses atores migraram para o setor privado, foram cooptados para cargos executivos ou foram marginalizados no aparelho partidário é crucial para avaliar se a renovação parlamentar representou efetiva perda de poder ou apenas deslocamento para outras arenas. Entrevistas com parlamentares excluídos e análise de atas do *Bureau* Político constituem as próximas etapas naturais dessa agenda.

No plano comparativo, a verificação de se o padrão bifásico aqui identificado representa especificidade angolana ou tendência regional mais ampla exige estudos sobre casos análogos, particularmente a renovação interna do Congresso Nacional Africano (ANC, sigla em inglês) após a saída de Jacob Zuma e ascensão de Cyril Ramaphosa, e as dinâmicas sucessórias no interior da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Essas comparações permitiriam avaliar em que medida a trajetória de movimentos de libertação convertidos em partidos dominantes condiciona os padrões de circulação de elites em contextos de sucessão intra-regime.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mathias. Angola under Lourenço: towards a negotiated hegemony. **Notes de l’Ifri**, Paris: Ifri, fev. 2018. ISBN 978-2-36567-841-4.

_____. Angola e Moçambique: avanços e recuos da democracia. Rio de Janeiro: **Fundação FHC**, 2022. v. 11, n. 2, p. 46-64. Disponível em: <http://www.fundacaofhc.org.br>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ALMEIDA, Cláudia; SANCHES, Edalina. Das balas aos votos»: um estudo comparado das primeiras eleições pós-guerra civil em Angola e Moçambique. **PALOP: Investigação em debate**, p. 119-139, 2011.

ALMEIDA, Cláudia Generoso de; SÁ, Ana Lúcia; FARIA, Paulo C. J. We got a taste for protest! Leadership transition and political opportunities for protest in Angola’s resilient authoritarian regime. In: SANCHES, Edalina Rodrigues (Ed.). **Popular protest, political opportunities, and change in Africa**. Routledge Contemporary Africa Series. Abingdon: Routledge, 2022. p. 128-145.

ALVES, Carlos Alberto de Jesus. **Política externa angolana em tempo de guerra e paz: colonialismo e pós-colonialismo**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

AMUNDSEN, Inge; ABREU, Celsatina. **Sociedade civil em Angola: incursões no espaço da responsabilidade**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2006.

AMUNDSEN, Inge; WEIMER, Marcos. **Partidos políticos da oposição e o futuro: eleições parlamentares de 2008 em Angola**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2008.

ANGOLA. **Decreto Presidencial n. 268/24, de 29 de novembro**. Diário da República, I Série, n. 229, 29 nov. 2024, p. 12938. Disponível em: <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2024/decreto-presidencial-n-o-268-24-de-29-de-novembro/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

_____. *Lei n.º 10/12, de 22 de março – Lei do Financiamento aos Partidos Políticos*. Diário da República, I Série, Luanda, 2012.

_____. *Lei n.º 12/12, de 13 de abril – Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral*. Diário da República, I Série, Luanda, 2012.

_____. *Lei n.º 8/15, de 1 de setembro – Lei do Registo Eleitoral Oficioso*. Diário da República, I Série, Luanda, 2015.

_____. *Lei n.º 30/21, de 30 de julho – Nova Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais*. Diário da República, I Série, Luanda, 2021.

_____. *Lei n.º 15/22, de 17 de maio – Lei das Sondagens e Inquéritos de Opinião*. Diário da República, I Série, Luanda, 2022.

ANSTEE, Margaret J. **Orphan of the Cold War: the inside story of the collapse of the Angolan peace process, 1992-93**. London: Macmillan, 1996.

ANTÓNIO, Nelson Domingos. **Transição pela transição: uma análise da democratização em Angola**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ARRIOLA, Leonardo R.; DEVARO, Jed; MENG, Anne. Democratic subversion: elite cooptation and opposition fragmentation. **American Political Science Review**, v. 115, n. 4, p. 1358-1372, 2021. DOI: 10.1017/S0003055421000629.

BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do estado-nação em Angola: o caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. *Revista Cantareira*, n. 25, 2016.

BATSÍKAMA, Patrício. Poder no feminino: caso da Deolinda Rodrigues “Langidila”. **África(s)** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, v. 7, n. 13, 2020.

BASEDAU, Matthias. **Princípios básicos e fórmulas de diferentes sistemas eleitorais: funções e efeitos teóricos e práticos**. Documento apresentado na Conferência sobre Sistemas Eleitorais, realizada em Luanda, de 13 a 15 de novembro de 2001, na Universidade Católica de Angola (UCAN), sob os auspícios da Friedrich-Ebert-Stiftung Angola e da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola. Heidelberg: Universidade de Heidelberg, 2001.

BAYART, Jean-François. *The state in Africa: the politics of the belly*. London; New York: Longman, 1993.

BEARD, Charles Austin. **An Economic Interpretation of the Constitution of the United States**. Nova York: The Macmillan Company, 1914.

BENDER, Gerald J. **Angola sob domínio português: mito e realidade**. Luanda: Mayamba Editora, 2009, 1 ed. ISBN 978-989-8528-39-1.

BERNUSSI, Mariana Medeiros; DE CAMPOS, Tales de Paula Roberto. Isabel dos Santos e os vínculos transnacionais da elite angolana: a questão da agência no estudo das relações internacionais. **Carta Internacional**, v. 17, n. 2, p. e1237-e1237, 2022. DOI: 10.21530/ci.v17n2.2022.1237.

BESSA, Sebastião J. Diogo. **Sistema eleitoral angolano: análise crítica**. Luanda: Mayamba, 2014.

BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio (org.). **Parliamentary representatives in Europe 1848–2000: legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BIRMINGHAM, David. **A short history of modern Angola**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BITTENCOURT, Marcelo. **Estamos juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. As eleições angolanas de 1992. **Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 7, n. 2, p. 170-192, 2016.

BLECK, Jaimie; VAN DE WALLE, Nicholas. **Electoral politics in Africa since 1990: continuity in change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

BOGAARDS, Matthijs. **Counting parties and identifying dominant party systems in Africa**. *European Journal of Political Research*, v. 43, n. 2, p. 173-197, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2004.00150.x>.

BOIO, David; PACATOLO, Carlos. **Angola: regime autoritário eleitoral**. [S. l.]: [s. n.], 2024.

BOIX, Carles; SVOLIK, W. Milan. **The foundations of limited authoritarian government: institutions, commitment, and power-sharing in dictatorships**. *The Journal of Politics*, v. 75, n. 2, p. 300-316, abr. 2013.

BORTUN, Vladimir; REEVES, Aaron; FRIEDMAN, Sam. **‘We Didn’t Know What We Were Eating Tomorrow’**: How Class Origin Shapes the Political Outlook of Members of the Parliament in Britain. *Political Studies*, v. 73, n. 2, p. 612-630, 2025.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicholas. **Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BROWNLEE, Jason. **Authoritarianism in an age of democratization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BYE, Vegard; PACATOLO, Carlos; INGLÊS, Paulo; DOMINGOS, Nelson. **The politics of Angola’s 2022 general elections: revised and expanded edition**. Benguela: Instituto Superior Politécnico Jean Piaget, 2022. 48 p.
<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.31835.95525>.

BYE, Vegard *et al.* (org.). **Angola pós-Dos Santos: uma antologia sobre continuidade e mudança**. Tradução: Lunga Noelia da Silva Izata. Revisão: Paulo Inglês; Maria José Lopes Ferreira. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2025. ISBN 978-82-8062-861-9.

CARDOSO, Cardoso. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002.

CARNES, Nicholas; LUPU, Noam. **The economic backgrounds of politicians**. *Annual Review of Political Science*, v. 26, n. 1, p. 253-270, 2023.

CARNES, Nicholas *et al.* **Inequality, or Invisibility and Inaccuracy?** How Local Newspapers Cover the Occupational Backgrounds of Members of Congress. *Accountability Reconsidered: Voters, Interests, and Information in US Policymaking*, p. 150-72, 2023.

CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. Columbia University Press, 2008.

CODATO, Adriano; *et al.* Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 60, p. 47-68, 2016. DOI: 10.5380/rsocp.v24i60.49587. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/49587>. Acesso em: 16 fev. 2026.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL (Angola). **Eleições 1992**. Luanda: CNE, 1992.

_____.(Angola). **Eleições 2012**. Luanda: CNE, 2012.

_____.(Angola). **Eleições 2022**. Luanda: CNE, 2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: [s. n.], 2010.

CRUZ E SILVA, Rosa. Os efeitos da campanha diplomática conjunta ao Vaticano pelos movimentos de libertação: MPLA, FRELIMO e PAIGC. In: ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA. **Actas do Colóquio da Luta Clandestina à Proclamação da Independência Nacional**: memórias de um passado que se faz presente. Luanda: Arquivo Nacional de Angola; Ministério da Cultura, 2012. p. 131–139.

DAHL, Robert. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIM, M. S. (org.). **Sociologia política II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DW ÁFRICA. **Eleições em Angola: A sociedade civil pode impugnar as eleições?** Deutsche Welle, 26 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-em-angola-a-sociedade-civil-pode-impugnar-as-elei%C3%A7%C3%B5es/a-62654854>>. Acesso em: 22 maio 2025.

DUNDÃO, Sérgio. As Eleições Angolanas: O impacto da guerra e do sistema eleitoral», **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 45 | 2023, posto online no dia 01 abril 2024Lisboa, n. 46, p. 131–151, 2023. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cea/7910>>. Acesso em: 22 maio 2025.

_____. Sistema eleitoral angolano e eleições em contexto de pós-guerra: um estudo das eleições de 2008, 2012 e 2017. [S. l.]: Marmoco Criações, 2022.

- DUVERGER, Maurice. Influência dos sistemas eleitorais na vida política. In: **Diez textos básicos en ciência política**. Ed. Ariel, 2001. <https://doi.org/10.4000/cea.7910>.
- FEIJÓ, Carlos. **A coexistência normativa entre o Estado e as autoridades tradicionais na ordem jurídica plural angolana**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.
- FLORENCIO, Fernando. As autoridades tradicionais em Angola: espaço de intermediação política. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 18/19, p. 59-81, 2010.
- FRANTZ, Erica; STEIN, A. Elizabeth. Countering coups: leadership succession rules in dictatorships. **Comparative Political Studies**, v. 50, n. 7, p. 935-962, 2017.
- FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2024: Angola**. Washington, DC: Freedom House, 2024.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Angola: economic recovery and reform**. Washington, DC: FMI, 2022.
- _____. **Angola: staff report for the 2010 Article IV consultation**. Washington, DC: FMI, 2010.
- GANDHI, Jennifer. **Political institutions under dictatorship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- GANDHI, Jennifer; NOBLE, Ben; SVOLIK, Milan. **Legislatures and legislative politics without democracy**. *Comparative Political Studies*, v. 53, n. 9, p. 1359-1379, 2020. DOI: 10.1177/0010414020919930.
- GANDHI, Jennifer; PRZEWORSKI, Adam. **Cooperation, cooptation, and rebellion under dictatorships**. *Economics and Politics*, v. 18, n. 1, p. 1-26, mar. 2006.
- GAXIE, Daniel. **La démocratie représentative**. 4. ed. Paris: Montchrestien, 2004.
- GEDDES, Barbara; WRIGHT, Joseph; FRANTZ, Erica. **How dictatorships work: power, personalization, and collapse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- GEORGE, Edward. **The Cuban intervention in Angola, 1965-1991: from Che Guevara to Cuito Cuanavale**. London: Frank Cass, 2005.
- GLEIJESES, Piero. **Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/10.5149/9780807861622_glejjeses. Acesso em: 08 fev. 2026.
- GLOBAL WITNESS. **A crude awakening: the role of the oil and banking industries in Angola's civil war and the plunder of state assets**. London: Global Witness, 1998.
- GOMES, Armindo Jaime. A contribuição das igrejas protestantes na luta pela independência de Angola. In: ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA. **Actas do Colóquio da Luta Clandestina à Proclamação da Independência Nacional**:

memórias de um passado que se faz presente. Luanda: Arquivo Nacional de Angola; Ministério da Cultura, 2012. p. 163–175.

GOMES, Cristina Antunes. **De como se produz o poder: Angola e suas transições**. 2009. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 2009.

HARE, Paul Julian. **Angola's last best chance for peace: an insider's account of the peace process**. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1998.

HILL, J. N. C. **Democratisation in the Maghreb**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.3366/j.ctt1bgzdjg>>. Acesso em: 29 dez. 2025.

HODGES, Tony. **Angola: from Afro-Stalinism to petro-diamond capitalism**. Bloomington: Indiana University Press, 2001.

INTERNATIONAL IDEA. **Global state of democracy indices 2024**. Stockholm: International IDEA, 2024.

JACINTO, Victor Mulombo. **O Presidencialismo em Angola: Génese, Evolução e Características do Sistema (2010-2015)**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal).

JIMBO, Luís. **Eleições em Angola: A sociedade civil pode impugnar as eleições?** DW África, 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-em-angola-a-sociedade-civil-pode-impugnar-as-elei%C3%A7%C3%B5es/a-62654854>>. Acesso em 22 maio 2025.

KAJIBANGA, Víctor. Crise da racionalidade lusotropicalista e do paradigma da 'crioulidade': o caso da antroposociologia de Angola. *África*, [S. l.], n. 22-23, p. 141–156, 2004. DOI: [10.11606/issn.2526-303X.v0i22-23p141-156](https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i22-23p141-156).

KENDALL-TAYLOR, Andrea; FRANTZ, Erica. **How autocracies fall**. The Washington Quarterly, v. 37, n. 1, p. 35-47, 2014. DOI: 10.1080/0163660X.2014.893172.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. **Competitive authoritarianism: hybrid regimes after the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LICONGA, Hilário Ivungo. **Eleições autárquicas e sistema político em Angola: caminhos e descaminhos para uma efetiva democratização**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito Público, Linha Justiça e Direitos Humanos) - Universidade Federal de Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2022.

MABEKO-TALI, Jean-Michel. **O MPLA perante si próprio: guerrilhas e lutas sociais, 1960–1977**. Lisboa: Colibri, 2018.

MAGALONI, Beatriz. **Voting for autocracy: hegemonic party survival and its demise in Mexico**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Disponível em: <https://archive.org/details/votingforautocra0000maga>. Acesso em: 02 fev. 2026.

MALAQUIAS, Assis. **Rebels and robbers: violence in post-colonial Angola**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007.

MARQUES, Alexandra. **Segredos da descolonização de Angola: a CIA, a independência e a guerra civil**. Lisboa: Dom Quixote, 2013.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)**. Lisboa: Terramar, 2011.

MENG, Anne; PAINE, Jack; POWELL, Robert. **Authoritarian power sharing: concepts, mechanisms, and strategies**. *Annual Review of Political Science*, v. 26, n. 1, 2022.

MERTON, Robert K. **Science, Technology and Society in Seventeenth Century England**. *Osiris*, Bruges, v. 4, n. 2, p. 360-632, 1938.

MESSIANT, Christine. **As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka: uma análise crítica**. *Conciliation Resources*, v. 15, p. 16-23, 2004.

_____. **L'Angola colonial, histoire et société: les prémisses du mouvement nationaliste**. Basileia: P. Schlettwein Publishing, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. **A democracia e a crise da representação política: a accountability e seus impasses**. In: CONGRESSO LUSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. *Anais [...]*. Coimbra: [s. n.], 2004.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOORMAN, Marissa J. **Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times**. Athens OH: Ohio University Pres, 2008.

MORIER-GENOUD, Eric. Protestant churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique (1930–1974). **The Journal of African History**, v. 44, n. 1, p. 145–194, 2003.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: VÁRIOS. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MUSSUNDA, José. A Política dos Memes e os Memes da Política: A febre viral do slogan “Vão Gostar” na campanha eleitoral de 2022 em Angola nas plataformas digitais. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 25, n. esp. 1, e025005. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25iesp1.19664.

NAMIER, Lewis Bernstein. **The Structure of Politics at the Accession of George III**. 2. ed. Londres: Macmillan, 1957.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. ISBN 9780521469616.

ORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. ISBN 9780511598609. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511598609>.

OLIVEIRA, José de. A transição energética em Angola. In: BYE, Vegard et al. (org.). **Angola pós-Dos Santos: uma antologia sobre continuidade e mudança**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2025. p. 57-72.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Magnificent and beggar land: Angola since the civil war**. London: Hurst, 2015.

PACATOLO, Carlos. Efeitos do sistema eleitoral angolano e possibilidades de reforma. In: BYE, Vegard et al. (org.). **Angola pós-Dos Santos: uma antologia sobre continuidade e mudança**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2025. p. 231-252.

PEARCE, Justin *et al.* **Angola's elections and the politics of presidential succession**. *African Affairs*, v. 117, n. 466, p. 146-160, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48544956>. Acesso em: 08 fev. 2026.

PEPINSKY, Thomas B. **Capital mobility and coalitional politics: authoritarian regimes and economic adjustment in Southeast Asia**. *World Politics*, v. 60, n. 3, p. 438-474, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40060204>. Acesso em: 13 fev. 2026.

PERISSINOTTO, Renato M. Por que é importante estudar as elites políticas? Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, p. 137-158, 2019.

PESTANA, Nelson; ORRE, Aslak. As mudanças na governação local na era de João Lourenço. In: BYE, Vegard *et al.* (org.). **Angola pós-Dos Santos: uma antologia sobre continuidade e mudança**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2025. p. 213-230.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Portugal e o século XX: Estado-império e descolonização (1890-1975)**. Porto: Afrontamento, 2008.

REEVES, Aaron; FRIEDMAN, Sam. Born to rule: The making and remaking of the British elite. In: **Born to rule**. Harvard University Press, 2024.

REUTER, Ora John; ROBERTSON, Graeme B. **Subnational appointments in authoritarian regimes: evidence from Russian gubernatorial appointments**. *The Journal of Politics*, v. 74, n. 4, p. 1023-1037, 2012. DOI: 10.1017/S0022381612000631.

SÁ, Ana Lúcia; KILUMBO, Olívio. UNITA's post-war parliamentary elite: from a wartime defeat to a nationwide party in Angola. **Journal of Southern African Studies**, p. 1-20, 2024.

SANCHES, Edalina. Institucionalização dos sistemas partidários na África lusófona: o caso cabo-verdiano. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 20, p. 111-138, 2010.

_____. **Party systems in young democracies: varieties of institutionalization in sub-Saharan Africa**. London: Ashgate, 2010.

_____. **Popular protest, political opportunities, and change in Africa.** Routledge Contemporary Africa Series. Abingdon: Routledge, 2022. p. 1-18.

SANTANA, Jacimara Souza. **A participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em notícias** (Revista Tempo 1975-1985). Sankofa (São Paulo), v. 2, n. 4, p. 67-87, 2009.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários.** Prefácio do autor à edição brasileira; apresentação de David Fleischer; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SCHUBERT, Jon. Democratisation and the consolidation of political authority in post-war Angola. **Journal of Southern African Studies**, v. 36, n. 3, p. 657-672, 2010.

_____. **Working the System: A Political Ethnography of the New Angola.** Cornell University Press, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt1w0dbrq>. Acessado em 12 fev. 2026.

SILVA, José Manuel Mussunda da. **Cultura política e participação: debates a partir do Movimento Revolucionário Angolano.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/11101>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal O Africano, 1908–1919. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 22, p. 127-178, 1992.

STINCHCOMBE, Arthur L. **Constructing Social Theories.** New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1968.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 115-137, 2011.

SVOLIK, Milan W. **The politics of authoritarian rule.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

VILINGA, Tiago Abrão. O papel das missões da ONU na construção da paz em Angola (1989-1997). **JANUS: Geopolítica e Relações Internacionais**, ed. 2024–2025, p. 1-2.

VOA PORTUGUÊS. **Angola: Juristas falam em "janela legal" para eventual impugnação das eleições.** Voice of America, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-elei%C3%A7%C3%B5es-juristas-falam-em-janela-legal-para-eventual-impugna%C3%A7%C3%A3o/6716667.html>. Acesso em: 22 maio 2025.

ZERQUERA, Julián. **Geografia: 9ª classe – I Ciclo do Ensino Secundário.** Lisboa: Livraria Mensagem Editora, 2009.